

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA
PROFHISTÓRIA

ELILZA RODRIGUES CORREIA

**Patrimônio desvelado: história e memória afro-brasileira no
patrimônio cultural de Jaraguá/GO**

GOIÂNIA
2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

Elilza Rodrigues Correia

3. Título do trabalho

PATRIMÔNIO DESVELADO: HISTÓRIA E MEMÓRIA AFRO-BRASILEIRA NO PATRIMÔNIO CULTURAL DE JARAGUÁ/GO

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Elilza Rodrigues Correia Lira, Discente**, em 16/08/2025, às 21:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alcilene Cavalcante De Oliveira, Professora do Magistério Superior**, em 18/08/2025, às 15:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5571279** e o código CRC **520399D6**.

ELILZA RODRIGUES CORREIA

**Patrimônio desvelado: história e memória afro-brasileira no
patrimônio cultural de Jaraguá/GO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA), Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás (UFG), para obtenção do título de Mestre Profissional em Ensino de História.

Linha de Pesquisa: Saberes Históricos em Diferentes Espaços de Memória.

Área de concentração: Ensino de História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Alcilene Cavalcante de Oliveira.

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Correia, Elilza Rodrigues

Patrimônio desvelado [manuscrito] : história e memória afro-brasileira no patrimônio cultural de Jaraguá/GO / Elilza Rodrigues Correia. - 2025.

135 f. : il.

Orientador: Profa. Dra. Alcilene Cavalcante de Oliveira.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História (FH), Programa de Pós-graduação em Ensino de História, Goiânia, 2025.

Bibliografia.

Inclui siglas, mapas, fotografias, abreviaturas, lista de figuras.

1. Ensino de História. 2. Educação Patrimonial. 3. Patrimônio Cultural. 4. Jaraguá/GO. 5. História e Memória Afro-Brasileira. I. Oliveira, Alcilene Cavalcante de, orient. II. Título.

CDU 94



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE HISTÓRIA

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº **024/2024** da sessão de Defesa da **Dissertação** de **ELILZA RODRIGUES CORREIA**, que confere o título de **Mestra em Ensino de História (ProfHistória/UFG)**.

Ao/s **treze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e quatro**, a partir da(s) **14h00min**, via **Videoconferência**, realizou-se a sessão pública de **Defesa de Dissertação** intitulada **“PATRIMÔNIO DESVELADO: HISTÓRIA E MEMÓRIA AFRO-BRASILEIRA NO PATRIMÔNIO CULTURAL DE JARAGUÁ/GO”**. Os trabalhos foram instalados pelo(a) Orientador(a), Professor(a) Doutor(a) **Alcilene Cavalcante de Oliveira (ProfHistoria/PPGH/UFG)** com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor(a) Doutor(a) **Lúcia Gonçalves de Freitas (UEG)**, membro titular externo; Professor(a) Doutor(a) **Yussef Daibert Salomão de Campos (PPGH/UFG)**, membro titular interno. Durante a arguição os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta, a fim de concluir o Julgamento da **Dissertação**, tendo sido(a) o(a) candidato(a) **aprovado(a)** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo(a) Professor(a) Doutor(a) **Alcilene Cavalcante de Oliveira**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, ao(s) **treze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e quatro**.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Breno Mendes, Coordenador de Pós-Graduação**, em 13/08/2025, às 17:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alcilene Cavalcante De Oliveira, Professora do Magistério Superior**, em 14/08/2025, às 09:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Yussef Daibert Salomao De Campos, Professor do Magistério Superior**, em 15/08/2025, às 14:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5441039** e o código CRC **042CC882**.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço à força da espiritualidade, que me sustentou ao longo do processo. Ter fé no transcendente, que chamo de Deus, é, para mim, uma fonte constante de sentido, coragem e equilíbrio.

A realização deste trabalho também não seria possível sem o apoio, a compreensão e o incentivo de muitas pessoas que estiveram ao meu lado durante essa trajetória.

Agradeço ao meu esposo, Cícero, que assumiu praticamente todas as responsabilidades do lar, permitindo que eu pudesse conciliar as demandas do trabalho e da pesquisa. Aos meus filhos, Arthur, Clarissa e Sara, pela paciência e por compreenderem minha presença muitas vezes distante, apesar de fisicamente próxima.

Sou profundamente grata aos meus pais, Francisco e Odete, que, apesar do pouco acesso ao ensino formal, souberam valorizar e me transmitir o sonho e o gosto pelos estudos e pela educação.

Aos meus familiares em geral – irmãos, irmãs, cunhados/as, sobrinhos e sobrinhas – que precisaram conviver com minhas ausências, meu reconhecimento e carinho.

Agradeço às minhas amigas, em especial Wanderleia, pela parceria e engajamento na jornada do mestrado, concluída por ela antes de mim, mas que seguiu me apoiando até o final; e Maria Odete, pelo cuidado constante e pelos ouvidos pacientes nos momentos difíceis.

Meus sinceros agradecimentos aos meus amigos e colegas de trabalho, verdadeiros parceiros na educação, que compartilharam comigo desafios e conquistas no cotidiano escolar.

Às minhas chefes, Larissa e Quezia, registro minha gratidão pelo incentivo e suporte ao meu sonho de me tornar professora mestre.

Agradeço, de forma especial, à minha orientadora, Alcilene, pela orientação firme, presente e, ao mesmo tempo, respeitosa de minha autonomia – essencial para meu amadurecimento acadêmico.

Minha gratidão aos professores titulares da banca – Yussef e Lúcia – pela disponibilidade, generosidade e pelas contribuições oferecidas; e aos docentes suplentes, pela atenção e por integrarem o processo com espírito colaborativo.

Aos colegas de mestrado, agradeço pelos encontros, pelas trocas de experiências e pela construção coletiva de saberes.

Por fim, dirijo um agradecimento afetuoso a todos/as os/as estudantes que passaram por minhas mãos ao longo da trajetória docente, pois, com eles/as, sem dúvida, venho aprendendo muito mais do que ensinando.

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo desenvolver uma proposta de Ensino de História fundamentada na metodologia da Educação Patrimonial, articulada com as Diretrizes para a Educação das Relações Étnico-Raciais. Por meio do estudo e da problematização do patrimônio cultural de Jaraguá/GO, busca-se identificar e compreender as representações e os silenciamentos que envolvem a história e a memória da população afro-brasileira local. A investigação analisa de que forma as relações de poder influenciam a construção de narrativas históricas e a valorização (ou marginalização) do patrimônio histórico-cultural material e imaterial associado à comunidade afrodescendente. Como resultado, a pesquisa propõe um material didático para professores e estudantes da Educação Básica, especialmente dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, estruturado em um Mapa Interativo que apresenta espaços do centro histórico da cidade relacionados à história afro-brasileira, favorecendo uma abordagem crítica da história local.

Palavras-chave: Ensino de História, educação patrimonial, patrimônio cultural, Jaraguá/GO, história e memória afro-brasileira.

ABSTRACT

This research aims to develop a proposal for History teaching based on the Heritage Education methodology, articulated with the Guidelines for Ethnic-Racial Relations Education. Through the study and problematization of the cultural heritage of Jaraguá/GO, it seeks to identify and understand the representations and silences involving the history and memory of the local Afro-Brazilian population. The investigation analyzes how power relations influence the construction of historical narratives and the valorization (or marginalization) of tangible and intangible cultural heritage associated with the Afro-descendant community. As a result, the research proposes educational material for teachers and students in basic education, especially those in the final years of elementary school and in high school, structured in an interactive map that presents spaces in the city's historic center related to Afro-Brazilian history, promoting a critical approach to local history.

Keywords: History teaching; heritage education; cultural heritage; Jaraguá/GO; Afro-Brazilian history and memory.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Organização do Mapa Interativo – espaços, histórias e memórias afro-brasileiros em Jaraguá/GO	120
---	-----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Patrimônio Cultural de Jaraguá/GO (1952 a 1990)	50
Figura 2 – Patrimônio Cultural de Jaraguá/GO (1991 a 2000)	50
Figura 3 – Patrimônio Cultural de Jaraguá/GO (2001 a 2010)	51
Figura 4 – Patrimônio Cultural de Jaraguá/GO (2011 a 2024).	52
Figura 5 – Mapa com delimitação do Centro Histórico de Jaraguá/GO (2018).	53
Figura 6 – Vista Aérea da Praça do Rosário (2022).	55
Figura 7 – Praça Santana – antes e depois da revitalização (2021).	55
Figura 8 – Feira da Criatividade no Largo Santana (2023).	56
Figura 9 – Processo de revitalização da Fonte do Galvão (2023).	56
Figura 10 – Beco do Galvão e ponte sobre a Fonte do Galvão (2024).	57
Figura 11 – Rua Alto do Rosário (década de 1950).	58
Figura 12 – Casas localizadas na Rua Alto do Rosário (2024).	58
Figura 13 – Rua das Flores (1910 e 2019).	58
Figura 14 – Casas localizadas na Rua das Flores (2025).	59
Figura 15 – Publicações das histórias populares de Jaraguá (1983).	59
Figura 16 – Rua Coronel Elias de Souza (1960 e 2024).	60
Figura 17 – Casas localizadas na Rua Manoel Marcelino Álvares da Silva (2024).	60
Figura 18 – Igreja Nossa Senhora da Penha – representação da construção original.	61
Figura 19 – Igreja Nossa Senhora da Penha – construção contemporânea (2014).	61
Figura 20 – Igreja Nossa Senhora da Penha (1882).	61
Figura 21 – Igreja Nossa Senhora da Penha (1950, 1960 e 1983).	62
Figura 22 – Práticas religiosas e escolas na Igreja Nossa Senhora da Penha (1940–1960). ...	63
Figura 23 – Ciclistas na Rua Alto do Rosário (1950).	64
Figura 24 – Igreja Nossa Senhora do Rosário: vistas externas em 1957 e 1978.	65
Figura 25 – Altar-mor e forro da capela-mor da Igreja Nossa Senhora do Rosário (1957 e 2023).	65
Figura 26 – Altar de São Benedito e nave central da Igreja Nossa Senhora do Rosário (1957 e 2023).	66
Figura 27 – Processo de restauração e intervenção arqueológica na Igreja Nossa Senhora do Rosário (2024).	67
Figura 28 – Igreja Nossa Senhora do Rosário – obras em fases de finalização (2025).	68
Figura 29 – Igreja Nossa Senhora da Conceição (1912 e 1949).	69
Figura 30 – Igreja Nossa Senhora da Conceição e entorno: vistas externas e altar (1948–1959).	70

Figura 31 – Altar da Igreja Nossa Senhora da Conceição (2025).....	71
Figura 32 – Casamento na Igreja Nossa Senhora da Conceição (2021).....	71
Figura 33 – Peças em exposição no Museu de Arte Sacra (2024).	72
Figura 34 – Igreja Nossa Senhora da Conceição (1992 e 2021).	72
Figura 35 – Casa do Padre Silvestre (1952).	73
Figura 36 – Casa de Cultura Padre Silvestre (2024).	73
Figura 37 – Interior da Casa de Cultura Padre Silvestre (2025).....	74
Figura 38 – Prédio do Museu Histórico Municipal de Jaraguá/GO (2012 e 2025).....	75
Figura 39 – Peças em exposição no Museu Histórico Municipal de Jaraguá/GO (2024).....	75
Figura 40 – Prédio da Antiga Câmara, sem informação de data e em 2018.	76
Figura 41 – Inauguração do Espaço Cultural Zuleika Lobo de Castro Ribeiro (2024).....	77
Figura 42 – Imperador e Coroa do Divino Espírito Santo (1961, 1981 e 2024).....	78
Figura 43 – Devoção ao Divino Espírito Santo e Integração Comunitária (1966, 2022 e 2024).....	79
Figura 44 – Folia do Divino Espírito Santo (2024).....	80
Figura 45 – Cavalhadas de Jaraguá (1963 e 2024).....	81
Figura 46 – Fôlder da Entrada da Rainha (2023).	81
Figura 47 – Festa de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito (1952, 1957 e 2024).	83
Figura 48 – Desfile Entrada da Rainha (2024).....	84
Figura 49 – Banda Santa Cecília (1948 e 2023).....	85
Figura 50 – Lenda de Tereza Bicuda (1983).....	91
Figura 51 – Lenda de Tereza Bicuda (2022).....	91
Figura 52 – Capas dos livros sobre Chica Machado e Padre Silvestre (2011, 2014 e 2024). .	94
Figura 53 – Captura de tela da página inicial do Mapa Interativo	119
Figura 54 – Captura de tela da página inicial do Ponto 3 – Fonte do Galvão	120
Figura 55 – Captura de tela do Quiz referente ao Ponto 1 – Praça do Rosário	120

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Agepel	Agência Goiana de Patrimônio e Cultura
AMA Jaraguá	Associação dos Defensores do Patrimônio Histórico e Cultural de Jaraguá
ANC	Assembleia Nacional Constituinte
Art.	Artigo
Cepi	Centro de Ensino em Período Integral
Col.	Coleção
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Iphan	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexo, Assexuais e outras identidades de gênero e orientações sexuais
MNU	Movimento Negro Unificado
UEG	Universidade Estadual de Goiás
Uerj	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UnB	Universidade de Brasília
USP	Universidade de São Paulo
Vol.	Volume

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 HISTÓRIA LOCAL, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO: CONEXÕES PARA UMA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	27
1.1 História local, memória e educação patrimonial	28
1.2 Breve histórico de Jaraguá/GO	37
1.3 Panorama do patrimônio cultural de Jaraguá/GO	42
1.3.1 Elementos do patrimônio material	54
1.3.1.1 Praças e ruas do centro histórico.....	54
1.3.1.2 Igreja Nossa Senhora da Penha	60
1.3.1.3 Igreja Nossa Senhora do Rosário e São Benedito.....	64
1.3.1.4 Igreja e Museu Sacro Nossa Senhora da Conceição	68
1.3.1.5 Casa de Cultura Padre Silvestre	73
1.3.1.6 Museu Histórico Municipal.....	74
1.3.1.7 Prédio da Antiga Câmara.....	76
1.3.2 Elementos do patrimônio imaterial	78
1.3.2.1 Devoção ao Divino Espírito Santo: Folia, Festa e Cavalhada.....	78
1.3.2.2 Festa de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito e Entrada da Rainha	82
1.3.2.3 Banda Santa Cecília.....	84
2 PATRIMÔNIO DESVELADO	86
2.1 História e memória afro-brasileira no patrimônio cultural de Jaraguá/GO: relações de poder, estereótipos e silenciamentos	86
2.2 Patrimônio cultural como espaço de memória e de ensino da história afro-brasileira	96
2.3 Patrimônio desvelado: vivências, resistências, histórias e memórias afro-brasileiras em Jaraguá/GO	100
2.3.1 Praça do Rosário e Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito	102
2.3.2 Beco e Fonte do Galvão.....	105
2.3.3 Rua das Flores: entre histórias e lendas.....	106
2.3.4 Casa de Cultura Padre Silvestre.....	108
2.3.5 Igreja Nossa Senhora da Penha.....	110

3 UM PERCURSO VIRTUAL E NOVOS CAMINHOS PELO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL DE JARAGUÁ/GO	113
3.1 Fundamentos da proposta de ensino.....	113
3.2 Mapa Interativo: espaços, histórias e memórias afro-brasileiros em Jaraguá/GO..	115
3.2.1 Estrutura e objetivos pedagógicos.....	115
3.2.2 Descrição do Mapa Interativo – organização da plataforma e elementos interativos	117
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	122
REFERÊNCIAS.....	124

INTRODUÇÃO

A História, enquanto campo de conhecimento, não se restringe à mera sucessão de acontecimentos passados, mas compreende o estudo das relações e permanências que estruturam as sociedades ao longo do tempo. Como destaca Bloch (2001), a História deve ser entendida como uma ciência do ser humano no tempo, uma construção que se preocupa tanto com as mudanças quanto com as continuidades que moldam as sociedades. Sob essa perspectiva, compreender o presente implica investigar as permanências e rupturas que o passado imprimiu nas dinâmicas sociais, culturais e políticas de uma comunidade.

Assim, esta dissertação fundamenta-se na concepção da História como campo interpretativo que examina os vestígios do passado, dialogando com os estudos de Aleida Assmann (2011), Circe Bittencourt (2009), Le Goff (2013), Helena Pinto (2011, 2016), Maria Auxiliadora Schmidt (2007) e Maria Auxiliadora Schmidt e Marlene Cainelli (2009), entre outros, para discutir como o patrimônio cultural e as narrativas sobre a população afro-brasileira em Jaraguá/GO foram representados, silenciados ou ressignificados ao longo do tempo.

Diante desse contexto, a pesquisa propõe uma abordagem de ensino de História fundamentada na metodologia da Educação Patrimonial, articulada às Diretrizes para a Educação das Relações Étnico-Raciais. Busca-se identificar, compreender e problematizar as representações e os silenciamentos da história e da memória afro-brasileira no Patrimônio Cultural de Jaraguá/GO, considerando suas implicações no ensino e na construção da identidade local.

Jaraguá/GO é uma cidade que surgiu no início do século XVIII, em decorrência da descoberta de ouro na região central do Brasil colonial, e possui importante legado cultural, composto tanto por bens materiais quanto imateriais. Destacam-se construções representativas da arquitetura colonial – algumas já patrimonializadas em âmbito estadual ou federal –, museus, manifestações artístico-religiosas que remontam aos primórdios do povoamento, entre outros elementos. No entanto, por trás das fachadas dos edifícios e das vestimentas típicas das festividades e tradições, escondem-se saberes e vivências de indivíduos e grupos invisibilizados nas narrativas da história tradicional/oficial local. Entre esses grupos, destaca-se a população afro-brasileira, cuja presença, saberes e fazeres foram frequentemente marginalizados ou aparecem representados de forma estereotipada na história e no patrimônio cultural da cidade.

Nesse sentido, é importante destacar que, na versão oficializada, a origem da cidade deu-se “em 1736, por pretos faiscadores” (Bertran, 2010, p. 79). No entanto, essa presença

inicial não se traduz em narrativas, monumentos ou registros que valorizem a história e a memória da população afro-brasileira nos acervos da História local oficial. Caso existam pesquisas, estudos ou ações educativas voltados a suprir esse déficit, não têm sido amplamente divulgados, o que contribui para a manutenção de um espaço público e educativo que pouco dialoga com a pluralidade étnico-racial da população jaraguense.

Essa realidade pode ser compreendida à luz das reflexões de Clóvis Moura (1988), que discute como a estrutura social brasileira historicamente subalternizou a população negra, restringindo não apenas sua participação material na sociedade, mas também sua visibilidade dentro das construções históricas oficiais. Em Jaraguá/GO, esse processo não se manifesta por meio do apagamento completo da memória afro-brasileira, mas pela forma como essa memória é narrada – frequentemente restrita ao campo das festividades religiosas, às lendas e aos mitos populares, ou ainda à ideia de um grupo social folclorizado, em vez de agente histórico fundamental para a construção da cidade.

Investigar se a história e a memória da população afro-brasileira estão representadas no patrimônio cultural de Jaraguá/GO – ou se prevalecem silenciamentos – e compreender a natureza dessas representações implica considerar o papel do racismo na construção das narrativas históricas, tanto em nível nacional quanto local. Essa reflexão vai além do simples ato de lembrar: envolve a valorização das identidades plurais que constituem a comunidade local e a análise crítica dos discursos que perpetuam exclusões e hierarquizações históricas.

Essa questão tornou-se evidente no contexto das aulas de História no Centro de Ensino em Período Integral (Cepi) Balthazar de Freitas, onde a maioria dos estudantes é composta por pessoas pardas e pretas, provenientes de famílias de baixa renda, residentes em bairros periféricos. Para esses estudantes, a ausência de referências que destaquem a presença e a relevância da população afro-brasileira na História local reforça a necessidade de ações educacionais que promovam reflexão, valorização e respeito às diversidades étnicas e culturais. Assim, o desafio não é apenas recuperar memórias marginalizadas, mas ressignificar as narrativas existentes, discutir estereótipos e ampliar a compreensão do papel da população afro-brasileira na formação da cidade.

Como professora de História na educação básica desde 1999, sempre busquei a formação continuada para ampliar conhecimentos sobre educação, história e ensino – contextos, teorias, métodos etc. – e planejar estratégias para melhorar minha prática. Cursar o mestrado faz parte dos meus planos desde a graduação. Ingressar no ProfHistória representa a consolidação da associação entre pesquisa e prática profissional. Nessa perspectiva, as nuances

da temática, do objeto de estudo e dos objetivos da pesquisa foram se materializando, potencializadas por três razões principais.

O interesse pelos temas da história e da cultura afro-brasileira foi despertado durante a graduação em História, em uma faculdade estadual do interior de Goiás, no final dos anos 1990. Na época, utilizava-se a expressão “História da Escravidão e do Negro no Brasil”, e os debates sobre movimento negro, ações afirmativas e a inclusão de temas da “História da África e da Cultura Afro-Brasileira” nos currículos escolares concentravam-se em universidades como a Universidade de Brasília (UnB), Universidade de São Paulo (USP) e Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) (Domingues, 2007).

Minha trajetória ensinando História para estudantes da rede pública estadual há mais de 25 anos – em especial o trabalho atual, em uma escola de tempo integral que oferta o Ensino Fundamental Anos Finais a crianças e adolescentes, em sua maioria pardos e pretos, provenientes de famílias que vivem em situação de vulnerabilidade – também contribuiu para a construção deste percurso investigativo.

Contribuiu ainda o fato de morar em Jaraguá/GO, cidade cuja origem remonta ao ciclo do ouro do Brasil colonial, onde, em maior ou menor escala, a escravização de africanos e afro-brasileiros foi praticada. Trata-se, portanto, de um local habitado no passado e no presente por pessoas afro-brasileiras. Contudo, essa importante parcela da população tem suas vivências, contribuições culturais, sociais e políticas desconsideradas, minimizadas ou estereotipadas nas narrativas e representações convencionais da história e do patrimônio cultural local.

O contexto e os desafios da experiência na aprendizagem e no ensino de História, desde a graduação, interagem com o cenário de transformações socioculturais – urbanização, escolarização, movimentos civis organizados (negro, feminista, indígena, de gênero, entre outros) – e com os avanços na produção historiográfica verificados no século XX (Costa, 2019).

O campo da História foi reconfigurado com a diversificação dos objetos de estudo e com pesquisas sobre os mais diferentes lugares, assuntos e sujeitos. As narrativas, “até então, centradas na política [...], nas instâncias decisórias de poder” e nos atos de seus representantes (Costa, 2019, p. 133), vêm dando visibilidade a uma ampla gama de experiências e trajetórias, refletindo uma História mais plural e inclusiva.

Na esteira dessas mudanças, professores e estudantes se deparam com a possibilidade de definir objetos de estudo e de atuar “como sujeitos produtores do conhecimento”, sem, contudo, desconsiderar as “discussões psicopedagógicas” (Costa, 2019, p. 134). Esse alerta – de que o estudo da “história imediata” (Silva; Guimarães, 2012) prescinde de uma minuciosa

fundamentação teórico-metodológica – é um coro entre estudiosos da área. De acordo com Pinto (2011), envolve “a compreensão de situações do passado apresentadas por especialistas” (p. 21); já Schmidt (2007, p. 190) afirma “que uma realidade local não contém, em si, as chaves de sua própria explicação”. Estudá-la exige, portanto, uma complexa tarefa “de pensar e fazer a História, em termos de aprendizagens e concepções” (Schmidt, 2007, p. 190), articulando-a às dinâmicas sociais de diferentes escalas, temporalidades e localidades.

A complexidade teórico-metodológica do estudo histórico de espaços de memória envolvendo identidades plurais levou ao aprofundamento da pesquisa sobre as dinâmicas da sociedade contemporânea e sobre as novas perspectivas historiográficas, que buscam ampliar os sujeitos da história e problematizar os discursos que os invisibilizaram, segundo Ana Monteiro, Arlette Gasparello e Marcelo Magalhães (2007). Ao enveredar por essas abordagens, articuladas ao estudo da memória e das identidades, evidencia-se a influência do racismo estrutural na construção, marginalização e exclusão de determinadas narrativas no ensino de História. Moura (1988) analisa esse processo como uma estrutura ideológica historicamente constituída, que desumaniza a população negra, nega sua condição de sujeito histórico e restringe suas contribuições à esfera do exotismo ou do folclore. Nesse sentido, a emergência de novos conteúdos e métodos para a educação histórica ressalta a necessidade de desconstruir silenciamentos e estereótipos que, historicamente, reduziram a presença da população afro-brasileira e de outros grupos subalternizados nos discursos oficiais.

As reflexões derivadas desse percurso indicaram o caminho para uma proposta de ensino de História que “reconhece a pluralidade dos modos de estar no mundo e busca uma concepção de racionalidade mais ampla, que valorize a diversidade cultural” (Mendes, 2021, p. 201). Essa abordagem se insere no contexto das políticas afirmativas, como a Lei n. 10.639 (Brasil, 2003) – que tornou obrigatório o ensino de História e cultura afro-brasileira nos currículos escolares – e as regulamentações subsequentes voltadas à implementação da Educação para as Relações Étnico-Raciais no Brasil, fundamentais para a promoção de uma educação antirracista, o que

[...] em termos epistemológicos e políticos, [exige] tanto uma crítica do silenciamento e da invisibilização dos negros na história universal, quanto uma abertura para a emergência dos novos conhecimentos que valorize a presença [e as contribuições] dos afro-brasileiros na formação da cultura brasileira (Mendes, 2021, p. 203).

Essa relação dialógica entre práxis, diretrizes educacionais, formação continuada e pesquisa deu origem à presente proposta de ensino de História, que investiga o patrimônio

cultural de Jaraguá/GO, problematizando as representações e silenciamentos da história e memória afro-brasileira. Essa proposta consolida-se na elaboração de um material didático digital – um Mapa Interativo que reúne textos, imagens, vídeos e atividades pedagógicas – organizado a partir de um percurso por cinco locais simbólicos do centro histórico da cidade, com o objetivo de promover uma educação patrimonial crítica e antirracista.

Ao estudar o patrimônio cultural local, considera-se a mudança conceitual de patrimônio ocorrida a partir da década de 1970, regulamentada no Brasil a partir da Constituição de 1988. Essa mudança, fruto de muitos movimentos e lutas sociais – entre eles o Movimento Negro Unificado (MNU) –, que desaguaram na Assembleia Nacional Constituinte (ANC) de 1987, ampliou o conceito de patrimônio ao abranger não apenas bens materiais, como monumentos e edificações, mas também elementos imateriais, como práticas culturais, saberes e tradições das comunidades (Campos, 2022b, p. 62-66). Esse entendimento é destacado por Regina Abreu e Mário Chagas (2009), Assmann (2011), Márcia Chuva (2012a, 2012b, 2020), Cristina Figueira e Lílian Miranda (2012), Oriá (2023) e Tolentino (2016, 2019), entre outros. Considerando a elasticidade adquirida pelo conceito de patrimônio cultural, esta pesquisa se concentra na dimensão histórico-cultural¹, delimitada à região urbana que compõe o Centro Histórico de Jaraguá/GO.

O interesse pela diversidade étnico-cultural de Jaraguá/GO, os objetivos do projeto e seu vínculo com a linha de pesquisa “Saberes Históricos em diferentes espaços de memória”, do Mestrado Profissional em Ensino de História/ProfHistória, direcionaram a definição da Educação Patrimonial e da Educação das Relações Étnico-Raciais como temas centrais da proposta de ensino.

A Educação Patrimonial, como caminho metodológico central, é abordada com base nos documentos oficiais do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), publicados a partir de 1999, particularmente nas diretrizes estabelecidas pela Portaria/Iphan n. 137/2016, que amplia a concepção inicialmente apresentada no *Guia Básico da Educação Patrimonial* (Brasil, 1999). Além disso, dialoga com a bibliografia especializada, que discute a temática e destaca a importância do ensino formal e da escola no processo de formação de cidadãos críticos e responsáveis, capazes de valorizar e atuar na preservação da diversidade cultural e do patrimônio como bem comum.

¹ Utilizo no título da dissertação a expressão patrimônio cultural, em consonância com o artigo 216 da Constituição Federal, que assim o define. Contudo, a própria Constituição e a literatura especializada admitem outras denominações e qualificações — como patrimônio histórico-cultural — para se referir ao mesmo objeto, sobretudo quando se pretende destacar o vínculo entre patrimônio, história e memória.

As diretrizes definidas pela Portaria n. 137/2016 orientam esta pesquisa ao consolidar a Educação Patrimonial como um processo educativo coletivo e dialógico, no qual diferentes grupos sociais participam ativamente da construção dos significados e da preservação do patrimônio. Essa abordagem amplia a visão do patrimônio como um recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais, destacando que ele é também um campo de disputa e negociação entre diferentes grupos sociais. É justamente essa dimensão crítica e participativa que fundamenta o desenvolvimento do Mapa Interativo apresentado nesta pesquisa, ao propor a valorização de memórias historicamente marginalizadas por meio de experiências pedagógicas ancoradas no patrimônio local.

Entre os princípios fundamentais dessa portaria, ressaltam-se a valorização do território como espaço educativo, a articulação das práticas patrimoniais com o cotidiano e a participação social na formulação de políticas patrimoniais. Dessa forma, a Educação Patrimonial não se limita ao ensino sobre monumentos e tradições, mas assume um papel fundamental no reconhecimento das identidades culturais marginalizadas e no combate ao racismo estrutural (Brasil, 2016b).

Nesse contexto, o ensino de História desempenha um papel central no processo de valorização e apropriação do patrimônio cultural, pois permite que os estudantes compreendam sua historicidade e suas múltiplas camadas de significado. Como destaca Oriá (2023, p. 130), a escola é um espaço essencial para a formação da cidadania e para o fortalecimento da relação entre comunidade e patrimônio. No entanto, para desenvolver uma proposta de ensino voltada ao patrimônio cultural, é essencial considerar a trajetória histórica do conceito de patrimônio no Brasil. Desde a criação da primeira legislação, em 1937, que definiu o “patrimônio histórico e artístico nacional” como um conjunto de bens materiais móveis e imóveis de interesse público, até a ampliação do conceito na década de 1980, no contexto da redemocratização, observa-se um processo que por muito tempo excluiu as referências às populações indígenas e afro-brasileiras (Mendes, 2021, p. 185–186).

Essa nova “concepção de patrimônio” contribui “para a valorização das culturas populares não contempladas na memória oficial” (Mendes, 2021, p. 188). Nessa perspectiva, o “conhecimento crítico” do Patrimônio por parte das comunidades, seguido da “apropriação consciente”, constitui fator fundamental para o desenvolvimento de processos para a “preservação sustentável dos bens”, a valorização das identidades e culturas plurais e o fortalecimento do sentimento de cidadania (Brasil, 1999). Aspectos que se alinham às diretrizes para a Educação das Relações Étnico-Raciais, instituídas pela Resolução CNE/CP 1/2004, “com

objetivo de corrigir injustiças, eliminar discriminações e promover a inclusão social e a cidadania” (Brasil, 2004, p. 5).

As ações de Educação Patrimonial visam à “construção coletiva do conhecimento, identificando a comunidade como produtora de saberes que reconhece suas referências culturais inseridas em contextos de significados associados à memória social do local” (Brasil, 2014, p. 22), fortalecendo a valorização da diversidade cultural e da identidade local. Além disso, as diretrizes para a Educação das Relações Étnico-Raciais (Brasil, 2004) orientam a formulação de projetos educativos empenhados no reconhecimento da diversidade étnica e cultural que compõe a nação brasileira e no reconhecimento e valorização da história, da cultura e da identidade dos afro-brasileiros.

A estruturação de uma proposta de ensino de História ancorada nessas duas concepções educacionais se consolida por meio do diálogo com as perspectivas dos estudos sobre história local, memória e patrimônio cultural. Dessa intersecção, revelou-se a importância de abordar os conceitos de lugar de memória, representação/silenciamento e história afro-brasileira.

Oriá (2023, p. 138) destaca que todos os indivíduos e comunidades devem ter possibilidade de “acesso aos bens materiais e imateriais que representem o seu passado, a sua tradição, enfim a sua História”. Sua divulgação pode contribuir para a promoção de uma memória plural, na qual diferentes narrativas históricas, representativas das diversas identidades, coexistam, sejam respeitadas e consideradas legítimas. Apropriar-se da memória e da história de seus antepassados pode estimular a população afro-brasileira de Jaraguá/GO a buscar oportunidades para redefinir a presença de seus saberes e vivências na história local.

A pesquisa sobre as concepções e práticas pedagógicas no ensino de História, com ênfase no patrimônio cultural e na história local de Jaraguá/GO, bem como na Memória e Educação Patrimonial, é embasada nos estudos de Abreu e Chagas (2009), Aleida Assmann (2011), Jan Assmann (2016), Bittencourt (2009), Campos (2021, 2022a, 2022b), Le Goff (2013), Oriá (2005, 2023), Junia Pereira e Ricardo Oriá (2012), Pinto (2011, 2016), Schmidt (2007), Schmidt e Cainelli (2009) e Tolentino (2016, 2019), entre outros. Esses autores oferecem fundamentação teórica tanto para a formulação de propostas de ensino quanto para a reflexão crítica sobre os desafios encontrados na intersecção do ensino de História local com a memória e o patrimônio cultural. Suas contribuições são essenciais para entender as relações conceituais entre história, memória e patrimônio cultural e para analisar as representações e os silêncios que permeiam a narrativa histórica de Jaraguá/GO.

O estudo sobre os fundamentos para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, além dos documentos regulamentadores, apoia-se em Carmem Gil e Jonas Camargo (2018), Carmem Gil e Carla Meinerz (2017), Nilma Gomes (2012), Nilma Gomes e Rodrigo Jesus (2013), Alessandra Lima (2012), Hebe Mattos e Martha Abreu (2012), Mendes (2021) e Mylene Visani (2018), cujos trabalhos oferecem importantes subsídios para a promoção de uma abordagem educacional inclusiva e crítica, voltada à valorização das contribuições da cultura afro-brasileira na construção da identidade nacional e/ou local.

A História Local, ao focar as identidades e culturas específicas de uma região, apresenta-se como estratégia educacional essencial para que os estudantes compreendam seu ambiente imediato, reconheçam o “passado sempre presente nos vários espaços de convivência” (Bittencourt, 2009, p. 168) e reflitam sobre “problemas significativos da história do presente” (2009, p. 278).

Portanto, integrar a História Local ao ensino possibilita ao estudante uma visão mais rica e conectada de seu próprio lugar no mundo, fortalecendo a compreensão de sua herança cultural e promovendo um senso de pertencimento e responsabilidade pela preservação e valorização da história, da memória e do patrimônio cultural, tanto no âmbito individual quanto coletivo. Essa integração também contribui para a constituição de narrativas históricas representativas das identidades de uma dada comunidade.

Nesse sentido, Le Goff (2013) destaca que o patrimônio cultural é um campo dinâmico de significados, em constante diálogo com as demandas contemporâneas – daí a necessidade de uma abordagem crítica na educação patrimonial, que questione as narrativas dominantes e valorize diversas interpretações e experiências históricas. Abreu e Chagas (2009) argumentam que a salvaguarda do patrimônio, tanto material quanto imaterial, não apenas preserva expressões culturais, mas também fortalece os laços de pertencimento e facilita a compreensão das dinâmicas sociais atuais e passadas. Assmann (2011), por sua vez, sublinha que a preservação e a educação patrimonial são vitais para promover a inclusão e a representatividade de comunidades historicamente marginalizadas, bem como a valorização de suas contribuições históricas.

Assim, ressaltar a diversidade de vivências e narrativas possíveis na composição da história de um lugar – particularmente as contribuições da população afro-brasileira – amplia a compreensão histórica. Nesse sentido, Marcia Bezerra (2020) e Schmidt e Cainelli (2009) salientam a importância da memória e do patrimônio cultural como elementos dinâmicos, essenciais para o desenvolvimento da cidadania ativa e consciente. Esse é um aspecto vital na

educação dos estudantes, que devem ser estimulados a aprender História de maneira interativa, participando ativamente da interpretação e da conservação do patrimônio cultural de suas próprias comunidades. Hall (2006) e Pinto (2011) acrescentam que a identidade cultural, moldada pelas dinâmicas de memória, é continuamente negociada, permitindo que indivíduos e comunidades reinterpretem seu passado e redefinam sua relação com o presente.

Em termos metodológicos, esta é uma pesquisa aplicada, de natureza qualitativa e abordagem mista – por envolver aspectos documentais, bibliográficos e de campo –, estruturada em quatro etapas: a) levantamento documental e bibliográfico: revisão de documentos e bibliografia relacionados à história, memória e patrimônio cultural, incluindo legislação, artigos acadêmicos, livros e fontes primárias, com o objetivo de estabelecer uma base teórica sólida e contextualizar a pesquisa no campo mais amplo da História e da Educação Patrimonial; b) pesquisa de campo: coleta de dados *in loco*, por meio de visitas a espaços do Patrimônio Histórico-Cultural de Jaraguá/GO; c) definição do percurso para o Mapa Interativo: seleção criteriosa dos locais do Centro Histórico de Jaraguá/GO, com base na relevância histórica e cultural para a população afro-brasileira local; d) elaboração do material propositivo: desenvolvimento de um recurso pedagógico digital que articule os resultados da pesquisa aos objetivos educativos da proposta.

O processo de pesquisa e reflexão sobre as representações e silenciamentos da história afro-brasileira no patrimônio cultural de Jaraguá/GO estrutura-se em três capítulos. O primeiro, intitulado *História local, memória e patrimônio: conexões para uma proposta de educação patrimonial*, apresenta as bases teórico-conceituais que fundamentam esta proposta de ensino, articulando o patrimônio cultural jaraguense à história local e às questões étnico-raciais. Este capítulo divide-se em três subcapítulos.

O primeiro, *História local, memória e educação patrimonial*, explora as intersecções entre história local, construção da memória coletiva e a metodologia da Educação Patrimonial. A discussão parte da premissa de que ensinar História a partir de referências locais pode contribuir para uma educação mais cidadã, inclusiva e crítica, especialmente quando conecta os sujeitos à sua territorialidade e às memórias sociais em disputa.

O segundo subcapítulo, *Breve histórico de Jaraguá/GO*, apresenta o percurso da cidade desde seu surgimento como povoado minerador, no início do século XVIII, até a segunda década do século XX, contextualizando aspectos históricos relevantes para a compreensão de seu patrimônio cultural.

O terceiro subcapítulo, *Panorama do patrimônio cultural de Jaraguá/GO*, levanta políticas públicas, leis, regulamentações, ações particulares e publicações acadêmicas relacionadas ao patrimônio local entre 1952 e a década de 2020, além de apresentar um inventário sistematizado dos elementos do patrimônio histórico-cultural material e imaterial da cidade.

Neste capítulo, as discussões sobre História, memória, patrimônio cultural e ensino de História fundamentam-se em autores como Abreu e Chagas (2009), Aleida Assmann (2011), Jan Assmann (2016), Bittencourt (2009), Campos (2021, 2022a, 2022b), Le Goff (2013), Oriá (2005, 2023), Pereira e Oriá (2012), Pinto (2011, 2016), Schmidt (2007), Schmidt e Cainelli (2009) e Tolentino (2016, 2019), entre outros. As análises e problematizações acerca da história, da memória e do patrimônio cultural de Jaraguá/GO foram estruturadas a partir de produções acadêmicas, documentos oficiais, acervos de museus e de memorialistas locais, como Araújo (2018), Lorena Assunção (2012), Bertran (2010), Chaul (2010), Lyz Duarte (1999, 2004), Fonseca (1999), Daura Hamú (2003, 2004), Dulce Pedroso (1995, 2012), Carla Pinto (2015), Prefeitura de Jaraguá (2007, 2008, 2013, 2023), entre outros.

O segundo capítulo, intitulado *Patrimônio desvelado*, aprofunda a análise do patrimônio cultural da cidade, propondo reinterpretações que reconhecem e valorizam experiências, histórias e memórias afro-brasileiras marginalizadas ou ausentes nas narrativas e representações oficiais. Considerando o patrimônio como uma construção social dinâmica, resultado das interações e interpretações das comunidades locais, este capítulo organiza-se em três subcapítulos.

O primeiro, *História e memória afro-brasileira no patrimônio histórico-cultural de Jaraguá/GO: relações de poder, estereótipos e silenciamentos*, discute como as dinâmicas sociais de poder influenciam as narrativas, representações e omissões presentes no patrimônio cultural local. A análise enfoca os estereótipos e os silenciamentos relacionados à população afrodescendente, destacando a importância de tornar visíveis essas memórias marginalizadas e de ressignificar criticamente os chamados “lugares de memória” (Nora, 1993), compreendidos aqui como espaços materiais e simbólicos que expressam disputas por reconhecimento, pertencimento e identidade. Ao propor essa revisão crítica, o capítulo contribui para uma educação histórica comprometida com a valorização da diversidade e com a construção de uma memória coletiva mais plural, justa e antirracista.

O segundo subcapítulo, *Patrimônio cultural como espaço de memória e de ensino da história afro-brasileira*, apresenta uma reflexão sobre o patrimônio cultural enquanto espaço

de memória e recurso pedagógico essencial para promover a educação das relações étnico-raciais e o ensino da história afro-brasileira.

Por fim, o terceiro subcapítulo, *Patrimônio desvelado: vivências, resistências, histórias e memórias afro-brasileiras em Jaraguá/GO*, analisa cinco espaços do Patrimônio Histórico-Cultural – Praça do Rosário, Beco e Fonte do Galvão, Rua das Flores, Casa de Cultura Padre Silvestre e a Igreja Nossa Senhora da Penha – selecionados por seus vínculos com a população afro-brasileira. A análise desvela novas possibilidades de narrativas e representações sobre a história e a memória afrodescendente local, contribuindo para o reconhecimento de vínculos identitários e a problematização de estereótipos raciais naturalizados em narrativas hegemônicas.

As discussões desenvolvidas neste capítulo se fundamentam nos documentos regulamentadores – como a Lei 10.639/2003 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africanas –, bem como nos estudos de Gil e Camargo (2018), Gil e Meinerz (2017), Gomes (2012), Gomes e Jesus (2013), Lima (2012), Mattos e Abreu (2012), Mendes (2021), Elaine Palermo (2021) e Visani (2018), entre outros. Também se apoia em bibliografia especializada e em fontes documentais e históricas sobre o município de Jaraguá/GO.

O terceiro capítulo, *Um percurso virtual e novos caminhos pelo patrimônio cultural de Jaraguá/GO*, apresenta o material propositivo da dissertação, estruturando-se em dois subcapítulos.

O primeiro, *Fundamentos da proposta de ensino*, expõe os princípios teóricos e metodológicos que sustentam a proposta, destacando as justificativas para uma abordagem pedagógica baseada na Educação Patrimonial e nas Diretrizes para a Educação das Relações Étnico-Raciais. Enfatiza-se, nesse contexto, a importância de integrar tecnologia, patrimônio cultural e a história afro-brasileira como estratégia para valorizar a diversidade e enfrentar racismo estrutural.

O segundo subcapítulo, *Mapa Interativo: espaços, histórias e memórias afro-brasileiros em Jaraguá/GO²*, apresenta o Mapa Interativo como ferramenta pedagógica estruturada em cinco espaços patrimoniais – Praça do Rosário, Beco e Fonte do Galvão, Rua das Flores, Casa de Cultura Padre Silvestre e Igreja Nossa Senhora da Penha –, escolhidos por seus vínculos históricos e culturais com a população afro-brasileira local. A proposta visa a ressignificar as

² No ambiente digital, o produto foi nomeado como Mapa Interativo Espaços da Memória Afro-Brasileira no Patrimônio Cultural de Jaraguá/GO, considerando a adequação visual, comunicativa e pedagógica ao formato digital e ao público escolar.

narrativas históricas associadas a esses espaços, promovendo novas possibilidades de representação e visibilidade para as histórias e memórias afrodescendentes, contribuindo para uma educação crítica, inclusiva e antirracista.

O desenvolvimento da parte propositiva apoia-se em Bittencourt (2009), Pinto (2011, 2016) e Schmidt e Cainelli (2009), cujos estudos abordam roteiros pedagógicos e percursos em centros históricos como estratégias de educação patrimonial que conectam estudantes ao patrimônio cultural por meio de experiências ativas e reflexivas. Costa (2018) e Palermo (2021) complementam essa fundamentação ao discutir o uso de espaços de memória e tecnologias digitais como ferramentas pedagógicas voltadas ao ensino de História e à valorização da diversidade cultural.

Ao tomar como objeto de análise o patrimônio cultural de Jaraguá/GO e as representações históricas sobre a população afro-brasileira, esta dissertação busca contribuir para ampliar abordagens críticas e inclusivas no ensino de História, fomentando a construção de saberes historicamente situados e vinculados à realidade social. Pretende também oferecer subsídios para a valorização de memórias marginalizadas, estimulando reflexões sobre diversidade, equidade e responsabilidade social na prática educativa. Dessa forma, espera-se apoiar novas interpretações sobre o passado local e sobre os sujeitos que dele participaram, fortalecendo narrativas mais plurais e justas.

1 HISTÓRIA LOCAL, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO: CONEXÕES PARA UMA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

O ensino de História apresenta-se como um “lugar privilegiado para a construção da cidadania”, segundo Ismênia Martins (2007, p. 20). Bittencourt (2009) compartilha dessa visão e vai além, reforçando que as principais finalidades de ensinar História envolvem a constituição de identidades plurais e a formação intelectual e humanística, essenciais para o desenvolvimento da consciência histórica. Oriá (2023) também destaca que “o ensino de História tem um papel fundamental [...] para o exercício e formação da cidadania, que se traduz, também, no conhecimento e na valorização” do “patrimônio cultural” (p. 130). Mendes (2021) acrescenta que “a metodologia da educação patrimonial tem sido usada não apenas para valorizar os bens culturais, mas também para fortalecer o sentimento de pertencimento dos estudantes em relação às suas comunidades locais” (p. 190).

Nesse sentido, a possibilidade de oportunizar aos estudantes da escola em que trabalho e de outras escolas de Jaraguá/GO o contato com uma “outra história” – uma história que inclua identidades e culturas plurais – sustenta essa proposta de Educação Patrimonial, que investiga se a história e a memória afro-brasileira compõem o patrimônio cultural de Jaraguá/GO ou se prevalecem silenciamentos, buscando compreender a natureza dessas representações.

Direcionar o olhar para as identidades e culturas locais configura-se como uma importante estratégia para que os estudantes compreendam seu “entorno”, identifiquem o “passado sempre presente nos vários espaços de convivência” (Bittencourt, 2009, p. 168) e reflitam sobre os “problemas significativos da história do presente” (2009, p. 278). Marcos Silva e Selva Guimarães (2012) acrescentam que o “conhecimento histórico ganha muito quando incorpora o imediato em seu universo”, especialmente quando essa “história imediata” é reconhecida como ponte para compreender as diversas experiências sociais ao longo do tempo (Silva; Guimarães, 2012, p. 69).

Sobre o debate em torno das identidades, Hall (2000) afirma que ele deve estar vinculado “a todos aqueles processos e práticas que têm perturbado o caráter relativamente ‘estabelecido’ de muitas populações e culturas”. Nessa proposta, espera-se que as discussões incomodem esse ‘caráter relativamente estabelecido’, especialmente no que se refere à história afro-brasileira. Não se trata de “invocar uma origem” enraizada no “passado histórico com o qual” a população afro-brasileira de agora continuaria “a manter uma certa correspondência”, mas de compreender que as identidades têm, sim, relação com a “utilização dos recursos da

história, da linguagem e da cultura”, não para produzir “aquilo que somos, mas aquilo no qual nos tornamos” (Hall, 2000, p. 108-109). Portanto, não se pretende incentivar o estudo e a compreensão das identidades plurais que formam Jaraguá/GO para justificar o que somos enquanto comunidade ou de onde viemos, mas para compreender “quem nós podemos nos tornar, como nós temos sido representados e como essa representação afeta a forma como nós podemos representar a nós próprios” (Hall, 2000, p. 109).

A construção da memória local e do patrimônio não é um processo neutro, mas, sim, fruto de escolhas, interesses e relações de poder (Hall, 2006; Nora, 1993). É fundamental compreender que aquilo que se transforma em patrimônio reconhecido oficialmente, muitas vezes, resulta de disputas simbólicas, podendo silenciar ou invisibilizar experiências de determinados grupos sociais.

1.1 História local, memória e educação patrimonial

A história de uma comunidade é muito mais que um registro cronológico de eventos; é um tecido complexo de narrativas entrelaçadas, memórias compartilhadas e patrimônio cultural que moldam representações e identidade(s). Essas narrativas, memórias e expressões culturais se manifestam de forma tangível e intangível, nos chamados “lugares de memória”, conceito articulado por Pierre Nora (1993). Para o autor, esses lugares não são apenas locais físicos, mas também símbolos e representações que moldam a maneira como uma sociedade se lembra, interpreta e representa seu passado. Eles funcionam como pontos de convergência entre história e memória, preservando e transmitindo narrativas sobre o passado e contribuindo para a construção da cultura de uma comunidade (Nora, 1993, p. 21-22).

Sobre a relação entre história e memória, Le Goff (2013, p. 53) considera que “toda história é contemporânea, na medida em que o passado é aprendido no presente e responde, portanto, a seus interesses”. Dessa forma, a memória constitui-se num “elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje” (Le Goff, 2013, p. 435). O conceito de memória, portanto, ganha centralidade na historiografia contemporânea, que, desde meados do século XX, passou por um processo de diversificação dos objetos de estudo. Esse movimento ampliou o campo da História para abarcar uma variedade de lugares, sujeitos e culturas, deslocando o foco das narrativas políticas e de poder para novas perspectivas, como a história social e cultural.

Bittencourt (2009) traça um panorama desse desenvolvimento, destacando como as concepções historiográficas influenciaram as produções acadêmicas e o ensino de História no Brasil – desde a História como Narrativa do positivismo (do século XIX à primeira metade do século XX), o marxismo e a Escola dos Annales com a História Social ou Nova História (1950-1970), a História Cultural (1980), atualmente conhecida como Nova História Cultural, e a História do Tempo Presente ou Presente como História, ou ainda História Imediata, à qual muitos historiadores têm se dedicado. Ela salienta que movimentos sociais, como os feministas, ambientalistas, étnicos e religiosos, e suas lutas contra discriminações e preconceitos colocaram a história social no centro das problemáticas das pesquisas históricas (Bittencourt, 2009, p. 148).

Silva e Guimarães (2012) ressaltam que essa nova abordagem historiográfica, influenciada pela Nova História Francesa e pela História Social Inglesa, exerceu impacto significativo no campo de pesquisa “ensino de História”, especialmente no Brasil. Essa perspectiva renovou o enfoque nos estudos sobre memória coletiva ao incluir tanto a cultura material quanto a imaterial como elementos centrais na construção de narrativas históricas. Esses estudos “tornaram-se referências clássicas, tanto para a pesquisa acadêmica como para o ensino fundamental e médio de história” (Silva; Guimarães, 2012, p. 68). No Brasil, essa ampliação de abordagem e enfoques possibilitou incorporar novos sujeitos na escrita histórica, reconhecendo e valorizando lembranças e experiências de indivíduos ou grupos provenientes de setores populares, muitas vezes marginalizados pelas narrativas oficiais.

Sobre esse contexto, Bittencourt (2009) destaca que a aproximação entre Historiografia e Antropologia, verificada a partir da década de 1980, foi determinante para consolidar a emergência da História Cultural. Essa nova perspectiva direcionou o foco histórico aos povos sem escrita e àqueles marginalizados ou omitidos pela narrativa histórica dominante, desafiando as abordagens anteriores, como o positivismo, a escola dos Annales e a Nova História. Esse movimento resultou na emergência de uma história cultural que articula a micro-história³ à macro-história, que tem sido conhecida como Nova História Cultural, e cuja influência se disseminou em escala mundial.

³ Movimento de renovação historiográfica, ocorrido na Itália no final da década de 1970, e que deu novo impulso aos estudos de história local. Contrários à mera importação de modelos historiográficos provenientes da França e interessados em destacar as peculiaridades italianas, inclusive no campo da documentação, historiadores como Giovanni Levi, Carlo Ginzburg e Carlo Poni se dedicaram a explorar as especificidades locais a partir de outra perspectiva, a denominada micro-história. Esse movimento relaciona-se ao panorama historiográfico da Europa daquele momento, especialmente na França e na Itália.

Bittencourt (2009, p. 149) sintetiza esse processo afirmando que ele “renovou a história das mentalidades e, sobretudo, ‘a velha história das ideias’, inserindo-as em uma perspectiva sociocultural preocupada não apenas com o pensamento das elites, mas também com as ideias e confrontos de ideias de todos os grupos sociais”. Essa compreensão também se expressa nos estudos de Aryana Costa (2019), Figueira e Miranda (2012), Mendes (2021), Oriá (2023) e Schmidt (2007), que evidenciam a ampliação de olhares para outras experiências históricas.

A micro-história nasceu “motivada pela necessidade de explorar o local e o específico” em escala microscópica. Essa característica lhe atribuiu, enquanto prática historiográfica, a fundamentação em variadas referências teóricas e em “estudo intensivo de material documental”. Essa abordagem oferece contribuição especial às pesquisas de História Local, por privilegiar “o particular, o pormenor e o empírico, permitindo ao pesquisador visualizar incongruências do processo histórico e, dessa forma, revelar as estratégias de sobrevivência usadas pelos grupos sociais em sua vida cotidiana” (Figueira; Miranda, 2012, p. 109).

Considerando o contexto do século XXI, Figueira e Miranda (2012), ao refletirem sobre as implicações culturais da globalização, destacam que a universalização de gostos e costumes e uma “padronização sem precedentes da cultura norte-americana” sobre outros povos acabam por menosprezar culturas regionais e locais, diante das “manifestações culturais mundializadas”. E, talvez por isso,

[...] cada vez mais, ao redor do globo, manifestações e movimentos políticos e sociais têm buscado discutir e investir nas ações afirmadoras das identidades locais e nacionais em detrimento da simples pasteurização cultural. O fortalecimento da cultura local, do resgate da memória e da história local pode ser entendido como uma espécie de antídoto contra a padronização da cultura. [...], uma vez que o local e o cotidiano como espaços da memória são constitutivos de possibilidades educativas e formadoras (Figueira; Miranda, 2012, p. 114).

Dessa forma, a História Local, ao focar as identidades e culturas específicas de uma região, apresenta-se como estratégia educacional essencial para que os estudantes compreendam seu ambiente imediato. Segundo Bittencourt (2009), essa abordagem permite que os estudantes reconheçam o “passado sempre presente nos vários espaços de convivência” (p. 168) e reflitam sobre “problemas significativos da história do presente” (p. 278). Silva e Guimarães (2012) acrescentam que o “conhecimento histórico ganha muito quando incorpora o imediato em seu universo”, especialmente quando essa “história imediata” é reconhecida como ponte para compreender as diversas experiências sociais ao longo do tempo (Silva; Guimarães, 2012, p. 69).

Ensinar História, partindo-se da perspectiva do local como objeto de conhecimento e como espaço de referência para o conhecimento, torna-se, portanto, uma estratégia pedagógica capaz de aproximar as experiências socioculturais do cotidiano dos estudantes aos temas estudados, estabelecendo relações com outros tempos e lugares e integrando História Local, Nacional e Universal (Schmidt, 2007, p. 193).

Ao estudar de forma minuciosa as experiências históricas de uma comunidade ou região específica, a História Local busca compreender as especificidades e nuances do lugar, explorando as transformações sociais, políticas, econômicas e culturais ocorridas ao longo do tempo. Isso é fundamental para a valorização da memória coletiva e individual de pessoas que vivem ou viveram na localidade, resgatando e evidenciando suas histórias. Mais do que o levantamento de fatos isolados, a proposta envolve a compreensão das relações entre os acontecimentos e os contextos mais amplos em que estão inseridos, problematizando influências externas e internas, como migrações, conflitos e mudanças estruturais. Assim, torna-se possível refletir sobre como as identidades locais são formadas, tensionadas e adaptadas no curso das dinâmicas históricas.

Integrar a História Local ao ensino permite oferecer aos estudantes uma visão mais rica e conectada de seu próprio lugar no mundo. Isso não só fortalece a compreensão de sua herança cultural, mas também promove um senso de pertencimento e responsabilidade pela preservação e valorização da história, da memória e do patrimônio cultural, tanto no âmbito individual quanto da coletividade.

O contexto de Jaraguá/GO oferece situações bastante pertinentes ao trabalho sob a perspectiva da História Local. Surgida em 1736, quando “pretos faiscaidores” encontraram ouro na região, formando um núcleo de povoamento chamado “Arraial Corgo do Jaraguá” (Bertran, 2010, p. 79), possui importante acervo cultural tangível e intangível – diversos edifícios representativos da arquitetura colonial, alguns dos quais passaram por processo de patrimonialização; museus, manifestações artístico-religiosas que remontam aos primórdios do povoamento etc. Mas, por trás das fachadas dos edifícios ou disfarçadas nas vestimentas típicas das festas e tradições, escondem-se saberes e vivências de indivíduos e grupos, invisibilizados nas narrativas da História tradicional/oficial local. Entre esses grupos, destaca-se a população afro-brasileira, cuja presença, saberes e feitos ficaram marginalizados na História, excluídos ou desconsiderados no acervo patrimonial da cidade.

Devido a sua origem ligada à mineração, Jaraguá é uma cidade onde, em maior ou menor escala, a escravização de africanos e afro-brasileiros foi praticada, sendo, por conseguinte,

habitada no passado e no presente por pessoas afro-brasileiras. Entretanto, não se identificam menções ou representações consistentes acerca da história e da memória da população afro-brasileira nos acervos e narrativas da História oficial. Essa importante parcela da população tem suas vivências, contribuições culturais, sociais e políticas desconsideradas, minimizadas ou estereotipadas nas narrativas e representações convencionais da história e do patrimônio cultural local.

Diante disso e na perspectiva da História Local, o desenvolvimento desta proposta de ensino, ocupada em identificar, compreender e problematizar as representações e os silenciamentos da história e da memória afro-brasileira no patrimônio cultural de Jaraguá/GO, vai além do simples ato de lembrar. Envolve a busca por valorização das identidades plurais que constituem a história e a memória da comunidade local.

A tarefa de pesquisar, desvendar e compreender as representações e os silêncios que cercam a história da população afro-brasileira no patrimônio cultural local pressupõe entendimento do papel que a memória (individual ou coletiva) exerce no processo de constituição das narrativas históricas e suas representações. A memória é importante na construção da identidade e da cidadania:

[...] é a memória dos habitantes que faz com que eles percebam, na fisionomia da cidade, sua própria história de vida, suas experiências sociais e lutas cotidianas. A memória é, pois, imprescindível na medida em que esclarece sobre o vínculo entre a sucessão de gerações e o tempo histórico que as acompanha (Oriá, 2023, p. 139).

Compreendida como elemento vital da identidade individual ou coletiva, a memória é continuamente moldada pelas interações sociais e culturais (Le Goff, 2013). Ela não é estática; é reconstruída a cada momento, influenciando como nos percebemos e como somos percebidos pelos outros, servindo como um elo dinâmico entre o passado e o presente. Nessa mesma perspectiva, Hall (2000) argumenta que a identidade cultural é formada e transformada continuamente em um diálogo com a memória e a cultura. As identidades são construídas por meio da memória, que serve como um arquivo de significados e representações culturais, permitindo que as pessoas se localizem em suas próprias histórias e comunidades.

Destaca-se aqui a relevância de Nora (1993), com seu conceito de “lugares de memória”, entendidos como espaços materiais ou simbólicos nos quais a memória coletiva é cristalizada, muitas vezes substituindo a vivência direta do passado. Halbwachs (2004), por sua vez, contribui com a categoria “memória coletiva”, ao demonstrar que a memória é construída socialmente por grupos e está profundamente ligada às identidades e disputas de poder. A partir

dessas bases, autores como Aleida Assmann (2011) e Jan Assmann (2016) aprofundam as discussões sobre memória cultural, distinguindo entre formas comunicativas e institucionais de lembrar. Abreu e Chagas (2009), por sua vez, destacam que os processos de patrimonialização envolvem disputas simbólicas e escolhas políticas que conferem visibilidade a determinadas narrativas, enquanto silenciam outras. Essas perspectivas são fundamentais para a análise crítica dos mecanismos de silenciamento que marcam as memórias afro-brasileiras no patrimônio cultural jaraguense.

Assmann (2016) desenvolveu o conceito de “memória cultural” a partir do conceito de memória coletiva, de Halbwachs, expandindo-o para incluir dois tipos de manifestação da memória: a memória comunicativa e a memória cultural. A primeira, transmitida ao longo das gerações em um contexto informal; e a segunda, preservada por meio de textos, rituais e monumentos, formando a base para o que entendemos como tradição e herança cultural.

A memória, conforme abordada por Assmann (2011), é mais do que uma simples recordação; é uma reconstrução ativa que interage com o presente e molda a compreensão social e individual. A memória cultural, identificada nos “espaços da recordação”, é um processo contínuo de construção que sobrevive e influencia gerações. Dessa forma, a preservação e a transmissão da memória são fundamentais para a compreensão das diferentes narrativas que constituem a história de um lugar. Nessa perspectiva, o patrimônio cultural não é apenas um conjunto de objetos físicos, mas um reflexo das experiências compartilhadas e das narrativas culturais que permeiam uma comunidade.

A concepção de memória coletiva desenvolvida por Assmann (2016) se alinha aos objetivos desta pesquisa, pois fundamenta uma análise detalhada das dinâmicas de transmissão e preservação da memória afro-brasileira em Jaraguá/GO e contribui para a compreensão de narrativas que permeiam o patrimônio cultural local.

Quanto à importância da memória e do patrimônio cultural no processo de constituição das narrativas históricas representativas das identidades de uma dada comunidade, diversos autores convergem. Para Le Goff (2013), o patrimônio cultural é um campo dinâmico de significados, em constante diálogo com as demandas contemporâneas, daí a necessidade de uma abordagem crítica na educação patrimonial que questione as narrativas dominantes e valorize diversas interpretações e experiências históricas. Abreu e Chagas (2009) argumentam que a salvaguarda do patrimônio, tanto material quanto imaterial, não só preserva expressões culturais, mas também fortalece os laços de pertencimento e facilita a compreensão das dinâmicas sociais atuais e passadas. Assmann (2011), por sua vez, sublinha que a preservação

e a educação patrimonial são vitais para promover a inclusão, a representatividade de comunidades historicamente marginalizadas e a valorização das suas contribuições históricas.

Esse entendimento comum reforça a relevância dessa proposta de educação patrimonial para Jaraguá/GO. Uma proposta de ensino de História que “reconhece a pluralidade dos modos de estar no mundo e busca uma concepção de racionalidade mais ampla, que valorize a diversidade cultural” (Mendes, 2021, p. 201). E, portanto, integrada a políticas afirmativas, como a Lei n. 10.639/2003, que tornou obrigatório o Ensino de História e cultura afro-brasileira nos currículos escolares, e a posteriores regulamentações de uma Educação para as Relações Étnico-Raciais no Brasil. Isso envolve, em “termos epistemológicos e políticos, tanto uma crítica ao silenciamento e à invisibilização dos negros na história universal, quanto na abertura para a emergência dos novos conhecimentos que valorizem a presença dos afro-brasileiros na formação da cultura brasileira” (Mendes, 2021, p. 203).

No âmbito da História Local, evidenciar as múltiplas vivências e experiências que compõem o passado de uma comunidade – especialmente aquelas protagonizadas pela população afro-brasileira – implica reconhecer disputas em torno do que é lembrado, silenciado ou excluído dos espaços de memória. Como argumentam Bezerra (2020) e Schmidt e Cainelli (2009), tanto a memória quanto o patrimônio devem ser entendidos como construções sociais dinâmicas. Refletir sobre essa condição é essencial para que o ensino de História não apenas apresente versões ampliadas do passado, mas também contribua para formar sujeitos críticos frente aos processos de representação e patrimonialização.

Nesse contexto, os estudantes são estimulados a aprender História de maneira interativa, participando ativamente da interpretação e da preservação do patrimônio cultural de suas próprias comunidades. Hall (2006) e Pinto (2011, 2016) acrescentam que a identidade cultural, moldada pelas dinâmicas de memória, é continuamente negociada, permitindo que os indivíduos e grupos reinterpretem seu passado e definam sua relação com o presente.

Em Jaraguá/GO, a educação patrimonial encontra terreno fértil nas tradições e no patrimônio histórico e cultural local, como a Casa do Padre Silvestre, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, a Rua das Flores, além de celebrações como a Folia de Reis, a Cavalhada e a Entrada da Rainha, e lendas como a de Tereza Bicuda. Esses elementos, conforme discutido por Figueira e Miranda (2012), são cruciais para o desenvolvimento de uma consciência comunitária e uma identidade cultural fortalecida, servindo como ponto de partida para projetos de educação patrimonial que integram tanto o patrimônio material quanto o imaterial (Figueira; Miranda, 2012, p. 8-12).

Como metodologia central, a educação patrimonial é abordada com base nos documentos oficiais do Iphan publicados a partir de 1999, particularmente nas diretrizes estabelecidas pela Portaria/Iphan n. 137/2016, que amplia a concepção inicialmente apresentada no *Guia Básico da Educação Patrimonial* (Brasil, 1999). Além disso, dialoga com a bibliografia especializada, que discute a temática, destacando a importância do ensino formal e da escola no processo de formação de cidadãos críticos e responsáveis, capazes de valorizar e atuar na preservação da diversidade cultural e do patrimônio como bem comum.

Inicialmente, o *Guia Básico da Educação Patrimonial* (Brasil, 1999) definia a Educação Patrimonial como:

[...] um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural (Brasil, 1999, p. 4).

Mais recentemente, essa concepção foi ampliada, incorporando a ideia de participação ativa das comunidades no reconhecimento e preservação de seus patrimônios. Nesse sentido, o entendimento e as diretrizes estabelecidas pela Portaria/Iphan n. 137/2016 dialogam diretamente com esta pesquisa, ao consolidarem a proposta de Educação Patrimonial como um processo educativo coletivo e dialógico, em que diferentes grupos sociais participam da construção dos significados e da preservação dos bens culturais. Diferente da concepção inicial de 1999, que enfatizava um processo centrado no patrimônio como fonte primária, a nova abordagem amplia a compreensão do patrimônio como referência cultural viva, como recurso para a leitura sócio-histórica das experiências coletivas e como campo de disputas simbólicas e negociações entre diferentes sujeitos sociais. Conforme dispõe a Portaria do Iphan n. 137, de 2016, em seu artigo 2º:

[...] entende-se por Educação Patrimonial os processos educativos formais e não formais, construídos de forma coletiva e dialógica, que têm como foco o patrimônio cultural socialmente apropriado como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais, a fim de colaborar para seu reconhecimento, valorização e preservação (Brasil, 2016a, p. 1).

A Portaria n. 137/2016 do Iphan consolida a Educação Patrimonial como um processo educativo coletivo e dialógico, que valoriza os saberes comunitários, promove a construção crítica do conhecimento e reconhece as referências culturais inscritas na memória social dos grupos sociais historicamente excluídos (Brasil, 2014, 2016a). Essa abordagem amplia a visão do patrimônio como um recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais, destacando que ele é também um campo de disputa e negociação entre diferentes grupos sociais. Entre os princípios fundamentais dessa portaria, ressaltam-se a valorização do território como espaço educativo, a articulação das práticas patrimoniais com o cotidiano e a participação social na formulação de políticas patrimoniais. Dessa forma, a Educação Patrimonial não se limita ao ensino sobre monumentos e tradições, mas assume um papel fundamental no reconhecimento das identidades culturais marginalizadas e no combate ao racismo estrutural (Brasil, 2016a).

Nesse processo, “a escola e, em particular, o ensino de História, têm papel fundamental. Ela, em última instância, é o *locus* para o exercício e a formação da cidadania, que se traduz, também, no conhecimento e na valorização do patrimônio cultural” (Oriá, 2023, p. 130). No entanto, desenvolver uma proposta de ensino voltada ao estudo do patrimônio cultural exige considerar a trajetória histórica do próprio conceito de patrimônio no Brasil. Desde a primeira legislação, de 1937, que definia como “patrimônio histórico e artístico nacional” apenas os bens materiais móveis e imóveis ligados a grandes feitos da História oficial – excluindo, assim, as memórias de grupos como os indígenas e os afro-brasileiros – até a reconfiguração ocorrida a partir da década de 1980, observa-se um processo de ampliação. Nesse novo contexto, sob influência dos debates democráticos e das lutas por reconhecimento, passa-se a adotar a expressão “patrimônio cultural”, que incorpora também os bens imateriais e reconhece as referências identitárias dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (Mendes, 2021, p. 185-186).

A mudança de foco nas políticas de patrimônio do Brasil, que passaram a valorizar não apenas os bens materiais, mas também os imateriais, considerando as várias expressões culturais como essenciais para a compreensão da diversidade e riqueza cultural do país (Abreu; Chagas, 2009, p. 13-16), é particularmente relevante em Jaraguá, onde a história e as expressões culturais refletem a complexidade das tradições locais e das histórias que formam a base da identidade da comunidade.

A implementação de práticas educativas que exploram esses “lugares de memória” pode fomentar nos jovens um respeito mais profundo pelo seu ambiente cultural e histórico. Estratégias educacionais devem ser renovadas para incluir as sensibilidades culturais,

especialmente em meio às lutas contemporâneas pela preservação da memória contra o esquecimento e o silenciamento (Pereira; Oriá, 2012, p. 161-171). Isso implica uma educação patrimonial que não apenas informa, mas também engaja os estudantes ativamente na preservação e celebração de sua herança cultural.

No entanto, é preciso considerar que os processos de patrimonialização envolvem contradições e disputas de poder. Conforme adverte Campos (2021, p. 6), “a eloquência com que se patrimonializa um bem cultural ou natural, por vezes, aponta apenas para seu uso político-partidário, com a omissão de seu ideal objetivo: a proteção do patrimônio e/ou a emancipação dos grupos detentores do bem”. Campos (2022a, p. 188) reforça ainda que o patrimônio cultural, se apropriado de forma irrefletida, pode “encobrir casos de opressão, racismo, desigualdade social, até mesmo, genocídios”.

Portanto, a educação patrimonial em Jaraguá/GO deve ser vista como uma ferramenta integral no currículo educacional, não apenas para preservar a memória histórica e os saberes locais, mas também para construir uma relação contínua e significativa entre os estudantes e o patrimônio cultural de sua comunidade. Nesse sentido, é fundamental reconhecer os riscos de patrimonializações excludentes e ampliar a escuta às comunidades historicamente silenciadas, reafirmando o compromisso com uma abordagem crítica, plural e democrática do patrimônio cultural.

1.2 Breve histórico de Jaraguá/GO

Jaraguá é uma das cidades mais antigas do estado de Goiás. Assim como Corumbá de Goiás, Pirenópolis e Cidade de Goiás, tem sua origem ligada às expedições bandeirantes, que percorreram o interior do Brasil entre os séculos XVI e XVIII em busca de riquezas minerais e de indígenas para escravizar. Nesse sentido, Chaul (2010), Fonseca (1999) e Palacín (1994) destacam que, embora o povoamento tenha se efetivado somente a partir dos anos 1720, desde o primeiro século da colonização, diversas expedições percorreram o atual território goiano.

De Sebastião Marinho, quando penetrou nas cercanias das nascentes do Rio Tocantins em 1592, a Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera, os índios e o ouro de Goiás despertaram ambições e atraíram os bandeirantes e sertanistas que desbravaram esse território [...]. No século XVIII, teve início o povoamento da região, sendo que as minas começaram a ser exploradas a partir de 1726 (Chaul, 2010, p. 33-34).

Embora tenha surgido no contexto da exploração de ouro em Goiás, na primeira metade do século XVIII, a pesquisa sobre a origem de Jaraguá/GO esbarra no obstáculo da escassez de registros e informações históricas, que sequer nomeiam seus fundadores (Duarte, 1999, p. 27-28; Fonseca, 1999, p. 24-25).

Identifica-se somente a sucinta afirmação de que o povoado foi “descoberto” [fundado/iniciado] por “pretos faiscadores”, conforme consta no texto *Memória – o descobrimento, governo, população e cousas notáveis da capitania de Goyaz*, do padre Luiz Antônio da Silva e Souza, escrito em 1812 e publicada pela primeira vez em 1849 (Silva e Souza, 1849, p. 484); a menção deixada pelo naturalista August de Saint-Hilaire, por ocasião de sua passagem pela região em 1819, segundo a qual “negros, que iam procurar algumas porcellas de ouro nos córregos, descobriam em 1736 a região onde está actualmente situada Jaraguá” (Saint-Hilaire, 1937, p. 62); ou ainda o livro *Notícia Geral da Capitania de Goiás em 1783*, de Paulo Bertran (2010), que revela documentos do século XVIII, especialmente as “memórias anuais das capitanias”, escritas sob ordem régia⁴ da Rainha D. Maria I de Portugal, no qual consta que o “arraial do Corgo do Jaraguá [...] foi descoberto em 1736, por pretos faiscadores” (Bertran, 2010, p. 79).

Ao reconstruir a trajetória histórica de Jaraguá/GO, é necessário refletir sobre quais grupos e experiências aparecem nas narrativas, assim como identificar aqueles que permanecem ausentes ou pouco mencionados nas fontes oficiais. Conforme argumenta Hall (2006), os discursos históricos tendem a privilegiar determinados sujeitos e eventos, enquanto outros acabam omitidos ou sub-representados. Esse processo de seleção revela não apenas as disputas em torno da memória coletiva, mas também a influência de perspectivas hegemônicas sobre a compreensão do passado, destacando a necessidade de abordagens que reconheçam a pluralidade dos agentes históricos envolvidos na formação local.

⁴ “Foi mandada fazer esta Notícia Geral por provisão Régia do Conselho Ultramarino, datada de 20 de julho de 1782, que estipulava ao segundo vereador das Câmaras vilarengas do mundo lusitano escrever cronologicamente os fatos e casos mais notáveis da história da colonização portuguesa. ORDEM RÉGIA DE 20 DE JULHO DE 1782 SOBRE AS MEMÓRIAS ANUAIS: D. Maria por graça de Deus, etc..... a vós governador e capitão-general da Capitania de Goyaz, sou servida ordenar-vos que pelos ouvidores das comarcas dessa Capitania façais praticar o arbítrio de se fazerem efetivamente todos os anos suas memórias anuais dos novos estabelecimentos, fatos e casos mais notáveis e dignos da história que tiverem sucedido desde a fundação dessa capitania e forem sucedendo, sendo estas escritas pelo vereador segundo, atendido o impedimento, que pode ser o presidente servindo de juiz, o qual no fim de cada um ano, os apresentará em Câmara, aonde lidos e examinados se farão registrar em um livro destinado para este fim, dando fé todo o corpo de vereadores por escrito serem aqueles fatos e sucessos na verdade, recomendando... aos mesmos ouvidores em correição tenham uma particular inspeção em tão interessante matéria - Antônio Ferreira de Azevedo a fez em Lisboa, 20 de julho de 1782” (Bertran, 2010, p. 27).

Saint-Hilaire, sem fazer distinção se brancos ou pretos, esclarece em nota que “os faiscadores são homens muito pobres para se entregarem a grandes trabalhos, e que vão procurar um pouco de ouro na areia dos rios ou no resíduo das lavagens” (Saint-Hilaire, 1937, p. 264). No que se refere à origem de Jaraguá, atribuída aos “pretos/negros faiscadores”, Fonseca (1999) afirma tratar-se de “fugitivos, experientes em socavações e garimpagem, que passaram [a] garimpar clandestinamente as minas da região até serem descobertos e expulsos pelos colonizadores a serviço da Coroa de Portugal” (Fonseca, 1999, p. 29-31).

Pedroso (2012) pondera, no entanto, que:

Quando se atribui a negros faiscadores a descoberta de jazidas de ouro no córrego do Jaraguá, não significa que esses escravos fundaram o arraial. Na história de Goiás, como mostra Gilka Vasconcelos F. de Salles (1983), várias jazidas foram encontradas por escravos já práticos em socavões, [os quais] podiam comprar ou ganhar a alforria de seus senhores, devido aos achados (Pedroso, 2012, p. 25-26).

A escassez de fontes documentais sobre a origem de Jaraguá favoreceu o surgimento de versões divergentes, envolvendo questões como a data da fundação, o significado do nome, os possíveis fundadores e o local geográfico do povoamento inicial – aspectos que perpassam tanto a documentação escrita quanto a memória popular. Enquanto alguns documentos históricos, autores clássicos da historiografia goiana e cronistas europeus atribuem a descoberta das jazidas de ouro em Jaraguá a negros faiscadores (1736 e/ou 1737), autores contemporâneos do século XX, com base em relatos da memória coletiva, atribuem tal feito ao minerador português Manoel Rodrigues Thomaz, fundador de Meia Ponte (Pirenópolis), apontado como primeiro explorador das minas do Córrego de Jaraguá e fundador do povoado (Pedroso, 2012, p. 14).

Para Pedroso (2012), a primeira versão, baseada nos “relatos registrados nas memórias anuais do final do século XVIII e nas informações extraídas dos habitantes do arraial de Jaraguá, pelos cronistas europeus das primeiras décadas do século XIX”, que ela chama de “memória antiga”, possivelmente manteve-se até que sua transmissão de geração em geração se enfraqueceu ou cessou, possivelmente, no início da segunda metade do século XX, quando se consolidou a versão que aponta o bandeirante Manoel Rodrigues Thomaz como descobridor das minas de Jaraguá (Pedroso, 2012, p. 19-24).

Para além das polêmicas e desacordos, as diferentes narrativas vêm incomodando tanto estudiosos e pesquisadores da história local quanto professores. O que se verifica, por exemplo, pela elaboração do projeto “Memória e Patrimônio – uma proposta de estudos sobre Jaraguá” (1995), vinculado ao Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia da Universidade Católica

de Goiás e coordenado pela professora Dulce Pedroso, com o objetivo de constituir a memória e a história de Jaraguá e ampliar os horizontes histórico-culturais da comunidade (Pedroso, 1995, 2012); e pela manifestação dos professores, durante a “1ª Conferência Municipal de Cultura de Jaraguá”, quando expuseram suas dificuldades em ensinar a história da cidade (Jaraguá, 2011, p. 6).

Nota-se, desde os anos 1990, mas sobretudo a partir da segunda década do século XXI, uma consistente ampliação do debate e de pesquisas fomentadas pelo poder público ou por interesse particular, com produção e publicação de textos e trabalhos acadêmicos acerca da história de Jaraguá. Segundo Pedroso (2012),

[...] a partir de 2009, esse debate tem atingido um número significativo de professores do ensino fundamental e médio de Jaraguá, à medida que surge uma exigência ou interesse das instituições oficiais de educação do país sobre a história regional. [...] Com o objetivo de ampliar o debate e obter respostas aceitáveis, a prefeitura municipal de Jaraguá organizou o I Simpósio da História da Fundação de Jaraguá, em maio de 2010, a fim de debater essa questão e retirar uma proposta mais próxima possível da verdade (Pedroso, 2012, p. 26).

A professora Dulce Pedroso destaca, como resultado dessa ampliação do debate e das pesquisas, sobretudo após o I Simpósio da História da Fundação de Jaraguá, que,

[...] por estar amparada na documentação histórica escrita, a versão que informa que, em 1736, negros faiscadores descobriram ouro no córrego do Jaraguá (antigo nome da cidade) foi a proposição oficialmente aceita. Vale esclarecer que a cidade celebra seu aniversário todo 29 de julho e a sua idade cronológica sempre foi contabilizada a partir de sua emancipação relativa à cidade de Pirenópolis, o que ocorreu em 1882. Desse modo, a Câmara de Vereadores, de posse dos dados históricos correspondentes ao ano de 2010, reconheceu em sessão solene, em 2011, que sua fundação remonta às primeiras décadas do século XVIII, mais precisamente ao ano de 1736 e 29 de julho continua sendo a data comemorativa, pois, não se conhece a data precisa de sua fundação (Pedroso, 2012, p. 27).

Desse modo, Jaraguá, em pouco mais de uma década, passará à condição de cidade tricentenária. Naturalmente, essa questão não se esgotou, o que é salientado por Pedroso (2012), pois ainda existem pesquisadores que almejam encontrar documentos e/ou outras fontes históricas capazes de validar Manoel Rodrigues Thomaz como fundador/iniciador do núcleo populacional que deu origem à cidade. Para a referida autora, essa continuidade do debate é salutar, uma vez que potencializa a pesquisa, inclusive em “documentação histórica ainda não manuseada”, de onde poderão emergir informações e fatos – histórias e memórias – ainda desconhecidos da comunidade local (Pedroso, 2012, p. 27).

É importante ressaltar que, desde sua origem, na primeira metade do século XVIII, Jaraguá passou por importantes transformações. A economia baseada na mineração cedeu espaço para a agropecuária. Fazendas de criação de gado e agricultura passaram a definir a paisagem e a vida na cidade. Os registros deixados pelos viajantes da época denotam tais mudanças. Saint-Hilaire (1819) registrou que, embora as minas não estivessem esgotadas, a agricultura e a criação de gado eram atividades dos habitantes de Jaraguá, além de vários engenhos de açúcar, cujo produto era vendido na capital da província. Johan Emanuel Pohl (1819) observou que os habitantes sobreviviam cultivando alimentos e criando gado. Burchell (1828) descreveu o núcleo urbano de Jaraguá como um centro receptor de migrantes, contribuindo para o desenvolvimento da região (Fonseca, 1999, p. 48-49).

Fonseca (1999), ao traçar um histórico contextualizado do desenvolvimento de Jaraguá, coloca-a como importante coadjuvante no crescimento socioeconômico de Goiás. Segundo o autor, desde sua origem como arraial minerador – sendo parte do eixo viário goiano junto com Meia Ponte, Corumbá e Vila Boa – até a transição da economia mineradora para a agropastoril nos fins do século XVII e XVIII, Jaraguá teve um papel significativo (Fonseca, 1999, p. 18).

No processo de urbanização, a elevação à categoria de Vila em 1833, sua transformação em centro militar, a intensa chegada de migrantes no final do século XVIII e a mudança para o *status* de cidade em 1882 marcaram etapas cruciais.

Entre 1930 e 1955, durante a modernização, Jaraguá integrou a transformação da microrregião do “Mato Grosso de Goiás” em uma fronteira agrícola. Na segunda metade do século XX, intensificou-se a chegada de migrantes, e Jaraguá tornou-se parada obrigatória para quem viajava de Brasília ou Goiânia em direção ao centro-norte de Goiás e vice-versa, e, no fim do século, consolidou-se como polo confeccionista. Assim, Jaraguá participou ativamente do desenvolvimento regional.

Araújo (2018) destaca que

[...] fatores como a Marcha para o Oeste, a busca por terras agricultáveis, a implantação da Colônia Agrícola Nacional (CANG) e a construção de Brasília, são os responsáveis pelo impulso desenvolvimentista vivenciado pelo município, cuja produção econômica passou a se fundamentar na comercialização da produção, gerando um crescimento urbano significativo, a partir da década de 1940. A construção da BR-153, em princípios de 1960, acabou por dinamizar o crescimento econômico, urbano e demográfico de Jaraguá, transformando-o em núcleo comercial e regional. A década de 80 registra a introdução maciça de máquinas na cidade de Jaraguá, marcando a implantação da indústria de confecção na cidade, gerando um vertiginoso crescimento social, espacial e econômico no município e região, o que lhe permitiu ser hoje denominada “Capital das Confecções” (Araújo, 2018, p. 27).

Hoje, Jaraguá, além de ser considerada o maior polo de confecção do centro-oeste do Brasil, é conhecida por seu patrimônio cultural. Segundo o Censo Demográfico de 2022 (Brasil, 2023), realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a cidade tem 45.223 habitantes (aumento de 7,97% em relação ao Censo de 2010), densidade demográfica de 24,46 habitantes por km² e uma média de 2,71 moradores por residência. Ao analisar os dados da população por cor ou raça, os dados são os seguintes: branca 15.543 (34,4%), preta 2.875 (6,4%), parda 26.644 (58,9%), indígena 80 (0,18%) e amarela 81 (0,18%). Esses dados refletem o crescimento populacional e sublinham a importância de compreender as diversas identidades culturais presentes na região.

Além das diferentes narrativas sobre a fundação de Jaraguá, que têm promovido novas pesquisas e a preocupação em revisitar e reavaliar fontes históricas, os dados do último recenseamento reforçam a complexidade da história local e, sobretudo, a importância de ampliar temáticas e objetos de estudo no seu âmbito.

O percentual de pessoas que se declararam pretas e pardas na população de Jaraguá/GO indica a necessidade de reconhecer as contribuições históricas dessa parcela da comunidade. Daí a relevância de políticas e/ou ações culturais e educacionais que promovam visibilidade, equidade e representatividade das identidades plurais nas narrativas da história local e no patrimônio cultural da cidade.

Sendo assim, o ensino de História assume papel especial na discussão, na realização de atividades, na proposição de projetos de educação patrimonial e na construção do próprio conceito de patrimônio cultural. A ele cumpre a tarefa de desenvolver propostas e ações pedagógicas interdisciplinares que possibilitem aos estudantes conhecerem bens culturais para compreender e valorizar aquilo que é comum a determinado grupo social (Figueira; Miranda, 2012, p. 7).

1.3 Panorama do patrimônio cultural de Jaraguá/GO

Apresentar um panorama do patrimônio cultural de Jaraguá/GO é essencial não apenas para identificar, reconhecer e valorizar as diversas identidades e expressões culturais locais, mas também para situar a história local dentro da narrativa histórica mais ampla – regional, nacional e até mundial. Contando quase 300 anos, desde que surgiu como núcleo populacional minerador, a cidade desenvolveu-se em torno do garimpo e da agropecuária e hoje se destaca como polo confeccionista regional. Como ainda preserva muitas construções históricas, práticas

culturais e tradições orais que resistem ao passar dos séculos, vem sendo frequentemente referida como “cidade histórica”.

A complexidade dessa história reverbera nas formas pelas quais o patrimônio cultural é concebido e representado no município. Por isso, este subcapítulo apresenta um panorama de seus principais elementos e características, levando em conta as transformações conceituais que o termo “patrimônio cultural” sofreu a partir da década de 1970. No Brasil, conforme já destacado, a Constituição Federal de 1988 representou a consolidação jurídica de uma concepção ampliada de patrimônio cultural, incluindo bens imateriais e referências identitárias, resultado de intensos debates políticos e pressões sociais, o que é destacado e amplamente discutido por estudiosos como Campos (2022b), Chuva (2012a, 2012b, 2020), Oriá (2023), Tolentino (2016), entre outros, cujas reflexões orientam esta pesquisa.

Ao discutir os aspectos que caracterizam a conceituação de patrimônio cultural, esboçada a partir de fins do século XX, Oriá (2023) destaca que

[...] o chamado patrimônio cultural engloba tanto o histórico, como o ecológico, o artístico e o científico. O patrimônio cultural de uma dada sociedade é formado por um tripé indissociável em que se contemplam as seguintes dimensões: a dimensão natural ou ecológica, a dimensão histórico-artística e a dimensão documental. Neste sentido, o próprio meio ambiente, os conjuntos urbanos e os sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico, as obras, os objetos, os documentos, as edificações, as criações científicas, artísticas e tecnológicas, as formas de expressão e até mesmo os modos de criar, fazer e viver são bens culturais de uma sociedade, e, por isso, devem ser preservados (Oriá, 2023, p. 133).

Considerando a amplitude e a elasticidade que o conceito de patrimônio cultural adquiriu nas últimas décadas, é importante salientar que este estudo se concentrará na dimensão histórico-cultural delimitada à região urbana que compõe o Centro Histórico de Jaraguá/GO. Tal escolha está alinhada às características específicas do município e à necessidade de ampliar os estudos sobre a história local.

Essa delimitação também se ancora, na concepção, segundo Oriá (2023), de que:

O patrimônio histórico-cultural não constitui apenas um acervo de obras raras ou da cultura de um passado remoto e distante, nem serve tão só para relembrarmos nostalgicamente os tempos idos. A valorização e o conhecimento de um bem cultural, que testemunha a História ou a vida do país, pode ajudar-nos a compreender quem somos, para onde vamos, o que fazemos, mesmo que muitas vezes pessoalmente não nos identifiquemos com o que esse mesmo bem evoca, ou até não apreciemos sua forma arquitetônica ou o seu valor histórico. O importante é que ele faz parte de um acervo cultural que deve ser preservado por toda a comunidade, pois é revelador e referencial para a construção de nossa identidade histórico-cultural (Oriá, 2023, p. 134).

Portanto, o patrimônio cultural transcende a simples materialidade, ao englobar elementos simbólicos que refletem a identidade e a história de uma comunidade. Sendo assim, é importante considerar que, muitas vezes, ele reflete ideologias dominantes e relações de poder, marginalizando determinadas narrativas (Abreu; Chagas, 2009). Com base nessa concepção ampliada e crítica, Tolentino (2016) destaca que o patrimônio cultural, concebido como um elemento social inserido nos espaços de vida dos sujeitos, envolve um jogo de forças em seu processo seletivo e de apropriação, no qual conflitos e divergências estão imbricados na luta permanente entre a memória e o esquecimento. Assmann (2011) reforça essa ideia ao afirmar que a memória coletiva é moldada dentro de contextos sociais, espelhando tanto os eventos registrados quanto os procedimentos de seleção e esquecimento que se desdobram com o passar do tempo, constituindo-se, assim, em uma construção social que se transforma com a sociedade.

Nesse sentido, repensar o que se entende por patrimônio cultural implica também questionar os critérios de seleção, os discursos de legitimação e as ausências presentes nas políticas de preservação. Trata-se de analisar não apenas o que é reconhecido como patrimônio cultural, mas também as formas pelas quais essas escolhas são feitas e suas implicações sociais e políticas. É necessário refletir sobre quais histórias têm sido privilegiadas na preservação do patrimônio cultural de Jaraguá/GO e, sobretudo, quais memórias foram silenciadas ou invisibilizadas ao longo do tempo.

Assumir uma perspectiva crítica ao pesquisar o panorama do patrimônio cultural de Jaraguá/GO significa reconhecer os processos de exclusão que marcaram a constituição de suas representações oficiais e das histórias subalternizadas. Uma análise atenta revela que essas representações estão permeadas por silenciamentos, omissões e estereótipos, especialmente no que diz respeito às contribuições da comunidade afro-brasileira.

Embora os debates, as pesquisas e as publicações sobre a história de Jaraguá tenham se ampliado a partir da década de 1990, ainda se observa a ausência de estudos formais que se dediquem a investigar e valorizar a história e a memória de grupos tradicionalmente marginalizados. Predominam as produções que corroboram a história e a cultura hegemônicas, de caráter eurocêntrico e católico, centradas na exaltação de ancestrais ilustres e seus feitos históricos. O que se verifica, por exemplo, em Pedroso (1995):

Jaraguá, por ser uma cidade antiga, possui famílias tradicionais e estas têm um interesse notável pela história de seu município. Observa-se, claramente, que a

história local dos habitantes desta cidade é muito rica, transmitida de geração em geração, podendo-se notar entre jovens e adultos o interesse a respeito do passado de seus ancestrais. [...] a Associação do Patrimônio Histórico e Cultural de Jaraguá, cujos membros são pessoas interessadas, de formação acadêmica diversa, que atuam de forma modesta, porém efetiva, principalmente no incentivo e organização de festas religiosas e na restauração das igrejas edificadas nos séculos XVIII e XIX (Pedroso, 1995, p. 5-6).

No processo de pesquisa e escrita, além das produções acadêmicas, foram tomados, como ponto de partida, as leis e documentos regulamentadores que vigoraram na cidade, especialmente a partir da década de 1970. Embora o tombamento da Igreja Nossa Senhora do Rosário remonte ao ano de 1960, o levantamento da bibliografia sobre o acervo patrimonial da cidade indica que Jaraguá se insere na perspectiva de outras cidades ocidentais que, a partir dos anos 1970, foram objeto de certa guinada nas abordagens sobre patrimônio – o que é destacado por Mendes (2021) e outros estudiosos da temática. No Brasil, esse período foi especialmente determinante, com o fim da Ditadura Civil-Militar, o movimento de redemocratização e, mais adiante, a aprovação da Constituição de 1988, cuja redação sobre patrimônio cultural resultou de tensões e negociações políticas (Campos, 2022b).

Até os anos 1980, os únicos registros identificados sobre o patrimônio “histórico” ou “cultural” de Jaraguá/GO referem-se ao tombamento da Igreja Nossa Senhora do Rosário como patrimônio do Iphan, em 1960 – inscrição n. 452, folha 84 do Livro de Tombo n. 3 das Belas Artes. Quanto aos vinte anos seguintes, não foram localizadas fontes, documentos, leis, publicações acadêmicas e/ou literárias sobre a temática em arquivos da cidade ou em bibliografia consultada.

Entende-se que os primeiros passos para a preservação do patrimônio em Jaraguá foram dados pelo Iphan. Contudo, ao longo da década de 1980, o estado de Goiás passou a implementar políticas públicas específicas voltadas à proteção do patrimônio cultural. Ações como a criação da Secretaria de Cultura e Desporto (Goiás, 1980a) e a promulgação da Lei n. 8.915 (Goiás, 1980b), que tombou diversos bens de valor histórico – incluindo a Igreja Nossa Senhora do Rosário, situada em Jaraguá – demonstram o crescente interesse em consolidar mecanismos legais de salvaguarda do patrimônio histórico e artístico goiano.

Nesse contexto, amplia-se a produção de registros sobre a história e a cultura locais, com destaque para documentos que mencionam a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, tombada como patrimônio estadual por meio da Lei n. 8.915 (Goiás, 1980b). Esse movimento insere-se no escopo da Lei n. 8.821 (Goiás, 1980a), que criou a Secretaria de Cultura, responsável, entre outras atribuições, por “promover, documentar, difundir e defender o patrimônio histórico,

arqueológico, científico, cultural e artístico do Estado” (Art. 1º, II). Como já salientado, a ampliação do interesse pelo patrimônio, verificada em Jaraguá/GO a partir dos anos 1980, acompanha uma tendência internacional, nacional e regional.

Em meados dos anos 1980, a Corporação Musical Santa Cecília foi declarada entidade de utilidade pública municipal e estadual, respectivamente pela Lei Municipal n. 245, de 10 de novembro de 1983 (Jaraguá, 1983), e pela Lei Estadual n. 10.256, de 2 de setembro de 1987 (Goiás, 1987). Nesse mesmo período, foi instituída a Associação dos Defensores do Patrimônio Histórico e Cultural de Jaraguá/GO (AMA Jaraguá), uma entidade civil de direito privado, apartidária e sem fins lucrativos, com a missão de preservar o patrimônio histórico e cultural da cidade. Tais iniciativas evidenciam o interesse de parcela da população local pela música e pela cultura, indicando o envolvimento da sociedade civil no fortalecimento das práticas de preservação da memória local.

Entre 1994 e 1995, inserida em um contexto mais amplo de ações voltadas à preservação e valorização do patrimônio em Jaraguá, a professora Dulce Pedroso desenvolveu o projeto “Memória e Patrimônio – Uma Proposta de Estudo sobre Jaraguá”, por meio do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia da Universidade Católica de Goiás. Mais do que responder às inquietações do meio acadêmico e de professores da rede municipal, como visto anteriormente, o projeto representou uma iniciativa pioneira de sistematização científica da memória local. A partir dele, a própria pesquisadora e outros estudiosos desenvolveram trabalhos que resultaram em artigos e capítulos de livros voltados à história e ao patrimônio cultural da cidade, contribuindo para a constituição de uma base referencial para futuras investigações na área.

A proteção do patrimônio histórico e artístico de Jaraguá foi estabelecida em 1996, pela Lei Municipal n. 642, de 16 de setembro, que autorizou o Poder Executivo a instituir o Conselho Consultivo Municipal de Patrimônio Histórico e Artístico. Em 1998, o Decreto n. 4.943, de 31 de agosto, dispôs sobre o tombamento da Igreja de Nossa Senhora da Conceição em Jaraguá. Em 2004, a Casa do Padre Silvestre foi tombada provisoriamente como patrimônio histórico e artístico estadual pelo Decreto n. 6.024, de 25 de outubro.

Em 2007, conforme determinação da Constituição de 1988, foi aprovado o primeiro Plano Diretor de Jaraguá/GO, que vigorou até a aprovação do novo plano em 2021. Até a presente data, foram elaborados e aprovados dois Planos Diretores. A análise deles garantiu mais objetividade e especificidade à pesquisa. Um Plano Diretor, por sua própria natureza legal, estabelece as diretrizes para o desenvolvimento urbano e territorial, incluindo a preservação e

valorização do patrimônio cultural. Elaborado pelo Poder Executivo e aprovado pelo Poder Legislativo, precisa estar em conformidade com a Constituição Federal, a Constituição Estadual e a Lei Orgânica do Município.

Em 2010, o Conselho Consultivo Municipal de Patrimônio Histórico e Artístico de Jaraguá elaborou um parecer favorável ao tombamento municipal do Casarão do Padre Silvestre, destacando sua importância histórica e artística. No mesmo ano, a Prefeitura Municipal de Jaraguá, em colaboração com diversas entidades, iniciou a realização do Inventário dos Bens Culturais de Goiás. Esse esforço visava a identificar e compilar os bens culturais da região em um banco de dados centralizado, essencial para a preservação e promoção da diversidade cultural local. A entrega do primeiro lote do inventário à Agência Goiana de Patrimônio e Cultura (Agepel) refletiu a urgência em proteger as edificações históricas antes de perderem suas características originais.

Em 2013, a Lei Municipal n. 1.196, de 25 de janeiro, criou a Secretaria Municipal de Cultura. Em 15 de maio do mesmo ano, o Decreto n. 552 aprovou seu regimento, definindo suas funções e estrutura organizacional. Ainda em 2013, o Decreto Municipal n. 553, de 15 de maio, criou o Conselho Municipal de Cultura, com o objetivo de promover a política cultural do município, envolvendo a sociedade civil e o poder público na preservação do patrimônio cultural. Por fim, o Decreto Municipal n. 554, de 15 de maio de 2013, regulamentou o Fundo Municipal de Cultura, estabelecendo normas para a gestão e uso dos recursos destinados a apoiar manifestações culturais e ações de valorização do patrimônio.

Em 2017, o grupo político que se mantinha no poder municipal desde 2005 perdeu as eleições municipais. Entre as primeiras medidas da nova gestão, constou a extinção da Secretaria de Cultura. De modo geral, entre 2017 e 2020, observou-se maior ênfase ao desporto que à cultura e/ou ao patrimônio cultural. Embora ambos os setores tenham sido subordinados à Secretaria Municipal de Educação, ao Desporto foi designada uma Subsecretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude, enquanto a pasta da Cultura manteve-se como Superintendência Executiva (Jaraguá, 2017, p. 47).

Em 2021, muda novamente o grupo político no comando da prefeitura. O novo prefeito acumulava no currículo experiências como Superintendente e Secretário Municipal de Cultura em gestões anteriores. Assim, em 2023, foi aprovado o segundo Plano Diretor da cidade, que propôs uma abordagem robusta de valorização ao patrimônio cultural. No mesmo ano, foram recriados o Conselho e o Fundo Municipal de Cultura. Em 2023, a Lei n. 1.532 estabeleceu a

instituição e regulamentação do Museu Sacro de Jaraguá, Casa de Cultura Padre Silvestre e o Museu Histórico Municipal (Jaraguá, 2023b).

Esses avanços mais recentes, embora relevantes, fazem parte de um percurso histórico mais amplo e marcado por diferentes iniciativas institucionais e ações da sociedade civil, dadas no bojo das transformações políticas e sociais ocorridas na cidade. De acordo com as informações levantadas, os primeiros passos para a preservação do patrimônio em Jaraguá foram dados pelo Iphan na década de 1950, com a realização de levantamentos e estudos técnicos de edificações históricas. Em 1960, um marco importante foi alcançado com o tombamento federal da Igreja Nossa Senhora do Rosário, reconhecendo seu valor histórico e artístico.

A sociedade civil também teve papel importante nesse processo. A criação da Associação AMA Jaraguá em 1987, bem como o reconhecimento da Corporação Musical Santa Cecília como entidade de utilidade pública, evidencia o engajamento de parcelas da população local na defesa do patrimônio cultural.

A partir da década de 1990, observa-se uma intensificação das ações de pesquisa e valorização do patrimônio cultural de Jaraguá, em sintonia com a ampliação do debate sobre as políticas culturais no país e com as mudanças locais no cenário político-administrativo. Projetos como o Memória e Patrimônio, desenvolvido pela Universidade Católica de Goiás, contribuíram para a recuperação da memória histórica da cidade. A criação da Universidade Estadual de Goiás (UEG) – Unidade de Jaraguá, em 1999, também impulsionou a produção de pesquisas acadêmicas sobre a história local, aprofundando o conhecimento sobre o patrimônio cultural jaraguaense.

O início do século XXI foi marcado pela criação de órgãos de gestão do patrimônio cultural em nível municipal, como o Conselho Consultivo Municipal do Patrimônio Histórico e Artístico de Jaraguá, instituído em 2000. Paralelamente, a publicação de livros e documentos sobre a história local contribuiu para a ampliação do acesso ao conhecimento sobre o patrimônio cultural da cidade.

Nos últimos anos, a gestão do patrimônio cultural em Jaraguá/GO tem enfrentado desafios relacionados à falta de recursos, à descontinuidade de políticas públicas e à necessidade de conciliar a preservação do patrimônio com o desenvolvimento urbano. A criação da Secretaria Municipal de Cultura, em 2013, representou um avanço ao institucionalizar a política voltada ao setor. No entanto, sua extinção em 2017 e a reconfiguração administrativa enfraqueceram as ações de valorização do patrimônio e das expressões culturais locais.

Com a nova gestão assumida em 2021, observa-se uma inflexão nas políticas públicas voltadas ao patrimônio cultural, com a reativação de estruturas anteriormente descontinuadas. Entre as ações mais expressivas estão a aprovação do segundo Plano Diretor, a recriação do Conselho e do Fundo de Cultura e a promulgação da Lei n. 1.532/2023, que instituiu e regulamentou três espaços culturais estratégicos: o Museu Sacro de Jaraguá, a Casa de Cultura Padre Silvestre e o Museu Histórico Municipal (Jaraguá, 2023b). Essa legislação define, entre outros aspectos, os objetivos e as diretrizes de cada instituição e a exigência de capacitação específica para seus profissionais (arts. 2º a 6º), além de autorizar a ampliação do Museu Histórico para abrigar reserva técnica e laboratório de arqueologia e história, em razão do contexto colonial e da presença de sítios arqueológicos no município (art. 5º, parágrafo único) (Jaraguá, 2023b).

Essas ações demonstram que, apesar das oscilações institucionais, há esforços contínuos, por parte do poder público e da sociedade civil, para fortalecer a preservação e a difusão do patrimônio cultural jaraguense. Esses movimentos institucionais e iniciativas da sociedade civil, somados à produção acadêmica e institucional das últimas décadas, subsidiaram o levantamento bibliográfico que fundamentou a elaboração da cronologia a seguir. Dividida em quatro períodos, a periodização apresenta os principais marcos históricos, legais, institucionais e sociais relacionados ao patrimônio histórico-cultural de Jaraguá/GO.

O primeiro período (Figura 1), de 1952 a 1990, corresponde aos primeiros esforços voltados à proteção do patrimônio, com destaque para o tombamento da Igreja Nossa Senhora do Rosário em 1960 pelo Iphan, o reconhecimento da Corporação Musical Santa Cecília como entidade de utilidade pública (em 1983 e 1987) e a criação da AMA Jaraguá, em 1987. Essas ações indicam uma mobilização inicial, tanto do poder público quanto da sociedade civil.

Figura 1 – Patrimônio Cultural de Jaraguá/GO (1952 a 1990)

Fonte: Elaboração da autora a partir do levantamento bibliográfico.

No segundo período (Figura 2), de 1991 a 2000, verifica-se a criação de órgãos de gestão do patrimônio e uma intensificação das pesquisas e da produção de conhecimento, com o projeto "Memória e Patrimônio", coordenado por Dulce Pedroso, a publicação de obras sobre a história local e o fortalecimento da formação acadêmica com a criação da UEG em Jaraguá. Destaca-se ainda o tombamento estadual da Igreja da Conceição.

Figura 2 – Patrimônio Cultural de Jaraguá/GO (1991 a 2000)

Fonte: Elaboração da autora a partir do levantamento bibliográfico.

O terceiro período (Figura 3), de 2001 a 2010, é caracterizado pelo fortalecimento da gestão do patrimônio. Destacam-se, nesse intervalo, a aprovação do Plano Diretor (Jaraguá, 2007), o tombamento da Casa do Padre Silvestre, o início do Inventário dos Bens Culturais, além da criação de espaços culturais, publicações importantes e eventos voltados à valorização da memória local.

Figura 3 – Patrimônio Cultural de Jaraguá/GO (2001 a 2010)



Fonte: Elaboração da autora a partir do levantamento bibliográfico.

O quarto período (Figura 4), de 2011 a 2024, apresenta avanços e retrocessos. Há a criação e extinção de órgãos responsáveis pela cultura, mas também uma retomada em 2021, com a recriação do Conselho e do Fundo, o segundo Plano Diretor e a Lei n. 1.532/2023, a consolidação de espaços culturais e a busca por uma política cultural mais consistente.

Figura 4 – Patrimônio Cultural de Jaraguá/GO (2011 a 2024).

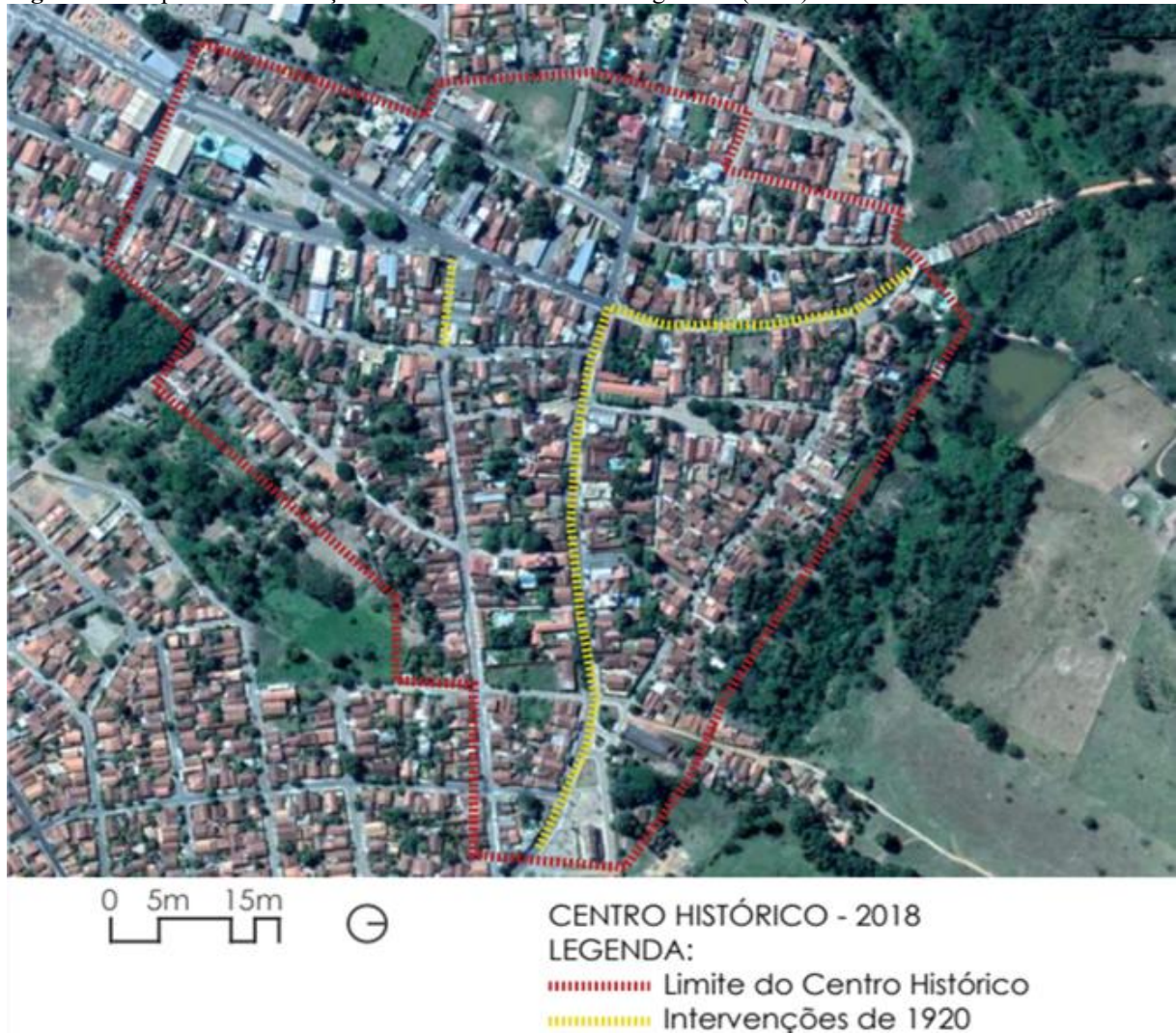


Fonte: Elaboração da autora a partir do levantamento bibliográfico.

A partir do levantamento bibliográfico, da sistematização das informações e elaboração da cronologia histórico-política, foi possível fazer um inventário dos principais elementos do patrimônio cultural material e imaterial – delimitados à dimensão histórico-cultural e à região urbana que compõe o Centro Histórico da cidade – e identificar quais deles remetem à história e à memória da população afro-brasileira.

De acordo com Araújo (2018, p. 29), “a área do centro histórico é facilmente reconhecida a partir dos limites estabelecidos pela Igreja Nossa Senhora da Penha e a Serra de Jaraguá”, conforme se verifica na Figura 5:

Figura 5 – Mapa com delimitação do Centro Histórico de Jaraguá/GO (2018).



Fonte: Araújo (2018, p. 29).

Inserem-se nessa delimitação, como principais elementos do patrimônio material: a infraestrutura urbana – Praça do Rosário, Beco e Fonte do Galvão, Rua das Flores e Larguinho Sant’Ana; Rua Coronel Elias da Fonseca e Rua Alto do Rosário; edificações religiosas – Igrejas Nossa Senhora da Penha, Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito, além da Igreja e Museu Sacro Nossa Senhora da Conceição; edificações civis – Casa de Cultura Padre Silvestre, Museu Histórico Municipal, Prédio da Antiga Câmara, casas e construções em estilo colonial localizadas no Centro Histórico; e objetos – acervos do Museu Sacro, do Museu Histórico Municipal e da Casa de Cultura Padre Silvestre (Araújo, 2018; Jaraguá, 2023b).

Entre os principais elementos do patrimônio imaterial, destacam-se: festas e celebrações religiosas – Festa do Divino Espírito Santo e Folia do Divino Espírito Santo, Festa de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito e Entrada da Rainha; festas e celebrações populares –

Cavalcadas; saberes e fazeres – lendas de Tereza Bicuda e Cavaleiros da Rua das Flores; Banda Santa Cecília, entre outros (Araújo, 2018; Jaraguá, 2023b).

1.3.1 Elementos do patrimônio material

1.3.1.1 Praças e ruas do centro histórico

O centro histórico de Jaraguá/GO abriga um conjunto de edificações de importante valor histórico e arquitetônico, sendo parte essencial do patrimônio material da cidade. Além das ruas que estruturam o centro histórico, as praças e largos também desempenham papel fundamental na configuração do espaço urbano e na memória da cidade. Entre os principais espaços urbanos do Centro Histórico de Jaraguá/GO, destacam-se a Praça do Rosário, o Larguinho Sant’Ana, as ruas Alto do Rosário, das Flores, Coronel Elias de Souza, Manoel Marcelino Álvares da Silva e o Beco do Galvão, que concentram a maior parte desse patrimônio, com construções que representam diferentes fases da ocupação e do desenvolvimento da cidade.

A Praça do Rosário é um espaço histórico localizado na periferia do Centro Histórico de Jaraguá/GO (Figura 6). Ela abriga a Igreja Nossa Senhora do Rosário e São Benedito e é palco de festividades religiosas e culturais, funcionando como um ponto de encontro da comunidade. Cercada por edifícios históricos, sua importância reside tanto na arquitetura ao seu redor quanto nas manifestações culturais que ali ocorrem, como a tradicional Festa do Rosário e as encenações da Paixão e Ressurreição de Cristo durante a Semana Santa.

Figura 6 – Vista Aérea da Praça do Rosário (2022).



Captura de tela. Igrejas de Jaraguá/GO. Fonte: Canal nos Mínimos Detalhes: <https://youtu.be/0o3a3iBzcp0>. Acesso em: 22 maio 2025.

O Largo Sant’Ana é uma pequena praça localizada em Jaraguá/GO. Embora modesto, possui grande significado para a comunidade local, sendo um ponto de encontro de eventos culturais. A Figura 8 é um registro da Feira da Criatividade, que ocorre no segundo sábado de cada mês, com apresentações artísticas, venda de artesanato e gastronomia regional. O espaço foi revitalizado em 2021 e se mantém como exemplo da preservação dos lugares que remetem ao passado colonial da cidade (Figura 7).

Figura 7 – Praça Santana – antes e depois da revitalização (2021).



A) Praça Santana antes da revitalização; B) Praça Santana rebatizada Largo Sant’Ana após revitalização. Fonte: Acervo pessoal Cícero C. Lira.

Figura 8 – Feira da Criatividade no Largo Santana (2023).



Fonte: Instagram da Superintendência Municipal de Cultura. @culturajaraguaoficial.

O Beco do Galvão é uma via estreita que leva à histórica Fonte do Galvão, uma fonte de água natural construída no século XIX e revitalizada em 2023. Por muito tempo, foi o principal ponto de abastecimento de água potável para a cidade, permanecendo em funcionamento até a década de 1960. Com o tempo, à medida que as residências passaram a dispor de abastecimento encanado, a fonte manteve-se como um espaço onde crianças brincavam e se refrescavam, até ser encoberta em decorrência do assoreamento do Córrego do Galvão. Em 2023, a Prefeitura Municipal empreendeu uma obra de revitalização, devolvendo o espaço à comunidade, como mostra a Figura 9.

Figura 9 – Processo de revitalização da Fonte do Galvão (2023).



A) Fonte do Galvão soterrada; B) Etapa de escavação e restauração; C) Fonte do Galvão revitalizada. Montagem elaborada pela autora. Fotos: Lucas N. B. de Araújo.

A partir da fonte, a via urbana se prolonga como uma estrada de acesso a propriedades rurais situadas no sopé da Serra de Jaraguá. Hoje, esse espaço simboliza a relação da população com os recursos naturais e o cotidiano da cidade no passado. As Figuras 9 e 10 ilustram esse processo: a primeira apresenta, em sequência, o estado da fonte antes da intervenção, os trabalhos de recuperação e o resultado da revitalização; a segunda mostra a configuração atual do beco e da ponte sobre a fonte.

Figura 10 – Beco do Galvão e ponte sobre a Fonte do Galvão (2024).



Fonte: Montagem com fotos da autora.

A Rua Alto do Rosário reflete o início da ocupação urbana da cidade em muitas de suas casas, que preservam elementos da arquitetura residencial tradicional. Embora algumas casas apresentem fachadas alinhadas à calçada, é comum encontrar edificações com pequenas muretas frontais ornamentadas, que delimitam jardins e áreas de acesso antes das entradas principais. As janelas de madeira, os detalhes em relevo nas fachadas e a presença de sobrados e platibandas revelam certo grau de elaboração construtiva. As Figuras 11 e 12 permitem visualizar essas características, com registros fotográficos do passado e da atualidade da rua.

Figura 11 – Rua Alto do Rosário (década de 1950).



A) Vista panorâmica da Rua do Alto do Rosário a partir da Praça do Rosário; B e C) Casas com muretas ornamentadas e jardins frontais. Montagem elaborada pela autora. Fonte: É Daqui Jaraguá: [edaquijaragua](http://edaquijaragua.com.br).

Figura 12 – Casas localizadas na Rua Alto do Rosário (2024).



Montagem elaborada pela autora. Observam-se detalhes como muretas decoradas, janelas com molduras em madeira e maior elaboração nas fachadas. Fotos: Anna Beatriz O. Castro.

A Rua das Flores é uma das vias mais tradicionais do Centro Histórico de Jaraguá/GO. Suas casas geminadas, geralmente com fachadas simples alinhadas diretamente à calçada, revelam um padrão arquitetônico mais modesto. A rua também se destaca por seu valor simbólico, sendo cenário de histórias populares e lendas, como Tereza Bicuda, Cavaleiro da Rua das Flores, Procissão dos Mortos, entre outras. A Figura 13 apresenta um comparativo entre registros antigos e atuais no cruzamento com a Rua Coronel Elias de Souza, enquanto a Figura 14 reúne imagens atuais de construções características da rua.

Figura 13 – Rua das Flores (1910 e 2019).



A) Foto de J. Craveiro, com destaque para lavadeiras que retornam do Rio Vermelho; B) Foto atual do mesmo trecho da rua. Fonte: É Daqui Jaraguá: [edaquijaragua](http://edaquijaragua.com.br).

Figura 14 – Casas localizadas na Rua das Flores (2025).



Montagem elaborada pela autora. Casas geminadas com fachadas simples, janelas de madeira e ausência de recuo frontal; observam-se ainda elementos como vitrais e grades de serralheria, possivelmente adicionados em intervenções mais recentes. Fotos: Anna Beatriz O. Castro.

A Lenda de Tereza Bicuda é uma das histórias mais conhecidas de Jaraguá e transmitida entre gerações. Conta-se que Tereza Bicuda era uma mulher de comportamento rebelde que, após ser amaldiçoada, passou a assombrar a cidade. Essa lenda é um importante elemento do folclore local, refletindo os valores e as tensões sociais da época em que surgiu. A Lenda do Cavaleiro da Rua das Flores é outro exemplo significativo. Segundo a narrativa, cavaleiros misteriosos aparecem à noite, assustando os moradores da rua.

Para além da oralidade, essas narrativas foram registradas em textos, vídeos e livros. A Figura 15 apresenta capas e páginas de duas publicações dedicadas às histórias populares de Jaraguá.

Figura 15 – Publicações das histórias populares de Jaraguá (1983).



Montagem elaborada pela autora com fotos das capas e páginas dos livros publicados. Fotos da autora.

A Rua Coronel Elias de Souza abriga atualmente uma variedade de estilos arquitetônicos. No passado, foi um eixo fundamental para o desenvolvimento econômico e social de Jaraguá, com estabelecimentos comerciais, inclusive um cinema. A Figura 16 mostra

a rua em perspectiva e o edifício do antigo Cine Íris, datado de 1977, ilustrando diferentes momentos e aspectos da história e da cultura na cidade.

Figura 16 – Rua Coronel Elias de Souza (1960 e 2024).



A) Fotografia da rua com destaque para a casa que pertenceu ao Cel. Elias e, logo abaixo, visualiza-se a fachada do Cine Íris; B) Vista panorâmica da Rua Coronel Elias de Souza; C) Antigo Cine Íris, construção de 1977 localizada na Rua Cel. Elias de Souza. Fonte: É Daqui Jaraguá: <https://www.instagram.com/p/BgmXt5DlkHJ/>.

A Rua Manoel Marcelino Álvares da Silva é uma das principais vias de acesso no centro histórico, e suas construções testemunham o processo de transformação urbana da cidade. Abriga edificações ecléticas, resultado de intervenções ao longo dos anos. A Figura 17 registra essa via e exemplifica os estilos arquitetônicos presentes, com destaque para as casas geminadas.

Figura 17 – Casas localizadas na Rua Manoel Marcelino Álvares da Silva (2024).



Montagem elaborada pela autora. Fonte: acervo pessoal da autora.

As ruas e praças do Centro Histórico de Jaraguá/GO, com suas edificações, características e histórias, são importantes testemunhas do passado da cidade. Esses espaços ajudam a compreender como se deu a ocupação do território, o desenvolvimento das atividades econômicas, as transformações sociais e a diversidade cultural que compõe a identidade local.

1.3.1.2 Igreja Nossa Senhora da Penha

Localizada na Praça Sílvio de Castro Ribeiro, no centro da cidade de Jaraguá/GO, a Igreja Nossa Senhora da Penha é, conforme a versão oficial da história local, a edificação

religiosa mais antiga do município. Autorizada a funcionar em 1748, foi erguida com as mesmas características das construções coloniais do período. No entanto, ao longo dos anos, passou por significativas transformações estruturais, incluindo a demolição da construção original, no início do século XX, para dar lugar a uma igreja maior, que preservou apenas algumas das bases originais (Assunção, 2012, p. 160-164). As Figuras 18 e 19 permitem uma análise comparativa das mudanças.

Figura 18 – Igreja Nossa Senhora da Penha – representação da construção original.



Pintura: Maria Helena de A. Romacheli. (Assunção, 2012, p. 160)

Figura 19 – Igreja Nossa Senhora da Penha – construção contemporânea (2014).



Fonte: Facebook – Igrejas, Basílicas e Catedrais. <https://acesse.one/6E5eQ>

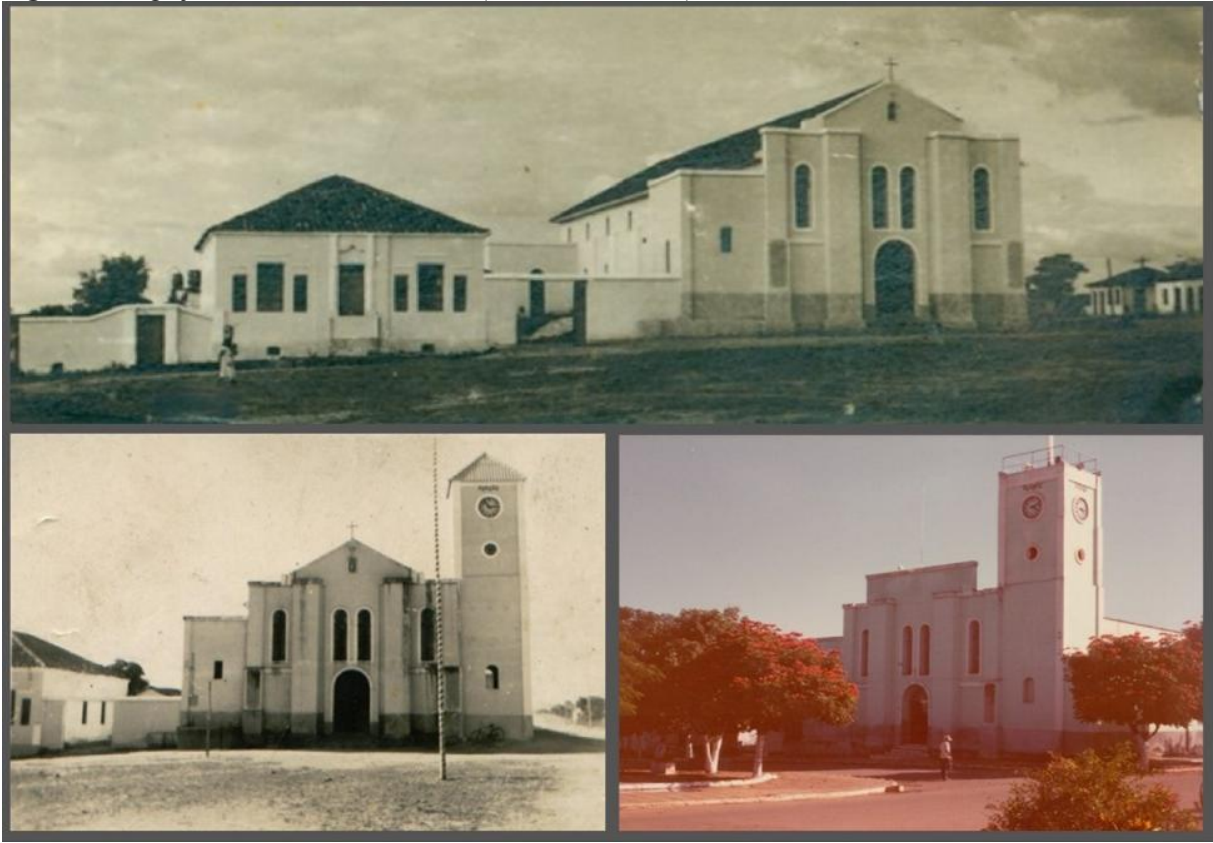
Reformas posteriores contribuíram para a descaracterização de sua arquitetura, distanciando-a dos traços típicos das igrejas coloniais construídas no século XVIII. As Figuras 19, 20 e 21 apresentam registros fotográficos de diferentes épocas e revelam as sucessivas intervenções pelas quais a igreja passou.

Figura 20 – Igreja Nossa Senhora da Penha (1882).



Fonte: Prefeitura Municipal de Jaraguá/GO.

Figura 21 – Igreja Nossa Senhora da Penha (1950, 1960 e 1983).



Montagem elaborada pela autora. Fotos: Biblioteca dos Saberes Jaraguenses.

A despeito das transformações sofridas, a Igreja Nossa Senhora da Penha continua sendo um dos principais marcos religiosos e culturais de Jaraguá/GO. Assunção (2012, p. 160) a define como a igreja “mais importante na vida da comunidade”, embora o acesso a informações consistentes sobre seu passado seja bastante limitado. Não se sabe ao certo quem foram seus primeiros frequentadores; entretanto, sua localização no centro do núcleo urbano original e estudos preliminares apresentados pelos arqueólogos Elaine Chaves e Wagner Magalhães (2025) – com base em escavações no sítio histórico da Igreja do Rosário e em pesquisas nos arquivos da própria Igreja da Penha⁵ – indicam que ela tenha atendido majoritariamente à população branca.

Atualmente, a Igreja é frequentada principalmente por habitantes do centro e dos bairros mais centralizados, acolhendo uma diversidade de fiéis. Sua importância se mantém nas celebrações religiosas e no uso social do espaço. Sob sua guarda, estão importantes documentos históricos – livros de registro de tombo, de casamentos, de batizados, de óbitos, entre outros –

⁵ Informação apresentada por Elaine de Alencastro Chaves e Wagner Magalhães na palestra “*A Arqueologia e o Legado dos Sepultamentos em Jaraguá/GO*” realizada em 12 de abril de 2025, durante as obras de restauração da Igreja Nossa Senhora do Rosário. Os autores divulgaram estudos preliminares da pesquisa referente aos vestígios arqueológicos encontrados no sítio histórico, atualmente em processo de publicação.

e, em seu subsolo, estão sepultados antigos moradores, incluindo o Padre Silvestre e sua escravaria (Chaves; Magalhães, 2025). A igreja também é responsável pela realização da Festa do Divino Espírito Santo, uma das mais tradicionais do município, tratada com maior detalhamento na subseção 1.3.2, dedicada aos elementos do patrimônio imaterial.

Além de espaço de devoção, a Igreja Nossa Senhora da Penha tem desempenhado importante papel na vida social da cidade. Fotografias históricas de eventos religiosos e escolares, como missas campais, desfiles cívicos e manifestações culturais, revelam sua centralidade como local de encontro e espaço de sociabilidade. A Figura 22 ilustra alguns desses eventos culturais e permite identificar os processos de mudanças em sua arquitetura.

Figura 22 – Práticas religiosas e escolas na Igreja Nossa Senhora da Penha (1940–1960).



A) Desfile do Colégio Arquidiocesano. Ao fundo, o alicerce da igreja após a primeira demolição. B) Missa na Igreja Nossa Senhora da Penha em construção. C) Desfile do Colégio Arquidiocesano. Destaca-se ao fundo a construção de uma torre na igreja. Fonte: Biblioteca dos Saberes Jaraguenses. Montagem elaborada pela autora.

As imagens documentam as transformações significativas pelas quais a igreja passou, evidenciando a transição de uma arquitetura colonial para formas mais contemporâneas – algo

que talvez não seja do conhecimento das novas gerações. Como elemento do patrimônio histórico-cultural material, a igreja Nossa Senhora da Penha demonstra como os bens patrimoniais podem passar por processos de mudança e permanência ao longo do tempo.

1.3.1.3 Igreja Nossa Senhora do Rosário e São Benedito

A Igreja de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito foi edificada numa pequena elevação margeada pela Serra de Jaraguá, como se observa na Figura 23. Está situada no centro da Praça do Rosário, no cruzamento entre a Rua das Flores e a Rua Alto do Rosário. Chamada por alguns de Igreja do Rosário dos Pretos, destaca-se como importante exemplar da arquitetura colonial e representa um marco na história e na memória da população afro-brasileira de Jaraguá/GO, por ter sido construída pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, conforme destaca Assunção (2012, p. 164).

Figura 23 – Ciclistas na Rua Alto do Rosário (1950).



Ao fundo, a Igreja Nossa Senhora do Rosário e São Benedito ladeada pela estrada que dá acesso à Serra de Jaraguá. Fonte: Biblioteca dos Saberes Jaraguenses.

A edificação segue as características da arquitetura religiosa do período da mineração em Goiás, marcada pela simplicidade – como se observa nas imagens da Figura 24, que mostram a fachada da igreja em dois momentos distintos e revelam intervenções no entorno urbano ao longo do tempo – e pelos elementos barroco-rococó presentes em seu interior. Sua estrutura é composta por taipa de pilão, coberta por um telhado de telha de barro canal e campanário exterior. O interior abriga um conjunto significativo de bens artísticos, incluindo o altar-mor, o forro da capela-mor, o altar lateral, o arco cruzeiro, o púlpito e o coro.

Figura 24 – Igreja Nossa Senhora do Rosário: vistas externas em 1957 e 1978.



A) Fachada da igreja em 1957, com terreno irregular e ausência de calçamento. B) Fachada em 1978, após obras de urbanização no entorno e manutenção da estrutura original. Fonte: Arquivo do Iphan. Montagem elaborada pela autora.

Registros fotográficos históricos e atuais permitem observar os elementos artísticos do interior da igreja. As Figuras 25 e 26 apresentam, em dois momentos distintos, 1957 e 2023, o altar-mor e o altar de São Benedito, com detalhes do forro da capela-mor e uma visão panorâmica da nave central e do púlpito.

Figura 25 – Altar-mor e forro da capela-mor da Igreja Nossa Senhora do Rosário (1957 e 2023).



A) Altar-mor da Igreja em 1957. Fonte: Arquivo Iphan. B) Altar-mor e forro da capela-mor em 2023. Fonte: Lucas N. B. de Araújo. Montagem elaborada pela autora.

Figura 26 – Altar de São Benedito e nave central da Igreja Nossa Senhora do Rosário (1957 e 2023).



A) Altar lateral dedicado a São Benedito em 1957. Fonte: Arquivo Iphan. B) Nave central com altar lateral de São Benedito e capela-mor em 2023. Fonte: Lucas N. B. de Araújo. Montagem elaborada pela autora.

Devido à sua importância histórica e arquitetônica, a Igreja do Rosário foi tombada como patrimônio federal em 26 de janeiro de 1960, sendo inscrita sob o n. 452 no Livro de Tombo de Belas Artes, vol. 1, folha 84, conforme processo n. 602-T-59 (Brasil, 1960). Em nível estadual, a edificação também recebeu proteção oficial pela Lei n. 8.915, de 13 de outubro de 1980 (Goiás, 1980b), consolidando-se como um dos principais elementos do patrimônio cultural de Jaraguá/GO.

Segundo Assunção (2012), a construção da Igreja do Rosário foi concluída no início de 1776 e, provavelmente, consagrada e aberta ao culto público no mesmo ano. Sua localização estratégica na paisagem urbana reflete sua centralidade nas práticas religiosas e culturais da comunidade. A praça que a circunda sempre serviu como um espaço de encontro e devoção, onde festas e celebrações religiosas são realizadas até os dias de hoje.

Várias histórias e lendas populares de Jaraguá tratam desta igreja. Ela, talvez até pela sua posição de inserção na paisagem, sempre fez parte de um universo mais íntimo da cultura jaraguense. Traz consigo toda uma carga histórica e cultural dos escravos que a construíram e de folclores regionais. [...] Na parte da cidade onde encontramos a Igreja N. S. do Rosário, é onde se localiza todo o sítio histórico preservado de Jaraguá (Assunção, 2012, p. 164).

Até o ano de 2023, a Igreja do Rosário esteve aberta ao público, especialmente por ocasião das encenações da Paixão e Ressurreição de Cristo na Semana Santa, assim como nas festividades em homenagem à Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, realizadas anualmente logo após o Pentecostes⁶. Em março de 2024, tiveram início as obras de restauração e requalificação da edificação, com previsão de conclusão para fevereiro de 2025 (Goiás, 2024).

Durante o processo de restauração, escavações externas realizadas para instalação de drenos preventivos contra umidade resultaram na identificação de ossadas humanas e vestígios materiais, como correntes, botões, fragmentos de colares de contas. O achado desses elementos determinou a necessidade de intervenção arqueológica. A empresa Arqlogus assumiu o projeto e, sob a coordenação da Dra. Elaine Chaves e do Dr. Wagner Magalhães, vem desenvolvendo pesquisa arqueológica e documental, como parte do programa de resgate e monitoramento da obra (Malu Longo, 2024). A Figura 27 apresenta registros desse processo ao longo de 2024, incluindo a restauração estrutural e as escavações arqueológicas realizadas no entorno e interior da igreja. Já a Figura 28 mostra uma vista panorâmica do sítio histórico com as obras em fase de finalização.

Figura 27 – Processo de restauração e intervenção arqueológica na Igreja Nossa Senhora do Rosário (2024).



A) Obras de restauração na estrutura da igreja. B) Escavações arqueológicas no entorno da edificação, com exposição de vestígios materiais. Fonte: Lucas N. B. de Araújo. Montagem elaborada pela autora.

⁶ O Pentecostes (“*quingagésimo*” em grego) é uma das celebrações mais importantes do calendário cristão. Ocorre 50 dias após o domingo de Páscoa e comemora a descida do Espírito Santo sobre os apóstolos de Jesus Cristo, sua mãe Maria e outros seguidores.

Figura 28 – Igreja Nossa Senhora do Rosário – obras em fases de finalização (2025).



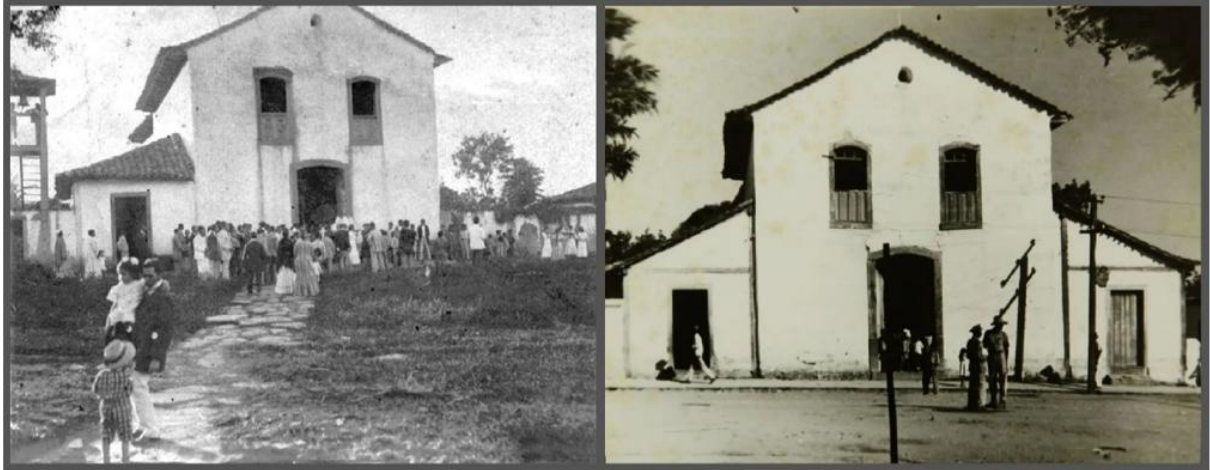
Foto: Douglas Vinícius Lino Pereira.

Considerando seu valor arquitetônico, documental e simbólico, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito constitui um dos elementos relevantes do patrimônio histórico-cultural de Jaraguá/GO. As evidências materiais identificadas durante a restauração e as ações de preservação atualmente em andamento contribuem para ampliar o conhecimento sobre a ocupação histórica do centro da cidade, bem como sobre as práticas religiosas e sociais desenvolvidas nesse espaço ao longo do tempo.

1.3.1.4 Igreja e Museu Sacro Nossa Senhora da Conceição

A Igreja Nossa Senhora da Conceição é uma das mais antigas de Jaraguá, datada do início do século XVIII. De acordo com Assunção (2012), foi erguida em 1828, compondo-se de estrutura retangular e apenas uma galeria lateral. Entretanto, durante o século XX, em decorrência dos processos de demolição e reconstrução da Igreja Nossa Senhora da Penha, foi construída na Igreja da Conceição outra galeria, para guardar os objetos da Matriz, como pode ser visto na fotografia da década de 1950. A Figura 29 apresenta registros da igreja com uma e com duas galerias.

Figura 29 – Igreja Nossa Senhora da Conceição (1912 e 1949).



A) Estrutura original da igreja com apenas uma galeria lateral. Fonte: Biblioteca dos Saberes Jaraguenses. B) Igreja em 1949 com duas galerias laterais. Fonte: Lucas N. B. de Araújo. Montagem elaborada pela autora.

A estrutura principal da igreja é composta por paredes de taipa de pilão e pedra, com espessuras que variam entre 1 m e 1,10 m, dispostas sobre uma fundação de pedra que se estende até o nível da calçada. Conforme descrito por Assunção (2012), a arquitetura de estilo simples reflete as técnicas construtivas da época colonial, com piso em tábua corrida, o telhado coberto por telhas de barro do tipo ‘capa e bica’ e o campanário separado do corpo principal da igreja, além da presença de sepulturas junto ao altar e no jardim lateral externo.

A fachada austera da Igreja Nossa Senhora da Conceição contrasta com o interior ricamente ornamentado, especialmente no altar principal e no arco do cruzeiro, que apresentam elementos decorativos associados ao estilo barroco-rococó. A presença desses elementos mais requintados costuma ser associada ao fato de a igreja ter sido construída com recursos particulares da família Félix de Souza, que exerceu significativa influência política em Jaraguá durante os séculos XIX e XX (Duarte, 2004, p. 12-13). Assunção (2012) reforça que a igreja foi erguida “por iniciativa particular do tenente/coronel Antônio Félix de Souza. Escolhida sua localização junto ao largo da matriz, terreno situado em frente à residência desta família, um dos sobrados mais imponentes da cidade na época” (Assunção, 2012, p. 176-178). Essa relação pode ser observada na fotografia de 1959, que integra a montagem da Figura 30, em que o sobrado da família e a igreja aparecem na mesma perspectiva. A montagem também reúne uma imagem mais nítida do sobrado na década de 1950 e um registro da ornamentação original do altar da igreja, datado de 1948.

Figura 30 – Igreja Nossa Senhora da Conceição e entorno: vistas externas e altar (1948–1959).



A) Fachada da igreja em 1959; à sua frente, o sobrado da família Félix de Souza. B) Vista do sobrado da Família Félix de Souza na década de 1950. C) Detalhe do altar da igreja com ornamentação barroco-rococó. Fontes: A e B – Biblioteca dos Saberes Jaraguenses; C – Acervo do Museu de Arte Sacra. Foto da autora, 2025. Montagem elaborada pela autora.

A conservação das características arquitetônicas originais foi determinante para o tombamento estadual da Igreja Nossa Senhora da Conceição, conferido pelo Decreto n. 4.943, de 31 de agosto de 1998 (Goiás, 1998). Desde então, a edificação passou por duas reformas, a primeira em 2000 e a mais recente entre os anos de 2019 e 2021. Atualmente, permanece ativa sob responsabilidade da Paróquia Nossa Senhora da Penha, com celebração de missas, batizados e casamentos, conforme ilustram as Figuras 31 e 32.

Figura 31 – Altar da Igreja Nossa Senhora da Conceição (2025).



Vista parcial da nave e do altar. Foto da autora, 2025.

Figura 32 – Casamento na Igreja Nossa Senhora da Conceição (2021).



Fonte: Instagram Museu de Arte Sacra: @masjaragua

Após a primeira reforma, a lateral do edifício – onde antes funcionava a sacristia – passou a abrigar o Museu de Arte Sacra de Jaraguá/GO, com entrada gratuita e funcionamento de segunda a sexta-feira. Seu acervo, de caráter exclusivamente religioso e vinculado à tradição católica, é expressivo em quantidade, diversidade e qualidade. Reúne esculturas sacras, indumentária litúrgica e objetos de culto de diferentes períodos históricos, incluindo obras atribuídas a Veiga Valle, importante escultor goiano do século XIX. A Figura 33 ilustra parte desse acervo, representativo da arte sacra e das tradições religiosas do município.

Figura 33 – Peças em exposição no Museu de Arte Sacra (2024).



Montagem elaborada pela autora. Fotos: Anna Beatriz O. Castro.

A Igreja e o Museu Sacro Nossa Senhora da Conceição constituem dois dos principais elementos do patrimônio material de Jaraguá/GO, não apenas por sua longevidade e preservação arquitetônica, mas também pelo valor simbólico que assumem na memória religiosa da cidade. Sua permanência no espaço urbano e sua multifuncionalidade – como templo de celebrações religiosas e como espaço museológico – conferem-lhe um papel destacado na paisagem cultural jaraguense. A Figura 34 ilustra a permanência da Igreja Nossa Senhora da Conceição ao longo do tempo, evidenciando sua preservação arquitetônica e sua relevância como marco simbólico da cidade.

Figura 34 – Igreja Nossa Senhora da Conceição (1992 e 2021).



A) Fachada da igreja na década de 1990. Fonte: Biblioteca dos Saberes Jaraguenses. B) Fachada do museu e da igreja após a reforma em 2021. Fonte: Instagram do Museu / @masjaragua. Montagem elaborada pela autora.

1.3.1.5 Casa de Cultura Padre Silvestre

A Casa de Cultura Padre Silvestre está localizada na Rua Vigário Álvares, n. 63, no Centro Histórico de Jaraguá, e destaca-se não apenas por sua relevância arquitetônica, mas também por seu significado histórico e cultural, sendo reconhecida como bem de interesse público. Tombada como patrimônio estadual pelo Decreto n. 6.024, de 25 de outubro de 2004 (Goiás, 2004), a edificação atualmente abriga a Superintendência de Cultura e funciona como espaço cultural, com exposições temporárias, eventos e atividades educativas. A Figura 35 apresenta um registro histórico da casa antes da restauração, enquanto a Figura 36 mostra seu aspecto atual, já restaurado.

Figura 35 – Casa do Padre Silvestre (1952).



Foto de 1952. Fonte: Iphan.

Figura 36 – Casa de Cultura Padre Silvestre (2024).



Foto: Anna Beatriz O. Castro.

Conforme descreve Hamú (2003), a construção histórica que abrigou a residência do Padre Silvestre, um dos personagens mais influentes da história local, destaca-se por suas características arquitetônicas, como o forro “tipo gamela” e a pintura decorativa no teto da sala principal. O acervo expositivo da casa inclui objetos diversos, de diferentes períodos, compondo uma ambientação que dialoga com o passado. Entre os elementos de maior valor simbólico, destaca-se o banco que pertenceu ao próprio Padre Silvestre, preservado e exposto no local. A Figura 37 apresenta registros desses elementos.

Figura 37 – Interior da Casa de Cultura Padre Silvestre (2025).



A) Sala principal da antiga residência com destaque para a pintura no forro. B) Banco atribuído ao Padre Silvestre, exposto ao lado de painel informativo. Montagem e fotos da autora.

A Casa de Cultura Padre Silvestre compõe o conjunto de bens culturais de Jaraguá/GO por sua relevância histórica, arquitetônica e simbólica. Sua preservação e transformação em espaço cultural permitiram o aproveitamento de sua estrutura para a realização de atividades educativas e culturais voltadas à valorização do patrimônio e da história local. Atualmente, o local abriga ações e debates sobre políticas públicas de conservação patrimonial, consolidando-se como um ambiente de diálogo sobre o passado da cidade e a importância da preservação das memórias coletivas. Ainda que seu acervo e suas exposições não evidenciem de forma prioritária as histórias e experiências afro-brasileiras locais, a casa se tornou um espaço de reflexão sobre a cultura jaraguense, contribuindo para uma maior conscientização sobre o valor do patrimônio cultural.

1.3.1.6 Museu Histórico Municipal

O Museu Histórico Municipal de Jaraguá é uma instituição dedicada à preservação e divulgação da história local, instalado em uma casa localizada na Rua Coronel Elias e que foi construída no século XIX. O imóvel histórico foi adquirido e restaurado pelo poder público

municipal. A Figura 38 permite comparar a fachada da casa antes e depois de ser transformada em museu.

Figura 38 – Prédio do Museu Histórico Municipal de Jaraguá/GO (2012 e 2025).



A) Fachada do museu antes de ser restaurado. Fonte: acervo: Google Street View. Autor: desconhecido. B) Fachada do museu após restauração. Foto da autora, 2025. Montagem elaborada pela autora.

Atualmente, o museu abriga uma coleção diversificada que inclui documentos, fotografias, objetos do cotidiano, artefatos indígenas e itens relacionados à mineração, atividade que marcou o desenvolvimento inicial de Jaraguá. Na Figura 39, é possível verificar algumas exposições que compõem o acervo do museu.

Figura 39 – Peças em exposição no Museu Histórico Municipal de Jaraguá/GO (2024)



Montagem com fotos da própria autora, 2024.

O Museu Histórico Municipal tem contribuído para promover a educação patrimonial e, aos poucos, vem se consolidando como lugar de memória, onde se preservam histórias e vivências da comunidade local.

1.3.1.7 Prédio da Antiga Câmara

O Prédio da Antiga Câmara, conhecido popularmente como “Balança, mas não cai”, é um marco arquitetônico do centro histórico de Jaraguá. Construído em 1944, com dois andares, é um exemplo da arquitetura eclética da época. Segundo Araújo (2018), o edifício é um exemplar do estilo *Art Déco*. Construído em tijolo colonial, suas características incluem “janelas basculantes de ferro e vidro, portas de madeira, telhas francesas e um piso que combina ladrilhos hidráulicos ornamentados no pavimento térreo e madeira no pavimento superior em madeira” (Araújo, 2018, p. 34).

Construído inicialmente para servir como clube de encontros para jovens, seu uso variou ao longo dos anos, tendo funcionado como rádio local, câmara municipal, lojas e, por último, uma oficina até 2002.

Não se sabe ao certo a origem do apelido “Balança, mas não cai”. Há versões populares que atribuem ao fato de suas estruturas tremerem com as músicas e danças na época em que foi clube. Outras versões remetem às condições precárias das paredes, com infiltrações e risco de desabamento do telhado, durante o período em que ficou desocupado. De fato, depois de um longo período abandonado (desde 2002), o telhado e parte do segundo andar desabaram, comprometendo as paredes do primeiro pavimento (Figura 40).

Figura 40 – Prédio da Antiga Câmara, sem informação de data e em 2018.



A) Foto do prédio abandonado; B) Foto com registro do desabamento do telhado e parte do segundo andar. Fonte: Araújo (2018, p. 34).

Entre 2023 e 2024, passou por uma restauração completa, com revitalização e adequação do espaço com um anexo complementar. Agora rebatizado como Espaço Cultural Zuleika Lobo de Castro Ribeiro, abrigará o museu da Câmara de Vereadores, e o anexo servirá

como sede da Banda Lira Jaraguense. A Figura 41 contém registros da cerimônia de inauguração, com o *post* de convite divulgado no Instagram da Prefeitura Municipal de Jaraguá/GO, fotos do prédio e da apresentação da Banda Lira Jaraguense na rua e no salão de eventos.

Figura 41 – Inauguração do Espaço Cultural Zuleika Lobo de Castro Ribeiro (2024).



Montagem com captura de tela do *post* e fotos da própria autora. Data dos registros: 05/04/2025.

Embora não tenha registro formal como patrimônio regional ou local, a Banda Lira Jaraguense é um importante elemento da história e da cultura de Jaraguá. Em sua trajetória, vem desempenhando papel central nas celebrações religiosas e cívicas da cidade, sendo reconhecida pela qualidade musical e pelo empenho em manter as tradições musicais ao longo das gerações.

A escolha dos bens materiais reconhecidos como patrimônio resulta de decisões tomadas por órgãos oficiais, especialistas e representantes da sociedade. É relevante indagar: quem participou desses processos de seleção? Houve controvérsias ou resistências em relação a determinados bens? Refletir sobre essas questões ajuda a compreender que o patrimônio material é, também, um espaço de disputa por legitimidade e pertencimento.

1.3.2 Elementos do patrimônio imaterial

1.3.2.1 Devoção ao Divino Espírito Santo: Folia, Festa e Cavalhada

A Festa do Divino Espírito Santo constitui uma das manifestações mais tradicionais e expressivas do patrimônio imaterial de Jaraguá/GO, com raízes no catolicismo popular português, difundido no Brasil pelos jesuítas a partir do século XVI. Em Jaraguá, sua realização remonta à segunda metade do século XVIII, sendo referida em registros desde 1825. Com ampla adesão da comunidade, ocorre cinquenta dias após a Páscoa, celebrando o Pentecostes e mobilizando a cidade em uma combinação de ritos religiosos e manifestações culturais.

Segundo o padre Edmilson Luiz de Almeida (2024, n.p.), a festa representa, para os jaraguenses, “a atualização do que aconteceu com a Virgem Mãe e os apóstolos cinquenta dias após a Ressurreição de Jesus, um novo Pentecostes onde o Espírito Divino se manifesta em missão, levando adiante, de forma incorruptível, a obra Salvífica inaugurada por Cristo no seu Mistério Redentor”.

O símbolo central da festividade é a Coroa do Divino Espírito Santo, que fica sob a responsabilidade do Imperador do Divino, devoto sorteado para organizar os festejos, representando a nobreza e o poder material desse mundo. “A coroa simboliza o poder do rei (imperador), mas, na festa do Divino, o imperador nunca traz a coroa sobre a cabeça, pois a coroa é do Divino e não do imperador” (Almeida, 2024, n.p.). A estrutura da festa reafirma, assim, valores como humildade, devoção e serviço à coletividade. A Figura 42 apresenta registros fotográficos de diferentes décadas que evidenciam a permanência e a renovação dessa tradição.

Figura 42 – Imperador e Coroa do Divino Espírito Santo (1961, 1981 e 2024).



A) e B) Registros dos cortejos da Festa do Divino Espírito Santo nas décadas de 1960 e 1980, com destaque para a presença do imperador e da comunidade local. C) Fotografia de 2024 mostra o Bispo entregando a Coroa ao imperador da festa de 2025, simbolizando a continuidade da tradição religiosa. Montagem elaborada pela autora. Fontes: A e B – É Daqui Jaraguá / [edaquijaragua](https://www.instagram.com/edaquijaragua); C – Instagram [@nossasenhoradapenha1833](https://www.instagram.com/nossasenhoradapenha1833).

Durante os dez dias de festejos, são realizadas novenas, alvoradas, missas solenes, cortejos, levantamento do mastro, procissões, folias, leilões e apresentações folclóricas, como as Cavalhadas e o desfile Entrada da Rainha. A Igreja Matriz de Nossa Senhora da Penha, centro das celebrações, frequentemente não comporta todos os devotos que ali se reúnem. Segundo o padre Edmilson, “a participação dos fiéis supera os mil lugares de acomodação que ela suporta” (Almeida, 2024, n.p.), sendo necessário o apoio de centenas de voluntários para viabilizar a programação religiosa e social. Como mostram os registros da Figura 43, tanto a praça quanto a nave central da igreja se configuram como espaços simbólicos de vivência do sagrado, de encontro intergeracional e de integração comunitária, expressando a força e a continuidade desse patrimônio imaterial.

Figura 43 – Devoção ao Divino Espírito Santo e Integração Comunitária (1966, 2022 e 2024).



A) Praça da Igreja Nossa Senhora da Penha durante os festejos do Divino Espírito Santo, com grande participação popular (1966). B) Missa da Festa do Divino Espírito Santo com a nave central repleta de fiéis (2022). C) Cortejo formado pelos cavaleiros da Cavalhada, em frente à Igreja Nossa Senhora da Penha (2024). D) Crianças durante o Desfile da Entrada da Rainha, que encerra a Festa do Divino e inicia as celebrações de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito (2024). Fontes: É Daqui Jaraguá / edaquijaragua; Instagram da Prefeitura Municipal de Jaraguá; Secult/GO – <https://acesse.one/BqYfj>.

Outro elemento marcante é a Folia do Divino Espírito Santo, composta por dois grupos – a Coroa e a Bandeira – que percorrem residências urbanas e rurais entoando cantos, levando bênçãos e recolhendo contribuições para os festejos. Essa prática, marcada por religiosidade e generosidade, foi ampliada a partir da década de 1980, quando passou a visitar famílias jaraguenses residentes em Goiânia e Brasília. Como ilustrado na Figura 44, a folia manifesta-se de forma diversa no campo e na cidade, preservando a tradição em diferentes contextos sociais. Como destaca Luiza Guedes (2003, p. 17), a visita “não só contribui, como é um elemento estratégico para a manutenção da identidade cultural e preservação da memória e tradição dessa comunidade”.

Figura 44 – Folia do Divino Espírito Santo (2024).



A) Grupo da folia rural em frente à igreja, momento que antecede a saída para visitas em fazendas da região de Jaraguá/GO. B) e C) Registros das visitas das folias a famílias devotas em Goiânia/GO e Brasília/DF. Montagem elaborada pela autora. Fonte: Instagram @divinoespiritosanto2024.

As Cavalhadas, tradicionalmente realizadas durante a Festa do Divino Espírito Santo, representam a batalha entre mouros e cristãos em uma dramatização popular inspirada nas tradições ibéricas medievais. Os cavaleiros, divididos em dois exércitos, trajam roupas coloridas e protagonizam o confronto em um campo especialmente preparado. Essa manifestação, de forte apelo visual e simbólico, é considerada uma das mais expressivas do evento, como ilustrado na Figura 45, que reúne registros fotográficos de 1963 e 2024.

Figura 45 – Cavalhadas de Jaraguá (1963 e 2024).



A) Registros de 1963 mostram cavaleiros cristãos e mouros durante a encenação tradicional das Cavalhadas. Fonte: É Daqui Jaraguá / edaquijaragua. B) Registro atual da representação dos cavaleiros mouros e cristãos, durante as festividades de 2024. Fonte: Prefeitura Municipal de Jaraguá. Montagem elaborada pela autora.

A festa inclui ainda o tradicional desfile da Entrada da Rainha, cortejo que remonta aos tempos coloniais e que simboliza a chegada da “rainha” – figura que representa a senhora das antigas fazendas – aos festejos em louvor a Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. Conforme divulgado pela Prefeitura de Jaraguá no fôlder da edição de 2023, essa personagem era tradicionalmente acompanhada por sua criadagem, compondo um séquito caracterizado por elementos de ostentação, como a fartura de mantimentos e os trajes luxuosos, que remetem aos padrões da elite senhorial. A Figura 46 apresenta esse material de divulgação oficial, que reúne informações sobre o contexto histórico, o roteiro e os símbolos religiosos presentes no desfile.

Figura 46 – Fôlder da Entrada da Rainha (2023).



Montagem elaborada pela autora com frente e verso do fôlder oficial da Prefeitura de Jaraguá, destacando o tema, o roteiro do cortejo e os elementos simbólicos e religiosos da festividade. Fonte: acervo pessoal da autora.

Com o passar do tempo, o cortejo foi ressignificado e, atualmente, é composto por escolas, grupos culturais, cavaleiros e diferentes entidades locais que percorrem as ruas da cidade em direção à Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. A apresentação inclui

quadros alegóricos relacionados à cultura, religiosidade, folclore e história local. Conforme registrado no fôlder institucional, esse momento marca o encerramento da Festa do Divino Espírito Santo e a abertura oficial da celebração dedicada a Nossa Senhora do Rosário e São Benedito (Jaraguá, 2023a).

Para o padre Edmilson Luiz de Almeida (2024, n.p.), a Festa do Divino Espírito Santo constitui um “espetáculo de fé e devoção [...] marcado pela fartura, oração e expressões culturais”. O conjunto de práticas que compõem essa festividade – missas, quermesses, folia, congadas, cavalhadas, entre outras – reforça os vínculos comunitários e reafirma tradições que, embora ressignificadas ao longo do tempo, preservam simbolismos importantes para os moradores de Jaraguá/GO.

1.3.2.2 Festa de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito e Entrada da Rainha

A Festa de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito constitui, no Brasil, uma das mais antigas e simbólicas expressões de religiosidade popular de matriz afro-brasileira, com raízes nas irmandades de homens pretos formadas por pessoas escravizadas ou libertas desde o período colonial. Essas irmandades, além de promoverem o culto religioso, configuravam-se como espaços de sociabilidade, ajuda mútua, resistência cultural e articulação comunitária (Simoni, 2017, p. 63-111).

Em Jaraguá, essa festa ocorre tradicionalmente após a Festa do Divino Espírito Santo e é anunciada pelo cortejo da Entrada da Rainha – rito que, embora atualmente ressignificado e adaptado às novas configurações sociais e culturais, ainda carrega reminiscências coloniais, conforme discutido no item anterior. A Figura 47 apresenta registros do cortejo de 1952, da vara de prata e da coroa – símbolos que ficam sob a guarda dos festeiros até o encerramento da celebração –, além da ornamentação da Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito durante os festejos de 2024.

Figura 47 – Festa de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito (1952, 1957 e 2024).



A) Cortejo durante festividades de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, 1952. Fonte: É Daqui Jaraguá. B) Vara de prata e coroa, símbolos atualmente vinculados a São Benedito e a Nossa Senhora do Rosário. Fonte: Iphan, 1957. C) Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito enfeitada para os festejos, 2024. Fonte: Lucas N. B. de Araújo. Montagem elaborada pela autora.

As festividades incluem missas, cortejos, apresentações culturais e, em algumas localidades, também congadas e outras expressões afro-religiosas. A devoção a Nossa Senhora do Rosário, embora voltada a uma santa de iconografia branca, foi apropriada pelas populações negras por meio do sincretismo com Oxum, orixá associada às águas doces e à fertilidade. Já São Benedito, considerado o padroeiro dos negros, figura como símbolo de fé e resistência (Simoni, 2017, p. 106-111).

Em sua dimensão simbólica, a Festa do Rosário e São Benedito em Jaraguá reafirma a permanência de práticas e representações afrodescendentes, ainda que de forma sutil e nem sempre reconhecida em sua origem. O desfile da Entrada da Rainha, por exemplo, além de sua função cerimonial, mobiliza memórias e afetos, constituindo um dos momentos mais esperados pela comunidade local e um importante marcador identitário para a cidade. A Figura 48 apresenta cenas do desfile.

Figura 48 – Desfile Entrada da Rainha (2024).



A e B) Cortejo de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito durante desfile. C) Representação dos pretos faiscaidores e da Irmandade de São Benedito. Montagem elaborada pela autora. Fotos: da autora

1.3.2.3 Banda Santa Cecília

A Banda de Música Santa Cecília possui sede própria para suas atividades na Rua Alto do Rosário, n. 258, no Centro Histórico de Jaraguá/GO. Em sua dissertação de mestrado, Fonseca (1999, p. 215) menciona tratar-se da mais antiga banda em funcionamento em Goiás. Sua origem remonta à primeira metade do século XIX e, embora os registros históricos sejam escassos, acredita-se que tenha sido fundada pelo padre Manoel Ribeiro de Freitas. Verifica-se na fachada do prédio-sede a presença dos dizeres “Corporação Musical Santa Cecília – desde 1869”. Dada sua importância, foi reconhecida como entidade de utilidade pública municipal e estadual, conforme Leis n. 245, de 10/11/1983, e 10.256, de 02/10/1987, respectivamente.

Seu surgimento está associado à atividade religiosa, como indica sua própria denominação. Contudo, ao longo dos anos, consolidou-se como espaço de convivência social, reunindo pessoas de diferentes idades, classes e ocupações, incorporando novos ritmos e músicas, e evoluindo para uma orquestra de baile contemporânea.

Fonseca (1999, p. 103-109) destaca o papel da banda na ascensão social, por oferecer oportunidades de inserção e projeção para seus integrantes. O autor observa que políticos locais frequentemente apoiavam suas atividades como forma de manter prestígio junto à comunidade, o que refletia inclusive rivalidades partidárias da época. Para Fonseca, esse contexto contribuiu para a efervescência musical e o aprimoramento técnico dos músicos, fortalecendo a vitalidade cultural de Jaraguá/GO.

Atualmente, a Banda Santa Cecília permanece ativa e é considerada um dos principais símbolos da cultura musical da cidade, participando de festividades religiosas, cívicas e eventos culturais ao longo do ano. Além de preservar tradições musicais centenárias, constitui um

espaço relevante de socialização e formação artística. Conforme se observa nas imagens históricas e recentes (Figura 49), a corporação musical tem reunido integrantes de diferentes origens sociais e étnico-raciais, o que reforça seu papel agregador na trajetória cultural local.

Figura 49 – Banda Santa Cecília (1948 e 2023).



A) Músico da banda em 1948. Fonte: É daqui Jaraguá. B) Fachada da sede da banda, localizada na Rua Alto do Rosário. Foto da autora, 2024. C) Músicos da banda após apresentação na Igreja do Rosário, 2023. Fonte: Instagram @bandasantaceciliajaragua. Montagem elaborada pela autora.

A análise do patrimônio histórico-cultural de Jaraguá/GO revela que tanto os bens materiais quanto as manifestações imateriais refletem disputas e relações de poder presentes na constituição da memória coletiva local. No caso do patrimônio imaterial, nem todas as expressões culturais recebem o mesmo reconhecimento: práticas e tradições de determinados grupos, especialmente das comunidades afro-brasileiras, são frequentemente ignoradas ou desvalorizadas. Isso evidencia que a construção do patrimônio imaterial está marcada por disputas simbólicas, cujos impactos serão aprofundados no próximo capítulo.

Do mesmo modo, a seleção e o reconhecimento dos bens materiais ilustram como elementos e espaços considerados patrimônios não são escolhas neutras ou consensuais, mas processos marcados por silêncios, omissões e afirmações identitárias. Ao longo do tempo, a memória e a presença da população afro-brasileira foram marginalizadas nesse processo de construção patrimonial.

Assim, torna-se indispensável problematizar as representações, os estereótipos e as disputas de memória que atravessam os processos de legitimação cultural em Jaraguá/GO. O capítulo seguinte aprofundará essa leitura crítica, desvelando os mecanismos de poder que moldam a narrativa dominante e valorizando as vivências e resistências afro-brasileiras na constituição social, cultural e histórica do município.

2 PATRIMÔNIO DESVELADO

2.1 História e memória afro-brasileira no patrimônio cultural de Jaraguá/GO: relações de poder, estereótipos e silenciamentos

Analisar a intersecção entre história, memória e patrimônio cultural, entendidos como construções sociais, implica reconhecer as complexas relações de poder presentes nas narrativas, representações e silenciamentos. Hall (2006) ressalta que as representações culturais são marcadas por disputas de poder e interesses históricos e sociais que determinam o que é lembrado ou esquecido. Le Goff (2013) destaca que a memória coletiva sofre influência das estruturas de poder, que definem o que é preservado e valorizado como patrimônio cultural. Tolentino (2016) chama a atenção para o fato de que o conceito de patrimônio cultural, muitas vezes, marginaliza fazeres, saberes e contribuições de determinados grupos sociais. Santos e Campos (2021) reforçam essa reflexão ao evidenciar, em estudo sobre a Cidade de Goiás, os “critérios e valores” por trás da patrimonialização religiosa local. Tais reflexões evidenciam que o patrimônio cultural, longe de ser um repositório neutro, pode funcionar como instrumento de reprodução de desigualdades simbólicas.

Conforme aponta Chuva (2012a, 2012b), a atribuição de valor patrimonial é sempre um ato político, permeado por disputas de significados e representações associadas a identidades, memórias e pertencimentos. Segundo a autora, o patrimônio cultural revela lógicas de poder que influenciam as escolhas sobre o que deve ser preservado, narrado e celebrado por uma coletividade. Dessa forma, as representações, estereótipos, omissões e silenciamentos presentes no patrimônio cultural de Jaraguá/GO não ocorrem ao acaso, mas são resultado da reprodução de hegemonias históricas e simbólicas inseridas nas instituições e práticas sociais.

Assim, ao analisar o panorama do patrimônio cultural de Jaraguá/GO, evidencia-se que as representações nele presentes não são neutras: elas refletem as marcas das ideologias dominantes, bem como os interesses das elites locais. O processo de seleção do que é considerado patrimônio reforça uma narrativa baseada na herança eurocêntrica e católica nacional, reproduzida no âmbito local – o que é típico em municípios de origem colonial, cujas narrativas históricas priorizam valores, símbolos e espaços vinculados à população branca e à elite.

A configuração do patrimônio em Jaraguá/GO está fortemente ligada à estrutura fundiária e ao poder político historicamente estabelecido. Conforme Duarte (2004, p. 10-22),

desde o período minerador, o prestígio social e a influência foram associados à ascendência portuguesa, à ligação com a Igreja Católica e ao domínio do saber erudito, fatores que sustentaram a formação de elites locais. Esses critérios legitimaram o predomínio de certos grupos e a exclusão de outros, processo que se intensificou pela consolidação do perfil rural da região ao longo dos anos. Desse modo, a noção de patrimônio cultural no município foi marcada, principalmente, por práticas e símbolos das classes dominantes, marginalizando expressões de grupos como a população afro-brasileira, em um processo semelhante ao que Santos e Campos (2021) observam na Cidade de Goiás, onde a patrimonialização reforçou símbolos religiosos e eurocêntricos, legitimando hierarquias históricas.

Ao mesmo tempo que preserva expressões relevantes da história local, o patrimônio cultural de Jaraguá/GO carrega marcas profundas das relações de poder e das disputas em torno da identidade, da memória e do pertencimento. Essas disputas determinaram o que é valorizado, nomeado ou representado como “legado histórico”. O silenciamento de determinados sujeitos e experiências, aliado à valorização de tradições vinculadas ao catolicismo e à cultura dominante, evidencia como o patrimônio pode servir para consolidar determinadas narrativas, relegando outras vivências históricas à invisibilidade.

Esse processo de silenciamento e hierarquização simbólica das memórias se articula ao que Cristiane Fonseca (2004) identificou como a construção de uma “memória consagrada” em Jaraguá – uma memória seletiva, que organiza os discursos públicos e institucionais sobre o passado da cidade, legitimando determinadas versões da história e excluindo outras (Fonseca, 2004, p. 121). Essa memória cristaliza-se em monumentos, celebrações e espaços patrimonializados, funcionando como base para o reconhecimento social e político de determinados grupos em detrimento de outros.

Assim, a análise dos elementos materiais e imateriais apresentados no panorama do patrimônio histórico-cultural de Jaraguá/GO revela padrões recorrentes que reforçam determinadas memórias e invisibilizam outras – em especial as da população afro-brasileira, historicamente marginalizada. Embora se reconheça que o desenvolvimento da cidade esteja relacionado à mineração, não há referências explícitas ao papel desempenhado pela população negra nesse contexto, sendo a atuação dos chamados “pretos faiscadores” frequentemente omitida ou subentendida. Manifestações de matriz afro-brasileira, como a Festa de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito e a Entrada da Rainha, são mantidas sob uma perspectiva predominantemente católica, o que ofusca suas raízes afrodescendentes e seus significados de resistência.

A marginalização dessas manifestações integra uma lógica de seleção simbólica que estrutura e delimita o campo da memória social. Como sugere Duarte (2004), os critérios de pertencimento fundados na branquitude, na erudição e na filiação à Igreja Católica operaram como dispositivos de exclusão de outras trajetórias sociais e culturais. Esse filtro de reconhecimento explica por que determinados sujeitos históricos, como os afrodescendentes, têm sua presença invisibilizada ou estetizada de maneira subordinada.

Espaços como a Rua das Flores, o Beco e a Fonte do Galvão, embora preservados materialmente e incorporados ao centro histórico, evidenciam a ausência de registros e símbolos que remetam à presença e contribuições da população afro-brasileira local. Da mesma forma, a Casa de Cultura Padre Silvestre e o Museu Histórico Municipal reforçam essa exclusão, muitas vezes por meio de representações estereotipadas, romantizadas ou deslocadas do seu contexto histórico. Tais representações revelam a permanência de mecanismos seletivos que operam na constituição do patrimônio, reforçando narrativas hegemônicas em detrimento de experiências historicamente marginalizadas.

Abreu e Chagas (2009) contribuem para a compreensão desse fenômeno ao destacarem que o patrimônio cultural não se resume a um conjunto de objetos e edificações, mas constitui um campo de significados e experiências partilhadas, capaz de expressar os valores simbólicos de uma coletividade. A ausência, a minimização ou a estereotipação de representações afro-brasileiras no patrimônio jaraguense revelam não apenas uma lacuna na valorização de suas contribuições, mas também limitam a compreensão crítica de seu papel na formação da cidade. Esse cenário exige uma revisão das narrativas consagradas, de modo a incorporar as experiências e memórias afrodescendentes como parte legítima e estruturante da identidade local. Como reforça Gomes (2012), é preciso enfrentar as formas de apagamento simbólico e reconhecer as heranças culturais afro-brasileiras como parte essencial da história e da memória – nacional ou local.

Entre os elementos que mais fortemente expressam essa lógica de consagração simbólica e apagamento seletivo da memória afrodescendente, destaca-se o papel histórico central da Igreja Católica no contexto jaraguense. Essa centralidade é salientada por Fonseca (1999), segundo o qual um “elemento básico na estruturação da comunidade jaraguense foi a Igreja Católica Apostólica Romana, presente na localidade desde 1734. E, na segunda metade do século XIX, a comunidade já contava com a Igreja Nossa Senhora da Penha e a Igreja do Rosário” (Fonseca, 1999, p. 66-67). A arquitetura religiosa, as festas litúrgicas e a organização dos espaços urbanos evidenciam uma predominância da memória católica branca e

eurocentrada nas narrativas patrimoniais locais. Essa predominância está diretamente associada à histórica relação entre religião, *status* social e poder simbólico. Como argumenta Duarte (2004, p. 16), a Igreja Católica em Jaraguá representava não apenas um espaço de fé, mas também “a instituição do saber e do poder”, legitimando a autoridade política e moral das elites locais. Nesse padrão, insere-se também a Igreja Nossa Senhora da Conceição, construída no século XIX por iniciativa particular, cuja ornamentação sacra, de tradição europeia, exemplifica o prestígio simbólico conferido aos espaços religiosos vinculados às elites.

A reconfiguração arquitetônica da Igreja Nossa Senhora da Penha reflete um fenômeno recorrente na preservação de espaços históricos, em que modificações estruturais – voltadas a atender critérios estéticos ou funcionais contemporâneos – comprometem a percepção pública de sua historicidade. Como apontam Gil e Meinerz (2017), alterações no patrimônio cultural impactam a relação das comunidades com sua memória, tornando menos reconhecíveis os traços que remetem a períodos históricos específicos. No caso da Igreja da Penha, a descaracterização apaga referências simbólicas importantes e reforça uma lógica patrimonial que privilegia a monumentalidade e o legado eurocêntrico.

Em contrapartida, a Igreja Nossa Senhora do Rosário e São Benedito – historicamente associada à população afrodescendente – mantém uma presença institucional reduzida. As narrativas oficiais pouco problematizam sua origem e função enquanto espaço de resistência, organização comunitária e expressão religiosa das irmandades negras. Embora sua estrutura física tenha sido preservada, sua centralidade simbólica permanece esvaziada, sobretudo quando comparada a outras edificações de tradição católica eurocentrada.

A forma como atualmente é incorporada ao calendário religioso local evidencia esse processo. A igreja permanece fechada à visitação pública regular, sendo aberta apenas em ocasiões específicas, como as celebrações da Semana Santa – para as encenações da paixão e ressurreição de Cristo –, os festejos em honra à Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, ou ainda para cerimônias de casamento de pessoas com maior prestígio na comunidade. Essa seletividade de acesso contrasta com sua origem como espaço de fé destinado à população negra e marginalizada, revelando a persistência de disputas simbólicas sobre sua função social e de lugar na paisagem patrimonial de Jaraguá/GO.

As manifestações culturais ligadas à Igreja do Rosário, como a Festa de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito e a Entrada da Rainha, também vêm sendo esvaziadas de seus significados afrodescendentes ao longo do tempo. Fonseca (1999, p. 104) registra que, “por volta de 1840, no paroquiado de Silvestre Álvares da Silva, agruparam-se os festejos do Divino

Espírito Santo, Nossa Senhora do Rosário e São Benedito”. A unificação dessas celebrações subordinou as expressões religiosas de origem negra à festividade hegemônica do Divino Espírito Santo, contribuindo para a diluição de seus vínculos com as tradições afro-brasileiras. Na atualidade, a Entrada da Rainha é apresentada como um desfile tradicional, inserido no contexto da Festa do Divino, sem referências explícitas às congadas, às irmandades negras ou aos rituais de reinado afro-brasileiro. Trata-se de um caso de apagamento simbólico em que a prática se mantém formalmente preservada, mas esvaziada de seus sentidos histórico e identitário (Visani, 2018).

O que se observa, portanto, é a prevalência de um modelo de religiosidade que consagra a memória branca e católica da cidade, ao passo que marginaliza ou folcloriza as expressões de fé vinculadas à população afrodescendente. A presença simbólica da Igreja do Rosário, embora preservada materialmente, segue sendo esvaziada de seus significados históricos e comunitários. Nesse processo, os determinismos das estruturas de poder se manifestam por meio da invisibilização e da estereotipação da memória afro-brasileira, evidenciando que o patrimônio cultural pode operar como mecanismo de consagração de uma narrativa única, que reduz ou apaga experiências plurais e divergentes da memória oficial.

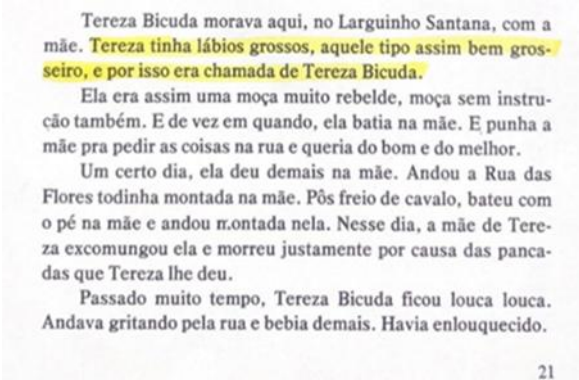
A Rua das Flores, por exemplo, embora frequentemente mencionada por sua antiguidade e pelas lendas que a permeiam – como as histórias de Tereza Bicuda, do Cavaleiro da Rua das Flores e da Procissão dos Mortos –, revela aspectos que merecem atenção histórica. Suas casas térreas, geminadas, com fachadas simples e desprovidas de ornamentos, contrastam com os imóveis da Rua Alto do Rosário, sua via paralela, onde há maior investimento estético e simbólico. Embora ambas dessemboquem na mesma praça, suas trajetórias de valorização e reconhecimento institucional são distintas. Essa diferença, conforme apontam Gil e Meinerz (2017), não é casual: expressa escolhas seletivas sobre o que deve ser lembrado, valorizado e inserido nas narrativas de identidade local. Como lembra Fonseca (2004), esse tipo de distinção decorre da operação seletiva da memória consagrada, que privilegia representações alinhadas à ordem simbólica dominante e marginaliza as experiências sociais que destoam do imaginário oficial da cidade.

Tolentino (2016) destaca que espaços tradicionalmente ocupados por populações negras ou empobrecidas são frequentemente excluídos da patrimonialização formal por não atenderem a critérios estéticos hegemônicos. Essa lógica manifesta-se, em Jaraguá/GO, na forma como a Rua Alto do Rosário é associada ao patrimônio de maneira positiva e legitimada, enquanto a Rua das Flores permanece como espaço de memória fragmentada, vinculado à oralidade, aos

estereótipos e ao folclore. Lima (2012) complementa que a ausência de reconhecimento formal não implica ausência de valor histórico, sendo necessário considerar outras formas de evidência, como a leitura do espaço urbano e da arquitetura cotidiana.

A lenda de Tereza Bicuda, cuja versão escrita e publicada no livro *Histórias populares de Jaraguá* (Ione Valadares; Nei Lima, 1983b) foi amplamente difundida em escolas e eventos culturais locais, também ilustra como o patrimônio imaterial pode, por vezes, reproduzir estereótipos racializados. Em suas diversas versões, a lenda tende a representar Tereza como uma mulher afro-brasileira estigmatizada – frequentemente descrita com traços grotescos ou demonizados, como se observa nas Figuras 50 e 51, extraídas respectivamente do referido livro e do vídeo *A Lenda de Tereza Bicuda* (Canal Memorável, 2022).

Figura 50 – Lenda de Tereza Bicuda (1983).



Trecho que atribui características estereotipadas a Tereza. Fonte: Oliveira (org.), 1983, p. 21

Figura 51 – Lenda de Tereza Bicuda (2022).



Captura de tela. A Lenda de Tereza Bicuda, 2022. Versão Canal Memorável.

Essas representações, descontextualizadas e não problematizadas, reforçam imagens pejorativas de mulheres negras no imaginário local. Gomes e Jesus (2013) defendem que é fundamental desconstruir esse tipo de narrativa e ressignificá-la no contexto da Lei n. 10.639 (Brasil, 2003), promovendo práticas pedagógicas que valorizem a pluralidade das culturas afro-brasileiras e questionem estereótipos racializados presentes no cotidiano escolar e cultural.

Nesse mesmo contexto, o Beco e a Fonte do Galvão representam um caso particular. Embora tenham sido revitalizados em 2023 – o que incluiu a instalação no local de painéis que mencionam os ofícios das lavadeiras e dos carregadores de água e referência à condição de escravização de alguns desses trabalhadores –, as representações seguem marcadas por uma abordagem desracializada. Exalta-se o esforço físico e a importância comunitária dessas atividades, mas se evita explicitar a origem afrodescendente dos sujeitos históricos envolvidos, bem como as estruturas de subalternização que os atravessaram. Trata-se, portanto, de uma forma de reconhecimento parcial, mais alinhada às demandas contemporâneas por valorização

da cultura afro-brasileira do que a um efetivo reposicionamento crítico da memória local. Como observa Visani (2018), o apagamento de sentidos históricos em espaços visíveis é uma das formas mais eficazes – e sutis – de invisibilização simbólica de populações subalternizadas.

Ao considerar a Rua das Flores, o Beco e a Fonte do Galvão em conjunto, nota-se um padrão recorrente: são locais que permaneceram materialmente preservados ao longo do tempo, mas sem que sejam reconhecidos ou valorizados enquanto espaços marcados pelas experiências afro-brasileiras. Ainda que integrados ao centro histórico, são tratados como vestígios neutros, desprovidos de problematização quanto às suas dimensões raciais ou sociais. Essa omissão revela mais uma camada do silenciamento simbólico que estrutura o patrimônio cultural de Jaraguá/GO.

O Museu Histórico Municipal de Jaraguá, espaço institucional responsável por representar e preservar a memória da cidade, não possui acervo ou exposição que valorize as raízes afro-brasileiras locais. Embora se reconheça que o desenvolvimento da cidade esteja relacionado à mineração, o museu não explicita a participação da população negra nesse processo, especialmente a dos chamados “pretos faiscadores”. A ausência dessa menção escancara a lógica seletiva de patrimonialização, que oculta o protagonismo afrodescendente e privilegia uma narrativa alinhada à branquitude, à religiosidade católica e à herança colonial.

Essa situação reflete uma realidade mais ampla dos museus brasileiros, como destacam Gil e Meinerz (2017):

Os museus, na qualidade de espaços privilegiados para a preservação da cultura material, reafirmaram/reafirmam uma memória nacional que expõe e valoriza objetos e ideias relacionadas ao quadro de referências culturais branca, católica e europeia. As expressões de grupos populares e historicamente marginalizados ficaram invisibilizadas [...], povos e culturas foram subalternizados; saberes, memórias e histórias locais foram silenciados (Gil; Meinerz, 2017, p. 23).

Outro aspecto do patrimônio histórico-cultural jaraguense que reflete essas relações de poder é a história da Casa de Cultura Padre Silvestre. O imóvel pertenceu ao padre Silvestre Álvares da Silva (1773-1863), um dos personagens mais influentes da história local. Conforme Hamú (2003), o padre Silvestre era filho de um comerciante português e de Francisca Machado Ferreira, uma mulher escravizada da nação Mina, por quem foi criado até os sete anos, quando o pai o reconheceu e o enviou para estudar no Seminário Arquidiocesano de São José, no Rio de Janeiro. Foi ordenado presbítero em 18 de maio de 1799, depois de passar por desafios relacionados à sua origem e cor, como registra a autora:

A pesquisa realizada por FONSECA E SILVA (1948) na cúria do Rio de Janeiro, no período de julho a agosto de 1948, aponta importantes questões que apresentam o rigor da época, quando se tratava da ordenação principalmente de um homem de cor. Padre Silvestre, por ser mulato, na ocasião dos registros de suas gradativas ordenações, teve os seus dados anotados da seguinte forma: Silvestre Álvares da Silva: natural da comarca de Traíras, capitania de Goiás, filho natural de Manuel Álvares da Silva e de Francisca Machado. Dispensado da ilegitimidade e defeito de cor (Hamú, 2003, p. 42).

O padre Silvestre faleceu em 20 de maio de 1863, sendo sepultado na capela-mor da Igreja Nossa Senhora da Penha. Sua trajetória é reconhecida em relatos da tradição oral, documentos da Igreja Católica, textos de viajantes e cronistas da época e em publicações acadêmicas. No entanto, sua origem afro-brasileira, assim como a história de sua mãe, são exemplos de narrativas minimizadas ou silenciadas na história oficial de Jaraguá/GO. A ausência dessa informação nas narrativas oficiais, inclusive no espaço que hoje abriga a Casa de Cultura que leva seu nome, revela a persistência de silenciamentos estruturais.

A narrativa predominante exalta o padre Silvestre como figura sacerdotal e política, destacando sua importância como liderança local e membro da Constituinte de 1823, mas omite a complexidade de sua identidade racial, reforçando o padrão de apagamento. Enquanto isso, Francisca Machado, sua mãe, encontra-se representada em relatos orais ou textos literários que a situam no campo do mito ou do folclore.

Nesse sentido, um exemplo ilustrativo é o romance *Chica Machado: um mito goiano*, de Adélia Freitas da Silva, que merece destaque pela iniciativa de valorização da figura histórica e feminina⁷. Suas edições revelam, contudo, os desafios das representações visuais e simbólicas. A primeira (2011) traz na capa uma figura infantil de traços que remetem à branquitude ou, possivelmente, a uma ambiguidade étnico-racial pouco definida. Já a segunda edição (2014) representa Chica com traços fisicamente exagerados, vestida como uma “sinhá”, coberta de joias e sendo cortejada por homens – entre eles, brancos que lançam ouro aos seus pés. Tais escolhas estéticas, embora inseridas no campo da ficção, ilustram como a memória de personagens negras pode ser suavizada, mitificada ou estereotipada para se ajustar a narrativas dominantes.

⁷ Esta análise se restringe às imagens de capa das obras, utilizadas como recurso de leitura visual das representações simbólicas de figuras históricas locais. Não se pretende examinar o conteúdo textual, mas observar como tais personagens são figuradas graficamente em materiais de circulação pública. No caso da obra sobre o Padre Silvestre, destaca-se a escolha por representá-lo como um homem negro – o que contribui para sua visibilidade enquanto sujeito afrodescendente. Ainda que não se possa afirmar intencionalidade, os traços suavizados da ilustração evocam reflexões sobre os modos de figurar a negritude em contextos editoriais marcados por padrões estéticos conciliadores.

Em contraste, a capa da obra *Padre Silvestre: estrela negra de Goyaz* (Silva, 2024) representa, pela primeira vez, o sacerdote como um homem negro, com postura ativa e traços suavizados. Embora essa representação contribua para sua visibilidade enquanto personagem afrodescendente, ela também suscita reflexões sobre como o imaginário editorial pode adotar estratégias visuais conciliadoras. Muitas vezes, essas imagens suavizam ou filtram traços fenotípicos negros para se adequar a um padrão estético de origem eurocêntrica – considerado socialmente aceitável dentro de uma lógica racializada e excludente que privilegia a branquitude como referência de beleza, respeitabilidade e universalidade.

A Figura 52 apresenta as capas das obras mencionadas, permitindo uma análise comparativa das diferentes estratégias visuais adotadas para representar Francisca Machado e o Padre Silvestre.

Figura 52 – Capas dos livros sobre Chica Machado e Padre Silvestre (2011, 2014 e 2024).



A) Primeira edição do romance *Chica Machado: um mito goiano* (2011), com representação infantil e traços ambíguos da personagem; B) Segunda edição da obra (2014), com representação de Chica com traços exagerados, vestida como “sinhá” e cercada por homens, em cena de conotação alegórica; C) Capa do livro *Padre Silvestre: estrela negra de Goyaz* (2024), que figura o sacerdote como um homem negro, com postura ativa e traços suavizados. Montagem elaborada pela autora. Fontes: Silva (2011, 2014, 2024).

Esse tipo de representação, entre o apagamento e o excesso simbólico, revela como o patrimônio imaterial e a cultura visual também podem operar seletivamente, reforçando estereótipos ou desviando a atenção de experiências concretas marcadas pela resistência e pela exclusão. A trajetória de Francisca Machado como mulher negra, escravizada e mãe de um padre influente segue marginalizada nas narrativas institucionais, reduzida ora ao mito, ora à omissão.

No campo da educação, autores como Gil e Meinerz (2017), Lima (2012) e Silva e Guimarães (2012) defendem que o patrimônio cultural, material e imaterial deve ser compreendido como ferramenta crítica para o ensino de História e para o reconhecimento das contribuições afrodescendentes na formação das identidades locais. A valorização da história negra no contexto do patrimônio precisa ir além da inclusão pontual e contribuir para uma revisão estrutural das narrativas consagradas.

Em Jaraguá/GO, a invisibilização das histórias afro-brasileiras reforça a necessidade de revisitar e repensar essas narrativas, com vistas à construção de uma memória coletiva mais justa e inclusiva. Chuva (2012a, p. 16) ressalta que “vários grupos continuam lutando para sair da invisibilidade a que estão submetidos” e que uma das contribuições possíveis do historiador consiste na proposição de ferramentas metodológicas capazes de lidar com a experiência da alteridade no tempo, abrindo caminhos para ressignificações no campo da História e do patrimônio cultural.

Com base na análise documental e bibliográfica, bem como nas observações realizadas durante a pesquisa de campo, identificou-se que a Igreja Nossa Senhora da Penha, a Praça do Rosário e a Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito ocupam posições centrais no circuito patrimonial jaraguense, mas apresentam limitações quanto ao reconhecimento da presença e da participação afro-brasileira em suas representações e constituição simbólica. Do mesmo modo, a Rua das Flores e a Lenda de Tereza Bicuda veiculam representações estereotipadas e reiteram narrativas que carecem de revisão crítica. Já a história do Padre Silvestre e de sua mãe, Francisca Machado, quando vinculadas à Casa de Cultura que leva seu nome, evidenciam como trajetórias afrodescendentes são frequentemente minimizadas, reduzidas ao folclore ou apagadas das narrativas institucionais.

Esses exemplos ilustram como as representações e práticas patrimoniais operam seletivamente. Como aponta Visani (2018), a produção de memória em cidades historicamente marcadas pela presença negra tende a funcionar por meio de mecanismos de invisibilização seletiva, nos quais essa presença é admitida apenas em moldes que não desafiem a narrativa dominante. Essa prática simbólica, reiterada inclusive em espaços de celebração cultural e institucional, revela os limites das representações vigentes e aponta para a urgência de ressignificações.

Em síntese, a análise das relações de poder, estereótipos e silenciamentos no patrimônio cultural de Jaraguá/GO evidencia que o desafio não está apenas em preservar estruturas físicas, mas em desvelar as camadas de exclusão e marginalização da história e da memória afro-

brasileiras. Promover uma visão mais inclusiva e reflexiva do patrimônio cultural implica valorizar as vivências, resistências e contribuições da população afrodescendente e romper com a lógica de consagração de narrativas hegemônicas. Ao assumir essa perspectiva, amplia-se a possibilidade de construção de uma memória coletiva mais justa, plural e representativa da formação histórica da cidade, alinhada ao que Campos (2022a) propõe ao alertar para patrimonializações que podem reproduzir desigualdades e silenciar vozes historicamente subalternizadas.

Essa constatação se articula à crítica de Clóvis Moura (1988), para quem a passagem do trabalho escravo para o trabalho livre no Brasil não significou uma ruptura com a lógica de exclusão, mas sim sua sofisticação. “Como a estrutura da sociedade brasileira, na passagem do trabalho escravo para o livre, permaneceu basicamente a mesma, os mecanismos de dominação, inclusive ideológicos, foram mantidos e aperfeiçoados” (Moura, 1988, p. 13). Tal perspectiva contribui para compreender por que a exclusão simbólica da população negra nos espaços patrimonializados de Jaraguá/GO não se dá por ausência, mas por formas sutis e estruturais de invisibilização.

2.2 Patrimônio cultural como espaço de memória e de ensino da História afro-brasileira

Desde meados dos anos 1980, os movimentos sociais populares, impulsionados por novos sujeitos políticos – como mulheres, indígenas, negros, trabalhadores sem-terra e pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexo, Assexuais e outras identidades de gênero e orientações sexuais (LGBTQIA+), passaram a investir na valorização e reconstrução de suas memórias como estratégia de afirmação identitária e reivindicação de direitos de cidadania. No Brasil, observa-se nas últimas décadas do século XX uma crescente preocupação com políticas públicas voltadas à memória, acompanhada da ampliação dos referenciais reconhecidos como patrimônio cultural e da valorização das múltiplas matrizes que compõem a cultura nacional (Campos, 2022b; Pereira; Oriá, 2012, p. 167).

Essas mudanças resultaram, em parte, da atuação de movimentos sociais, especialmente do movimento negro, que conquistaram importantes marcos legais, como a Lei n. 10.639 (Brasil, 2003) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (2004), consolidando a obrigatoriedade do ensino de História e cultura afro-brasileira e africana nos currículos escolares. Essas normativas, além de representarem uma resposta às

históricas reivindicações por reconhecimento e reparação, ampliaram as possibilidades de inserção crítica da temática racial no campo da educação e da cultura.

As viradas cultural e antropológica verificadas nas ciências sociais atingiram também o campo do patrimônio nos anos 1970/1980, que teve seus cânones questionados, com a entrada em cena de novos sujeitos de atribuição de valor de patrimônio, além do especialista. No Brasil, esses questionamentos estiveram associados às lutas pela redemocratização do país, às críticas às políticas centralizadoras e com significativa ressonância nos debates da Assembleia Nacional Constituinte. [...] A nova Constituição Brasileira, promulgada em 1988, absorveu parte dessas reivindicações, o que provocou uma ampliação significativa do escopo da ação do Iphan. Com o decreto federal 3.551/2000, foi inaugurada a salvaguarda do patrimônio de natureza imaterial, que aproximou as políticas de patrimônio de políticas de reconhecimento e de reparação [...]. (Chuva, 2020, p. 82).

Nesse contexto, o patrimônio cultural passou a ser compreendido de maneira mais ampla, incorporando tanto elementos materiais quanto imateriais da herança cultural de uma coletividade. Essa concepção ampliada reflete uma tentativa de construção mais inclusiva dos diversos componentes que integram a organização social de um povo, sobretudo no que diz respeito às experiências de comunidades historicamente marginalizadas, como a população afro-brasileira (Campos, 2022b).

No entanto, como analisam Gil e Meinerz (2017) e Tolentino (2016), essa ampliação conceitual não garantiu, por si só, a superação dos mecanismos de exclusão simbólica que historicamente estruturam as práticas de patrimonialização. Persistem silenciamentos sistemáticos que refletem relações de poder e desigualdades sociais, definindo quais grupos têm suas memórias reconhecidas, legitimadas e celebradas. No campo do patrimônio, isso se expressa na valorização reiterada de referências brancas, cristãs e eurocentradas, enquanto experiências negras, indígenas e populares continuam sendo frequentemente marginalizadas, invisibilizadas ou folclorizadas nas narrativas institucionais. Campos (2022a) observa que esses processos podem reforçar desigualdades sociais e silenciar grupos historicamente excluídos, em sintonia com Le Goff (2013), para quem a memória é sempre seletiva e orientada por relações de poder, o que torna o esquecimento tão significativo quanto a lembrança.

O conceito de “espaço de memória”, introduzido por Nora (1993), é útil para compreender como locais específicos se tornam reservatórios de memória cultural e histórica. Esses espaços, mais do que simples locais físicos, funcionam como pontos de convergência simbólica onde memórias coletivas e identidades são constantemente recriadas, disputadas e reafirmadas. No caso da população afro-brasileira, esses lugares são fundamentais não apenas

para a preservação de sua trajetória, mas também como espaços de resistência diante das exclusões históricas e dos silenciamentos impostos pelas narrativas oficiais.

Apesar dos avanços institucionais e legais, o real impacto das normativas depende fundamentalmente das práticas efetivadas nas escolas e nos espaços de memória. Como argumentam Mattos e Abreu (2012), as diretrizes legais “serão, na prática, o que as escolas e professores que os implementarem fizerem” (p. 116), o que exige um trabalho pedagógico comprometido com a superação do racismo estrutural e a valorização da diversidade cultural brasileira. Complementarmente, Wilma Coelho, Nicelma Brito e Felipe Cruz (2023) argumentam que é a vivência cotidiana dessas diretrizes, por parte de professores e estudantes, que realmente determina seu impacto, indicando a distância entre o texto legal e sua materialização nas práticas escolares.

O uso do patrimônio cultural no ensino da História, nesse contexto, não se limita à transmissão de conteúdos, mas possibilita envolver os estudantes de forma ativa, crítica e reflexiva. Conforme destaca Pinto (2016, p. 57), os objetos patrimoniais, assim como os espaços onde se inserem, estão relacionados à experiência cotidiana e podem ser analisados como “dados visuais vividos”, ou seja, contextos espaciais que carregam significados e podem ser “descodificados” pelos alunos como textos – lidos, questionados e reinterpretados –, proporcionando uma experiência educacional mais significativa. Tolentino (2019) acrescenta que práticas de educação patrimonial devem considerar os conflitos, disputas e assimetrias presentes na seleção do que se torna patrimônio, abrindo espaço para a valorização de memórias subalternizadas. Para a comunidade afro-brasileira, esses espaços oferecem condições para tensionar as narrativas hegemônicas e ressignificar a própria história, fortalecendo o pertencimento e a identidade cultural.

Em Jaraguá/GO, o Centro Histórico – com seus edifícios coloniais e locais de relevância histórico-cultural – oferece um contexto fértil para a abordagem dessas questões. A inserção crítica desses espaços em roteiros pedagógicos físicos ou virtuais permite que estudantes e educadores acessem as múltiplas camadas de história e memória que constituem a cidade, identificando, por meio da observação e da análise, as contribuições afro-brasileiras que frequentemente permanecem invisibilizadas, estereotipadas ou omitidas. Como defendem Gil e Meinerz (2017), a leitura crítica do patrimônio é condição necessária para que ele se transforme em instrumento de conscientização histórica e combate às desigualdades raciais.

A efetiva aplicação da Lei n. 10.639/2003 não se limita à inclusão de conteúdos, mas demanda uma revisão crítica das práticas pedagógicas e dos próprios espaços de ensino, ainda

marcados por epistemologias eurocêntricas e pela ausência de representatividade negra. Gomes (2012) reforça que a valorização da história e da cultura afro-brasileira exerce papel fundamental na luta contra o racismo no ambiente educacional, promovendo o sentimento de pertencimento e fortalecendo a cidadania ativa. Mattos e Abreu (2012) destacam que as diretrizes curriculares constituem uma tentativa de democratizar o ensino e combater desigualdades históricas, ao exigir dos profissionais de História práticas pedagógicas comprometidas com o enfrentamento do racismo e a valorização dos saberes afro-brasileiros. Nesse contexto, a valorização do patrimônio cultural pode constituir-se como importante aliada na construção de uma memória coletiva plural e antirracista.

O ensino de História pode ser utilizado como um meio de envolver os alunos na sociedade, equipando-os com o conhecimento necessário para serem cidadãos informados e responsáveis. Sobre isso, Mendes (2021) ressalta que:

O ensino de História, em diálogo franco com a educação patrimonial, deve procurar valorizar a diversidade cultural nacional como forma de promover a cidadania, e ao mesmo tempo, evidenciar que o passado não é algo morto, mas uma força existencial que nos move no presente. [...] e a metodologia da educação patrimonial tem sido utilizada não apenas para valorizar os bens culturais, mas também para fortalecer o sentimento de pertença dos estudantes em relação às suas comunidades locais, a partir de reflexões que conjuguem memória, patrimônio e história (Mendes, 2021, p. 188-190).

Dessa forma, a integração do patrimônio cultural ao ensino da história afro-brasileira configura-se como uma oportunidade pedagógica concreta para abordar as contribuições, lutas e permanências dessa população na formação social, cultural e histórica do país, especialmente em contextos locais como o de Jaraguá/GO.

A educação patrimonial, nesse sentido, serve como um recurso didático que facilita a compreensão mais profunda e respeitosa das influências afro-brasileiras na história local. O uso de métodos que envolvem visitas a locais históricos, observações, análises e registros sobre os espaços e seus acervos ajuda a estabelecer conexões mais profundas entre os estudantes e os espaços de memória.

Entretanto, essa abordagem enfrenta desafios, como a superação de uma tradição historiográfica que frequentemente relegou as narrativas afro-brasileiras a um plano secundário. A preservação contida de locais de memória afro-brasileiros e a falta de recursos didáticos que abordam essas temáticas de maneira específica também representam obstáculos significativos (Silva; Guimarães, 2012). No entanto, ao considerar o patrimônio cultural como um recurso

historicamente situado e relevante para o ensino crítico, é possível fomentar uma mudança na percepção da história afro-brasileira e na valorização de suas contribuições.

Ao articular memória, patrimônio e práticas pedagógicas, essa perspectiva enriquece o ensino de História e contribui para a construção de uma sociedade mais justa, na qual diferentes experiências históricas sejam reconhecidas e valorizadas. Explorar o patrimônio cultural como espaço de ensino da história afro-brasileira permite contextualizar a diversidade cultural local em relação às dinâmicas históricas mais amplas, desafiando narrativas excludentes e promovendo uma abordagem crítica, plural e situada.

2.3 Patrimônio desvelado: vivências, resistências, histórias e memórias afro-brasileiras em Jaraguá/GO

Este subcapítulo apresenta uma análise crítica de cinco espaços do patrimônio histórico-cultural de Jaraguá/GO à luz das vivências, resistências e memórias afro-brasileiras que os atravessam – ainda que, em grande parte, permaneçam silenciadas ou estereotipadas nos registros oficiais. A proposta parte do entendimento de que o patrimônio cultural é um campo permeado por disputas simbólicas e políticas, no qual se estabelecem tensões contínuas entre lembrança e esquecimento, visibilidade e apagamento (Campos 2022a, 2022b). Como enfatiza Assmann (2011, p. 37), “reformulação da identidade sempre significa também reorganização da memória”, pois aquilo que uma sociedade escolhe lembrar ou esquecer influencia diretamente a forma como ela compreende sua história e define quem faz (ou não) parte de sua identidade coletiva.

A abordagem metodológica articula revisão bibliográfica, análise documental (incluindo acervos municipais, materiais litúrgicos, painéis museográficos, reportagens e roteiros turísticos) e observações diretas realizadas entre julho de 2023 e abril de 2025, com apoio de registros fotográficos e anotações de campo. Inspirada em Abreu e Chagas (2009), a análise considera o patrimônio como expressão de práticas sociais, relações de poder e processos históricos contínuos, nos quais sujeitos historicamente subalternizados foram – e ainda são – produtores ativos de significados, mesmo quando não reconhecidos pelas narrativas institucionais.

Foram analisados os seguintes espaços: (1) Praça do Rosário e Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito; (2) Beco e Fonte do Galvão; (3) Rua das Flores; (4) Casa de Cultura Padre Silvestre; e (5) Igreja Nossa Senhora da Penha. A escolha desses locais deve-se à sua

relevância na configuração histórica e cultural de Jaraguá, à sua relação com a população afro-brasileira e à forma como foram gradualmente incorporados (ou não) às narrativas oficiais do patrimônio histórico-cultural local. Temáticas como as irmandades religiosas negras, a Festa de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, a Entrada da Rainha, Padre Silvestre e Chica Machado estão integradas às análises dos espaços com os quais se relacionam historicamente, ainda que não apareçam como tópicos autônomos.

Como aponta Le Goff (2013, p. 107), é preciso fazer “o inventário dos arquivos do silêncio” e construir uma história que leve em conta também a ausência de documentos – pois esta, por si só, é indicativa de processos de exclusão. Diante da escassez de registros escritos sobre a ocupação afro-brasileira em partes do núcleo urbano de Jaraguá, esta pesquisa adota uma perspectiva que reconhece a materialidade do espaço urbano – como o traçado das ruas, os usos sociais, a arquitetura, a localização e a toponímia – como documentos históricos legítimos (Gil; Meinerz, 2017; Visani, 2018).

Do ponto de vista da memória coletiva, é importante reconhecer que a identidade cultural não é algo fixo ou imutável, mas um processo em constante transformação. Como destaca Kathryn Woodward (2000, p. 27-28), ao reivindicar uma identidade, os sujeitos não apenas se conectam com o passado, mas também o reinterpretam e o reconfiguram: “eles seriam capazes de posicionar a si próprios e de reconstruir e transformar as identidades históricas, herdadas de um suposto passado”.

Essa perspectiva orienta a análise proposta neste subcapítulo. Em vez de compreender o patrimônio como uma herança consensual e inquestionável, parte-se da premissa de que ele é um espaço simbólico em disputa, passível de reapropriação crítica. O objetivo é identificar possibilidades de leitura pedagógica dos espaços de memória de Jaraguá/GO, reconhecendo neles a presença histórica da população afro-brasileira e seu direito à identidade, à memória e à história.

Trata-se, portanto, de uma etapa fundamental para a proposta didática apresentada no capítulo seguinte, em que o patrimônio cultural de Jaraguá/GO é acionado como recurso para o ensino crítico da história afro-brasileira, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (Brasil, 2004).

2.3.1 Praça do Rosário e Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito

A Praça do Rosário, situada no encontro da Rua Alto do Rosário com a Rua das Flores, abriga um dos espaços mais significativos da memória afrodescendente em Jaraguá/GO: a Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. Construído no século XVIII com o protagonismo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, o templo se constituiu como espaço autônomo de fé, organização comunitária e resistência, num contexto marcado pela exclusão da população negra da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Penha.

Segundo José Pereira e Adriana Soares (2008, p. 53-65), a irmandade foi responsável pela construção e manutenção do templo, bem como pela realização das festividades religiosas ligadas à sua devoção, como a Festa de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito e a Entrada da Rainha. Trata-se da única publicação identificada até o momento que menciona diretamente a irmandade em Jaraguá, destacando seu papel como agente organizador da vida religiosa afrodescendente no contexto local. Complementarmente, autores como Assunção (2012) e Teresa Cruz (2007) apontam que essas irmandades funcionavam, no Brasil colonial, como redes de solidariedade e de afirmação identitária, promovendo assistência mútua, funerais dignos e festividades próprias. Mais do que organizações religiosas, atuavam como espaços de resistência cultural, especialmente por meio de celebrações que integravam ritos católicos e elementos de origem africana (Simoni, 2017, 2018).

Em Jaraguá, a unificação das festividades de Nossa Senhora do Rosário com a festa hegemônica do Divino Espírito Santo, conforme descrito na subseção 1.3.2 e analisado criticamente no subcapítulo 2.1, contribuiu para diluir os vínculos dessas celebrações com a resistência afrodescendente. A Entrada da Rainha – cortejo historicamente vinculado à religiosidade negra – permanece como evento de grande visibilidade e mobilização coletiva, envolvendo igreja, órgãos públicos, setores da cultura e escolas. Contudo, embora mantenha sua centralidade no calendário local, sua narrativa foi progressivamente ressignificada: hoje é apresentada principalmente como parte do cortejo do imperador da festa do Divino Espírito Santo, sem referência às congadas, às irmandades negras ou às matrizes afro-brasileiras que historicamente estruturaram essas celebrações.

O termo “congada” não é utilizado no contexto contemporâneo do desfile, o que evidencia o modo como referências de origem afrodescendente foram sendo invisibilizadas nos discursos e nas representações oficiais. Por isso, a análise da Entrada da Rainha requer articulação com estudos sobre festas e irmandades afro-brasileiras em outros contextos. Nesse

sentido, autores como Carvalho e Rios (2022), Magalhães e Chaves (2024), Rosinalda Simoni (2017, 2018) e Larissa Viana (2012) discutem como manifestações populares negras foram apropriadas por estruturas de poder hegemônicas e transformadas em espetáculos desprovidos de sua densidade simbólica original. Como observam Magalhães e Chaves (2024, p. 30), em contextos como o de São Sebastião do Paraíso, “transformaram as congadas [...] em um desfile de carnaval, onde a religiosidade, a tradição e os congadeiros ficam em segundo plano”. A Entrada da Rainha em Jaraguá, embora não nomeada como congada, apresenta elementos rituais, devocionais e performáticos que se aproximam dessas tradições. A leitura crítica dessa festa, portanto, deve buscar desvelar sentidos camuflados por camadas estéticas e institucionais, muitas vezes mantidos apenas nas práticas corporais e nos silêncios da tradição oral. A permanência simbólica da manifestação, sem contextualização histórica, mascara os processos de apagamento das experiências de fé, pertencimento e resistência que lhe deram origem.

A relevância da igreja como espaço de memória foi evidenciada de forma contundente pelas escavações arqueológicas realizadas pela equipe da ArqLogus, sob coordenação da Dra. Elaine Chaves e do Dr. Wagner Magalhães, durante as obras de restauração iniciadas em março de 2024. No total, foram identificados cerca de 150 sepultamentos no entorno da igreja, incluindo 56 campas sob o piso e diversos túmulos nas áreas laterais, fundos e pátio frontal. Dentre os achados, destacam-se ossadas humanas, fragmentos de cerâmica, louça e vidro, vestígios de mortalhas, colares, terços, adornos, paetês, botões, abotoaduras e contas de guia – elementos associados aos ritos fúnebres e religiosos afro-brasileiros. A presença de fragmentos de munição também sugere tensionamentos sociais e possíveis episódios de violência.

Os dados foram reforçados por uma minuciosa pesquisa paleográfica sobre os livros de óbitos da freguesia entre 1833 e 1888. Foram localizados 317 registros de sepultamentos, sendo 114 atribuídos à Igreja do Rosário, 174 à Igreja Matriz e 29 a locais diversos. Muitos dos nomes identificados aparecem acompanhados de designações como “crioulo(a)”, “africano(a)”, “pardo(a)”, e etnias como Angola, Mina, Congo, Nago, Camundá e Cabra, o que evidencia uma expressiva diversidade africana e afrodescendente. Casos como o de Joaquim, escravizado identificado como “crioulo de 40 anos”, sepultado dentro da igreja com a intervenção do capelão da Irmandade, e o de Severina, enterrada no adro da igreja em 1868 “sem deixar nada para a paróquia” por falta de recursos dos herdeiros de seu senhor, revelam a forte hierarquização simbólica dos rituais fúnebres. Como destaca a equipe arqueológica, o sepultamento no interior da igreja era um privilégio raro, garantido em geral a membros da irmandade ou a pessoas com vínculos especiais com o clero local.

O contraste entre as práticas da Igreja do Rosário e da Igreja da Penha também foi evidenciado. Enquanto a primeira recebeu majoritariamente pessoas negras, a segunda era reservada às elites locais. Ainda assim, registros mostram que o próprio vigário Silvestre Álvares da Silva enterrou seus escravizados e filhos de escravizados dentro da matriz, indicando que a posição social, a filiação religiosa e as relações pessoais influenciavam diretamente o local e a forma do sepultamento. Em casos como o de Maria Creoula, falecida em 1854, e de seu filho Justino, enterrado com apenas dois meses de idade, os registros feitos pelo próprio vigário revelam as lacunas nos dados (como o erro proposital na idade da criança) e, ao mesmo tempo, os esforços simbólicos para assegurar certo tipo de dignidade póstuma.

Os dados apresentados nas escavações e nos registros paleográficos não apenas confirmam a atuação da Irmandade do Rosário em Jaraguá, como expõem as estratégias sociais utilizadas por senhores, padres e membros das irmandades negras para garantir espaços de sepultamento simbólica e materialmente relevantes para a comunidade negra local. Como enfatiza um dos painéis finais da apresentação, o sepultamento era um ato carregado de significados, e os registros de óbitos revelam não apenas desigualdades sociais, mas também formas de resistência, de negociação e de afirmação de identidade e pertencimento.

As observações realizadas entre 2023 e 2024, durante visitas recorrentes à Praça do Rosário e suas imediações para registros fotográficos e acompanhamento de manifestações culturais e religiosas, evidenciaram o uso restrito do templo. A visita específica ao canteiro arqueológico e ao interior da igreja ocorreu durante a palestra técnica ministrada em 15 de abril de 2025, momento em que a equipe da ArqLogus apresentou os dados aqui analisados. Tais evidências reforçam a leitura da Igreja do Rosário como território de memória afrodescendente, tensionado por camadas de silenciamento e ressignificação.

Assim, a Igreja do Rosário e sua praça não devem ser tratadas apenas como locais de valor arquitetônico ou turístico. Devem ser reconhecidas como lugares de memória afro-brasileira, onde camadas de silenciamento, resistência, ancestralidade e disputa simbólica se entrelaçam. Integrar esse espaço ao Mapa Interativo proposto nesta dissertação é também um gesto político-pedagógico: é permitir que estudantes e educadores reconectem o espaço urbano à história de sujeitos historicamente marginalizados, contribuindo para a efetivação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (Brasil, 2004) e para uma educação patrimonial crítica e antirracista.

2.3.2 Beco e Fonte do Galvão

A Fonte do Galvão, localizada nas imediações da Praça do Rosário, entre a Igreja do Rosário e a Rua das Flores, é um espaço simbólico ligado à organização urbana e às práticas cotidianas desenvolvidas por grupos populares em Jaraguá/GO. Construída no século XIX, a fonte cumpriu por muito tempo a função de principal ponto de abastecimento de água da cidade, sendo frequentada, sobretudo, por moradores das camadas mais pobres, entre os quais se destacavam indivíduos afro-brasileiros.

Revitalizada em 2023, a fonte passou a compor o circuito histórico do centro da cidade. Como parte do processo de requalificação, foram instalados painéis informativos com registros sobre os ofícios tradicionais de lavadeiras e carregadores de água. Essa intervenção constitui um avanço parcial na visibilidade das camadas populares, ao reconhecer a centralidade de atividades historicamente desempenhadas por sujeitos subalternizados. No entanto, ainda que se mencione o ofício, a abordagem permanece desracializada: não há menção explícita à origem afrodescendente de muitos desses trabalhadores, nem ao contexto de desigualdade racial em que essas funções se estruturaram.

Durante visitas realizadas ao centro histórico de Jaraguá entre julho de 2023 e setembro de 2024, foi registrada a presença de painéis interpretativos recém-instalados que descrevem os ofícios das lavadeiras e dos carregadores de água (registro fotográfico *in loco*). Embora reconheçam a importância comunitária dessas atividades, os textos expostos evitam qualquer menção à origem racial dos sujeitos envolvidos ou às desigualdades que historicamente marcaram o exercício desses trabalhos. A adoção de uma abordagem desracializada expressa um padrão recorrente nas políticas de patrimonialização: valoriza-se a prática, mas se invisibiliza o sujeito.

Como observa Visani (2018, p. 108), “a memória oficial tende a exaltar ações e fazeres coletivos sem nomear quem os produziu, especialmente quando se trata de sujeitos racializados”. Ainda que a fonte tenha sido incorporada ao circuito patrimonial da cidade, sua narrativa institucionalizada escamoteia a articulação histórica entre cor, trabalho e exclusão social no espaço urbano.

O Beco do Galvão, que conecta a fonte à Rua das Flores, é um espaço de circulação cotidiana cuja relevância histórica permanece ignorada nos roteiros patrimoniais oficiais. Durante as observações de campo, constatou-se a ausência de qualquer sinalização informativa, apesar de a área ter sido tradicionalmente habitada por famílias negras e trabalhadores pobres.

Sua invisibilidade pública exemplifica o que Hall (2000) discute ao analisar como processos de formação identitária são atravessados por políticas de memória que operam silenciamentos – não apenas pela ausência de documentos, mas por escolhas seletivas sobre o que pode ser narrado e institucionalizado como memória.

A inclusão desse espaço na análise fundamenta-se na observação direta e em referenciais como os de Gil e Meinerz (2017), que ressaltam como o espaço urbano guarda marcas materiais de desigualdades sociais e raciais que persistem, mesmo quando não oficialmente reconhecidas. Como afirmam as autoras, “um patrimônio é escolhido e exposto para ser visualizado, ou não, conforme as demandas dos grupos sociais e das relações de saberes e poderes entre eles estabelecida” (Gil; Meinerz, 2017, p. 32). Tais marcas, perceptíveis nos usos históricos do beco e da fonte, revelam camadas da memória afrodescendente local ainda não reconhecidas como patrimônio.

A análise da Fonte e do Beco do Galvão evidencia, portanto, a ambiguidade das práticas patrimoniais atuais: por um lado, observa-se a requalificação física e o esforço de valorização estética do espaço; por outro, persistem os silenciamentos estruturais acerca da presença negra na história local. Compreender essas tensões é um passo fundamental para problematizar as narrativas oficiais e propor abordagens educativas que enfrentem o racismo estrutural inscrito na paisagem urbana.

2.3.3 Rua das Flores: entre histórias e lendas

A Rua das Flores, localizada no entorno da Praça do Rosário e da Fonte do Galvão, integra o conjunto urbano do centro histórico de Jaraguá/GO. Seu traçado estreito e a presença de construções térreas de fachadas simples contrastam com o tratamento patrimonial dispensado à Rua Alto do Rosário, que apresenta imóveis com elementos arquitetônicos mais elaborados e maior investimento simbólico. A diferença de valorização entre essas vias não se resume a aspectos formais, mas expressa camadas históricas de distinção social e racial que estruturaram – e continuam a estruturar – o espaço urbano da cidade.

A ausência de reconhecimento patrimonial formal da Rua das Flores, mesmo estando inserida em uma área de intensa presença afrodescendente no passado, é sintomática de um processo seletivo de patrimonialização que privilegia referências simbólicas eurocentradas e elitizadas. Como defendem Gil e Meinerz (2017), o patrimônio urbano carrega em sua materialidade e organização espacial marcas de desigualdades históricas, muitas vezes não

ditas, mas perceptíveis na forma como certos espaços são valorizados, enquanto outros permanecem invisibilizados. No caso da Rua das Flores, essa invisibilidade institucionalizada camufla a provável ocupação histórica por famílias negras e empobrecidas, cujas trajetórias raramente aparecem nas narrativas oficiais.

Paralelamente ao apagamento de suas dimensões sociais e históricas, a rua passou a ser lembrada por lendas e histórias fantásticas. A mais conhecida é a da personagem Tereza Bicuda, amplamente difundida em escolas e eventos culturais locais. Em suas versões mais recorrentes, Tereza é retratada como uma mulher negra, de comportamento considerado transgressor e rebelde, que teria cometido graves violências contra a própria mãe, sendo amaldiçoada e transformada numa figura monstruosa, condenada a vagar eternamente pela cidade. A história aparece registrada em *Histórias populares de Jaraguá* (Valadares; Lima, 1983b) e em adaptações mais recentes que reiteram seu caráter folclórico. Ciça Fittipaldi (1988), por exemplo, descreve que Tereza Bicuda percorreu toda a Rua das Flores montada nas costas da mãe, forçando-a como se fosse um animal de carga:

[...] preparou os arreios, pôs freios de cavalo e montou. Bateu com o pé, deu chicote e obrigou a velha a sair trotando pelo quintal. Depois andou a Rua das Flores todinha montada nas costas da mãe. [...] Chamaram rezeiro, benzedor, padre. Nada valeu contra o desatino de Tereza. Aí mesmo ela enfezou. Trançou a cidade inteira na sua montaria [...]. Deixou no rastro uma sangueira ‘escura’ que penetrou nas pedras e manchou tudo, ainda hoje dá pra ver. [...] Quando a velha arriou no chão, Tereza Bicuda largou aquele trapo de corpo coberto de sangue num beco e imprecar na porta das igrejas. [...] Invadiu os recintos sagrados, derrubou os santos no chão, arrancou as asas dos anjos, convocando os demônios pra subir no altar. Nessa hora, então, a mãe de Tereza a excomungou. [...] Tereza Bicuda ficou amaldiçoada. Foi esconjuro da mãe, não tem remédio não. Mesmo morta não achou descanso (Fittipaldi, 1988, p. 29-42).

A construção simbólica de Tereza Bicuda revela um processo de racialização que associa a mulher negra a imagens grotescas, transgressoras e punidas – estigmas profundamente naturalizados na cultura brasileira. Como destacam Gomes e Jesus (2013), representações dessa natureza, quando reproduzidas sem crítica, contribuem para naturalizar visões desumanizantes da mulher negra, associando-a à sexualidade descontrolada, à ruptura das normas e à marginalidade social. A permanência dessa figura no imaginário escolar e nas celebrações culturais da cidade, dissociada de qualquer leitura crítica, exemplifica como o folclore pode atuar como instrumento de reprodução de estereótipos raciais.

Mais do que questionar a veracidade da lenda, o que se propõe aqui é uma leitura crítica de sua função simbólica: a história de Tereza Bicuda opera como mecanismo de deslegitimação da presença negra no centro da cidade, deslocando memórias reais de ocupação e resistência

para o terreno do imaginário punitivo. Essa estratégia narrativa reforça o silenciamento das experiências afrodescendentes, ao mesmo tempo que preserva a rua como espaço destituído de conflitos e historicidades racializadas.

A persistência de personagens como Tereza Bicuda, tratados como mitos ou figuras de terror popular, revela uma estratégia recorrente de folclorização da experiência negra, em detrimento do reconhecimento de sua agência histórica. Como denuncia Moura (1988), “a finalidade dessa postura era, de um lado, descartar o negro como ser humano e heroico para colocá-lo como exótico-bestial da nossa literatura” (p. 15). Essa lógica se estende aos espaços patrimoniais jaraguenses, em que a memória negra aparece restrita à oralidade, ao imaginário e às festividades, raramente sendo tratada como parte central da história local.

A Rua das Flores, portanto, é um caso exemplar de como a patrimonialização seletiva atua não apenas por meio da omissão, mas também pela substituição simbólica: apaga-se a história social dos sujeitos negros e, em seu lugar, insere-se uma personagem marginal, monstruosa e estigmatizada. A leitura crítica desse espaço, aliada à proposta de uma educação patrimonial antirracista, permite tensionar as narrativas hegemônicas e reivindicar a rua como território de memória — não da condenação simbólica, mas da presença e resistência afro-brasileira.

2.3.4 Casa de Cultura Padre Silvestre

A Casa de Cultura Padre Silvestre, localizada no centro histórico de Jaraguá/GO, está instalada no imóvel que pertenceu a Silvestre Álvares da Silva, sacerdote afrodescendente que exerceu funções políticas e religiosas relevantes no século XIX. A edificação, tombada pelo município em 2004, integra o circuito patrimonial da cidade e abriga parte do acervo documental e museológico local. Embora a musealização do espaço valorize a trajetória pública de Padre Silvestre como educador e liderança, ela pouco evidencia os marcadores raciais que atravessaram sua história e a de sua mãe, Francisca Machado, mulher escravizada da Nação Mina.

Conforme documentado por Hamú (2003, p. 42), Silvestre foi criado por sua mãe até os sete anos, quando passou à tutela de seu pai português, sendo posteriormente enviado ao seminário. Ainda assim, seus registros de ordenação o identificam como “dispensado da ilegitimidade e do defeito de cor” – expressão que explicita os limites impostos à mobilidade social de afrodescendentes no Brasil oitocentista. Esse dado, embora historicamente relevante,

não aparece nas exposições museológicas atuais, que mantêm uma narrativa neutra quanto à questão racial, diluindo os aspectos afrodescendentes da identidade do padre.

Como destaca Hamú (2004), a consolidação da imagem do padre Silvestre como figura proeminente na história local se deu por meio de um processo de suavização simbólica. Sua ascendência negra é frequentemente omitida ou tratada como detalhe irrelevante, e o museu que leva seu nome contribui para essa omissão ao não incorporar, em sua narrativa expositiva, os conflitos e tensões relacionados à cor, à origem social e às desigualdades estruturais. O espaço, portanto, veicula uma memória institucionalizada que reconhece sua importância, mas o reconstrói sob os moldes de respeitabilidade e branquitude.

A figura de sua mãe, Chica Machado, revela com ainda mais força os limites das práticas patrimoniais convencionais. Inicialmente silenciada, sua presença passou a ser evocada sobretudo no campo literário, com representações marcadas por estereótipos. No romance *Chica Machado: um mito goiano*, de Adélia Freitas da Silva (2011, 2014), a personagem aparece, em diferentes edições, ora com traços infantilizados e racialmente ambíguos, ora como mulher negra hiperssexualizada, adornada com joias e cortejada por homens brancos. Em contraste, na obra *Padre Silvestre: estrela negra de Goyaz* (Silva, 2024), é o próprio sacerdote que é, pela primeira vez, retratado como homem negro de forma explícita – embora suavizado em sua postura visual. Essas representações contraditórias evidenciam disputas simbólicas em torno da identidade racial dos personagens, frequentemente ajustadas para atender às expectativas do olhar hegemônico.

A presença de Francisca Machado, mais conhecida como Chica Machado, figura apenas de modo fragmentado nos registros históricos disponíveis. As fontes que a mencionam são predominantemente literárias e de caráter ficcional. A ausência de documentação histórica direta, no entanto, não deve ser interpretada como prova de irrelevância de sua figura. Como propõe Le Goff (2013), é necessário construir a história também a partir das ausências. O apagamento da trajetória de Chica Machado – mulher negra, escravizada, mãe de um sacerdote afrodescendente que alcançou projeção social – não é acidental. Ele revela a seletividade das narrativas patrimoniais e a dificuldade persistente em reconhecer mulheres negras como sujeitos da memória histórica.

Portanto, a Casa de Cultura Padre Silvestre é um espaço que, embora institucionalmente consolidado, carrega em sua estrutura e em suas omissões um campo fértil para a leitura crítica da presença afrodescendente em Jaraguá. O simples fato de esse imóvel ter sido moradia de um padre negro no século XIX já constitui, por si, um dado potente, ainda que frequentemente

neutralizado pelas formas convencionais de exposição museal. Ao evidenciar as tensões entre presença e silenciamento, entre registro e apagamento, o espaço oferece possibilidades de desvelamento da história afro-brasileira no município, não a partir de idealizações, mas do enfrentamento das contradições inscritas na própria construção da memória pública local.

2.3.5 Igreja Nossa Senhora da Penha

A Igreja Nossa Senhora da Penha, situada em posição de destaque na paisagem urbana do centro histórico de Jaraguá/GO, é uma das edificações religiosas mais antigas e recorrentes no imaginário visual da cidade. Sua imagem, frequentemente acionada em materiais promocionais e turísticos, ocupa um lugar de centralidade simbólica na narrativa patrimonial local. No entanto, sua trajetória de intervenções físicas e reconstruções revela contradições profundas entre o discurso de preservação e as práticas efetivas de patrimonialização.

Construída originalmente no século XVIII, a igreja foi praticamente demolida e reconstruída na década de 1960, com alteração significativa de sua arquitetura colonial original. Como destacam Gil e Meinerz (2017), intervenções desse tipo, motivadas por critérios estéticos, funcionais ou religiosos contemporâneos, comprometem a leitura das múltiplas camadas temporais que compõem a materialidade do patrimônio. No caso da Penha, a descaracterização da estrutura dificultou o reconhecimento das formas anteriores de ocupação e vivência coletiva, esvaziando parte do potencial narrativo do espaço.

Ainda que não seja tradicionalmente associada à história afrodescendente de Jaraguá, a Igreja da Penha deve ser compreendida dentro de um campo de disputas simbólicas que afeta toda a configuração da memória pública da cidade. Em contraposição à Igreja do Rosário, historicamente vinculada às irmandades negras e às camadas populares, a Penha consolidou-se como templo das elites, com centralidade litúrgica e representação institucional. Esse contraste também se expressa nas práticas de sepultamento. Conforme informado na palestra arqueológica realizada em abril de 2025, o altar da Igreja da Penha abriga o túmulo de Padre Silvestre Álvares da Silva – sacerdote afrodescendente cuja presença naquele espaço, embora documentada, é ignorada nos materiais expositivos e na sinalização institucional.

A ocultação dessa informação revela uma dimensão sutil do silenciamento, que opera, como observa Visani (2018), não apenas pela exclusão direta, mas pela ausência de nomeação, pela não valorização simbólica. A presença de um padre negro sepultado no altar da principal

igreja da cidade, sem qualquer menção pública, desafia a imagem de neutralidade racial construída em torno do templo.

Além disso, embora não haja documentação que comprove a atuação de irmandades negras especificamente ligadas à Igreja da Penha em Jaraguá, sabe-se que, em outras regiões do Brasil colonial, a devoção a Nossa Senhora da Penha esteve ligada a confrarias de pessoas negras. A ausência de registros locais não invalida essa possibilidade simbólica – ao contrário, reforça a necessidade de uma leitura crítica das práticas patrimoniais que selecionam o que deve ser lembrado e o que pode ser esquecido.

Desvelar a Igreja Nossa Senhora da Penha como espaço de memória exige, portanto, deslocar o olhar da monumentalidade para a leitura das ausências e contradições que o espaço sustenta. A edificação, embora celebrada como patrimônio histórico-religioso, evidencia uma memória racializada que foi sistematicamente apagada em sua representação institucional. A análise crítica desse espaço contribui para compreender como o silêncio, a descaracterização e o apagamento operam de forma estratégica no campo do patrimônio, reforçando uma narrativa que exclui sujeitos e experiências negras da história urbana e religiosa da cidade.

A análise crítica dos cinco espaços examinados neste subcapítulo – a Praça do Rosário e a Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, o Beco e a Fonte do Galvão, a Rua das Flores, a Casa de Cultura Padre Silvestre e a Igreja Nossa Senhora da Penha – evidenciou a complexidade dos processos de silenciamento, estereotipação, apagamento e reconfiguração simbólica da memória afrodescendente em Jaraguá/GO.

Em cada um desses espaços, foi possível identificar marcas da presença negra historicamente marginalizadas, seja por meio da ausência de registros, da desracialização de narrativas, da folclorização de personagens ou da descaracterização de estruturas físicas que sustentavam formas específicas de vivência coletiva. Esses processos não se deram de maneira uniforme nem aleatória: são parte constitutiva das dinâmicas de poder que estruturam o campo do patrimônio e da memória, operando escolhas políticas sobre o que deve ser visível, celebrado, esquecido ou neutralizado.

Esses espaços – mesmo quando formalmente esvaziados de sua dimensão afrodescendente – guardam rastros, vestígios e contradições que possibilitam o exercício de uma leitura crítica da cidade e de sua história. A presença de um padre negro sepultado na principal igreja da cidade sem qualquer referência pública; o cotidiano de práticas populares de origem afro-brasileira em locais hoje invisibilizados; a permanência de lendas racializadas como forma de mascarar memórias urbanas; a casa de cultura, instalada no casarão de um

afrodescendente de trajetória destacada, mas sem acervo sobre sua história – tudo isso aponta para a necessidade do que Le Goff (2013) denomina “inventário dos arquivos do silêncio”. Trata-se de assumir, como tarefa histórica e política, a reconstrução das memórias subalternizadas, não como forma de romantizar o passado, mas de enfrentar os mecanismos que sustentam o racismo estrutural e a desigualdade na produção da memória pública.

Nessa perspectiva, os espaços analisados não se limitam a sua materialidade: configuram-se como lugares de disputa, de permanência e de resistência, nos quais a história afro-brasileira pode – e deve – ser (re)conhecida, reinterpretada e ensinada. É justamente a partir desse potencial que o capítulo seguinte apresenta uma proposta de educação patrimonial crítica, centrada na construção de um Mapa Interativo, que articula os espaços mapeados neste subcapítulo com práticas pedagógicas voltadas ao ensino da história e cultura afro-brasileira.

3 UM PERCURSO VIRTUAL E NOVOS CAMINHOS PELO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL DE JARAGUÁ/GO

3.1 Fundamentos da proposta de ensino

A proposta de um percurso interativo pelo centro histórico de Jaraguá/GO, realizada por meio de um Mapa Interativo digital, fundamenta-se na articulação entre História Local, Educação Patrimonial e Ensino da História Afro-Brasileira. Inspirada nos estudos de Bittencourt (2009), Pinto (2016) e Schmidt e Cainelli (2009), essa iniciativa parte da compreensão de que os espaços de memória e o patrimônio cultural podem – e devem – ser mobilizados como ferramentas pedagógicas voltadas à formação do pensamento histórico crítico, especialmente quando vinculados às vivências e resistências de grupos subalternizados.

Bittencourt (2009) destaca a importância do estudo do meio e da Educação Patrimonial, enfatizando que os recursos educativos devem refletir a diversidade de memórias e questionar se as experiências de todos os setores sociais estão, de fato, incorporadas ao patrimônio coletivo. Para a autora, é essencial incluir “lugares diversos” nos roteiros pedagógicos, com o intuito de desconstruir concepções de história associadas a esferas dominantes de poder e de desafiar o caráter seletivo da memória histórica, ainda marcado por referenciais elitizados ou oficiais (Bittencourt, 2009, p. 273-287). Assim, a seleção dos cinco espaços que compõem o Mapa Interativo — Praça do Rosário, Beco e Fonte do Galvão, Rua das Flores, Casa de Cultura Padre Silvestre e Igreja Nossa Senhora da Penha — busca explicitar presenças afro-brasileiras e tensionar as representações patrimoniais tradicionais de Jaraguá/GO.

Nesse contexto, Schmidt e Cainelli (2009) ressaltam a relevância de experiências pedagógicas de campo, como visitas a lugares de memória e centros históricos, desde que orientadas por propostas metodológicas críticas e reflexivas. Para esses autores, roteiros bem estruturados contribuem para o reconhecimento das múltiplas temporalidades inscritas no espaço urbano, ao mesmo tempo que incentivam a problematização das narrativas oficiais (Schmidt; Cainelli, 2009, p. 144).

Em linha semelhante, Pinto (2016) investiga percursos pedagógicos por centros históricos e conclui que o contato com o patrimônio cultural, embora dotado de grande potencial formativo, exige mediação didática qualificada e aprofundamento conceitual para efetivar aprendizagens significativas (Pinto, 2016, p. 60-70).

Com base nessas referências, a proposta do Mapa Interativo busca promover uma experiência formativa que transcenda a visita presencial aos locais de memória, incorporando recursos audiovisuais, imagens, vídeos e atividades educativas. O objetivo é qualificar o olhar crítico dos estudantes, oferecendo subsídios históricos e conceituais que favoreçam uma leitura informada e questionadora do patrimônio cultural da cidade.

Além disso, a proposta está estruturada sobre quatro eixos fundamentais. O primeiro é a Educação Patrimonial, entendida como uma abordagem que reconhece o patrimônio não como um repositório neutro de memórias, mas como um campo de disputas simbólicas, silenciamentos e hegemonias (Brasil, 2016b), conforme discutido no Capítulo 1. Nesse sentido, o Mapa Interativo busca reconhecer e valorizar espaços relacionados à história afro-brasileira, apresentando-os como textos históricos abertos à análise crítica.

O segundo eixo refere-se à Educação das Relações Étnico-Raciais, fundamentada nas Diretrizes Curriculares Nacionais (Brasil, 2004) e na Lei n. 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas. A proposta contribui, assim, para o enfrentamento do racismo estrutural, ao valorizar memórias silenciadas e reconhecer sujeitos historicamente marginalizados nas narrativas e representações oficiais da história local, conforme desenvolvido no Capítulo 2.

O terceiro eixo diz respeito à valorização da memória cultural e do protagonismo discente. Ao articular história local, identidade racial e práticas de resistência, compreendidas aqui como ações pedagógicas e simbólicas que enfrentam o apagamento das trajetórias afro-brasileiras e afirmam novas formas de pertencimento, o Mapa Interativo estimula os estudantes a se apropriarem de outras narrativas e a compreenderem os processos históricos para além das versões oficiais e hegemônicas, conforme desenvolvido no Capítulo 2.

Por fim, o quarto eixo se relaciona com o uso das Tecnologias Digitais na Educação, especialmente por meio da cartografia digital e da linguagem audiovisual. O emprego de recursos multimídia torna o material mais acessível, interativo e próximo da realidade estudantil, favorecendo o engajamento com os conteúdos e ampliando as possibilidades de aprendizagem. Cabe destacar que o Mapa Interativo não substitui o contato físico com o patrimônio, mas amplia a experiência educativa, promovendo uma relação mais dinâmica entre espaço urbano, ensino de história e memória coletiva – o que pode inclusive, despertar maior interesse no processo de ensino-aprendizagem.

3.2 Mapa Interativo: espaços, histórias e memórias afro-brasileiros em Jaraguá/GO

Com base nos fundamentos teóricos previamente discutidos, esta seção apresenta a estrutura e os objetivos pedagógicos do *Mapa Interativo – espaços, histórias e memórias afro-brasileiros em Jaraguá/GO*, principal produto da presente pesquisa. A proposta busca transformar o patrimônio cultural da cidade em um recurso educativo acessível, crítico e antirracista, em conformidade com os princípios da Educação Patrimonial e da Educação das Relações Étnico-Raciais.

O Mapa Interativo possibilita que estudantes explorem cinco espaços emblemáticos da presença afro-brasileira em Jaraguá-GO, ainda pouco estudados sob a perspectiva da história e da memória dessa parcela da população: a Praça do Rosário, a Fonte do Galvão, a Rua das Flores, a Casa de Cultura Padre Silvestre e a Igreja Nossa Senhora da Penha. Como discutido no capítulo anterior, esses locais são marcados por disputas simbólicas, silenciamentos históricos e processos de ressignificação identitária, o que justifica sua escolha como recursos pedagógicos para o ensino da história e cultura afro-brasileira.

Mais do que exibir informações geográficas, o Mapa Interativo propõe reflexões críticas sobre memória, identidade e desigualdades históricas. Para isso, combina recursos multimídia — como fotografias, vídeos, documentos e atividades educativas — com estratégias de navegação autônoma e interpretativa. Cada espaço foi concebido como um “ambiente de leitura histórica”, estimulando os estudantes a interpretar os vestígios materiais e simbólicos do patrimônio da cidade à luz das experiências afro-brasileiras e das disputas por visibilidade e reconhecimento social.

Nos subitens a seguir, serão detalhados os objetivos pedagógicos do mapa, a organização de seus elementos constitutivos, os critérios utilizados na seleção dos espaços e as possibilidades educativas de sua aplicação em contextos escolares.

3.2.1 Estrutura e objetivos pedagógicos

O *Mapa Interativo – espaços, histórias e memórias afro-brasileiros em Jaraguá/GO* constitui a principal ferramenta pedagógica dessa proposta, oferecendo um percurso virtual pelos espaços de memória afro-brasileira no município. Alinhado aos princípios da Educação Patrimonial (Brasil, 2016b) e às Diretrizes para a Educação das Relações Étnico-Raciais (Brasil, 2004), o mapa visa a ressignificar as narrativas históricas hegemônicas e tornar visíveis as

contribuições afro-brasileiras, frequentemente silenciadas ou folclorizadas no patrimônio local. Seu propósito é fomentar uma educação crítica e antirracista, por meio de recursos digitais que promovam aprendizagens ativas e contextualizadas.

A escolha desse recurso justifica-se por sua capacidade de articular o ensino de História às realidades concretas dos estudantes, favorecendo o reconhecimento das experiências afrodescendentes como parte constitutiva da formação da cidade. Estruturado com base em cinco pontos georreferenciados, o mapa oferece uma leitura crítica dos vestígios materiais e simbólicos deixados por sujeitos historicamente invisibilizados nas representações institucionais. Ao conectar tecnologias digitais, narrativas visuais, fontes orais e pesquisa histórica local, a proposta amplia os repertórios interpretativos dos alunos e valoriza as identidades afro-brasileiras como elemento central da memória coletiva.

Concebido como um percurso de exploração autônoma, o mapa possibilita aos estudantes uma aproximação prévia aos espaços patrimoniais, antes mesmo de visitas presenciais, por meio de uma plataforma interativa composta por textos, imagens, vídeos e atividades educativas. Seu objetivo não é substituir o contato direto com o patrimônio, mas enriquecer a experiência pedagógica, promovendo uma leitura histórica crítica dos espaços e uma compreensão aprofundada dos silenciamentos, estereótipos e disputas simbólicas que permeiam sua constituição.

Inspirado nas reflexões de Bittencourt (2009), Pinto (2011, 2016) e Schmidt e Cainelli (2009), o Mapa Interativo propõe uma abordagem pedagógica que articula memória, identidade e território, convocando os estudantes a interagir com múltiplas fontes históricas em um exercício de leitura ativa do espaço urbano. Ao mesmo tempo, responde às exigências da Lei n. 10.639/2003 e dos Parâmetros Curriculares Nacionais, ao integrar a história afro-brasileira de forma situada, concreta e conectada ao cotidiano escolar.

Entre os objetivos pedagógicos centrais, destacam-se a promoção do reconhecimento dos espaços patrimoniais como portadores de memórias plurais e, muitas vezes, silenciadas pelas narrativas oficiais; a valorização da presença afrodescendente na constituição histórica de Jaraguá/GO, reforçando o sentimento de pertencimento e a diversidade de memórias; o estímulo ao protagonismo discente na construção de interpretações históricas críticas, a partir do uso de fontes visuais, orais e espaciais; e o enfrentamento de estereótipos e naturalizações racistas que ainda persistem nas representações sobre a história local, especialmente nos espaços de memória coletiva.

A seguir, descreve-se a estrutura da plataforma digital e os elementos interativos que compõem o Mapa Interativo, detalhando sua organização e funcionamento como recurso pedagógico.

3.2.2 Descrição do Mapa Interativo – organização da plataforma e elementos interativos

O *Mapa Interativo – espaços, histórias e memórias afro-brasileiros em Jaraguá/GO* é um *site* educativo, gratuito, que pode ser acessado por computadores, celulares ou *tablets*, sem necessidade de cadastro ou *download*. Professores, estudantes ou quaisquer interessados podem navegar livremente pelo *link* fornecido. Ao acessar a página inicial, o usuário encontra uma introdução ao projeto e um Mapa Interativo de Jaraguá/GO, com cinco pontos de interesse georreferenciados. Clicando em cada ponto, abre-se uma página específica com textos, imagens, vídeos e propostas de atividades educativas. A navegação é intuitiva, permitindo que cada visitante escolha seu percurso conforme seus próprios interesses pedagógicos.

O mapa apresenta um percurso virtual por cinco locais significativos para a história afro-brasileira no município, selecionados por sua vinculação com experiências de resistência, protagonismo e memória coletiva. Esses espaços, já analisados no Capítulo 2, foram escolhidos com base em critérios histórico-culturais relacionados à presença afrodescendente em Jaraguá e ao potencial educativo que oferecem para o ensino da história local em perspectiva crítica.

A ferramenta foi estruturada a partir de pontos georreferenciados, combinando narrativas textuais, imagens históricas e elementos multimídia. Cada espaço patrimonial é apresentado com base em quatro eixos: (1) descrição histórica e contextualização; (2) objetivo pedagógico; (3) recursos multimídia; e (4) atividades educativas interativas que estimulam o engajamento crítico do estudante.

A interatividade da plataforma se concretiza em diferentes níveis: ao clicar nos pontos georreferenciados, os usuários acessam diretamente os conteúdos específicos de cada espaço de memória; na página inicial, o vídeo do percurso permite uma navegação introdutória guiada; e, em cada ponto patrimonial, os quizzes oferecem devolutivas automáticas de acerto ou erro, favorecendo o envolvimento ativo dos estudantes no processo de aprendizagem⁸.

A proposta pedagógica do mapa está fundamentada na Educação Patrimonial Crítica e nas Diretrizes para a Educação das Relações Étnico-Raciais (Brasil, 2004), buscando

⁸ Embora a hospedagem gratuita utilizada atualmente não ofereça relatórios estatísticos nativos, é possível integrá-la futuramente a ferramentas como o Google Analytics, o que permitirá quantificar o número de acessos, identificar os pontos mais visitados e avaliar o alcance pedagógico da proposta junto aos públicos escolares.

desconstruir narrativas tradicionais e valorizar a diversidade cultural afro-brasileira, em sintonia com as recomendações do Iphan (Brasil, 2016b) e da Lei n. 10.639/2003. Essa base teórico-metodológica reafirma que o patrimônio cultural não constitui um conjunto neutro de objetos ou lugares, mas sim um campo de disputas simbólicas, ausências e hegemonias — e que a mediação pedagógica é central para que esses espaços se tornem fontes de leitura crítica da história (Brasil, 2016b).

A elaboração do Mapa Interativo teve como referência o projeto de extensão *Olhares Móveis*, desenvolvido pela UEG, que propôs percursos cartográficos digitais e colaborativos a partir de oficinas com estudantes do ensino médio, no bairro de Campinas, em Goiânia. Embora o foco do projeto tenha sido a cartografia simbólica e afetiva, seus aspectos metodológicos — como o uso de dispositivos móveis, a valorização das experiências territoriais e a produção de narrativas visuais — ofereceram subsídios importantes para a construção dessa proposta. No contexto desta pesquisa, a inspiração no *Olhares Móveis* foi apropriada com foco na análise crítica dos espaços patrimoniais, respeitando os princípios da Educação Patrimonial Crítica e os objetivos de valorização das memórias afrodescendentes locais.

O *Mapa Interativo* foi pensado para articular o ensino da história local com as práticas escolares, incentivando uma leitura crítica dos espaços urbanos e das formas como determinadas memórias são valorizadas ou silenciadas. Por isso, cada ponto do mapa foi estruturado com base em pesquisa bibliográfica e documental, registros fotográficos e análises de campo, compondo um percurso que potencializa o protagonismo estudantil e o desenvolvimento de competências históricas ligadas à interpretação, à problematização e à reflexão ética.

A plataforma foi desenvolvida para acesso gratuito por computadores e notebooks, sem necessidade de instalação ou credenciamento. Seu uso é indicado tanto em sala de aula quanto em atividades autônomas, projetos interdisciplinares ou roteiros de estudo. A interface foi planejada para garantir acessibilidade e usabilidade em diferentes contextos escolares — inclusive no ensino remoto ou híbrido. Embora ainda não esteja otimizada para celulares e tablets, é possível ampliar sua compatibilidade futuramente, tornando o recurso ainda mais acessível para públicos escolares diversos.

A seguir, apresenta-se um quadro que sintetiza as principais características dos cinco pontos patrimoniais que integram o *Mapa Interativo – espaços, histórias e memórias afro-brasileiros em Jaraguá/GO*, destacando sua descrição histórica, os objetivos pedagógicos, os recursos multimídia utilizados e as atividades educativas propostas.

A seguir, três imagens extraídas da plataforma ilustram visualmente a proposta e reforçam seu potencial formativo. A Figura 53 mostra a página inicial do mapa, com os pontos georreferenciados e instruções de navegação; a Figura 54 apresenta a abertura de um dos espaços de memória (Beco e Fonte do Galvão), com descrição histórica e imagem atual do local; e a Figura 55 exibe um exemplo de quiz interativo, com devolutiva automática e foco na crítica aos silenciamentos históricos. O mapa completo está disponível para acesso público no site: <https://memoriaafrojaragua.com.br/>.

Figura 53 – Captura de tela da página inicial do Mapa Interativo

MAPA INTERATIVO

Espaços da Memória Afro-Brasileira no Patrimônio Cultural de Jaraguá/Go

👉 **Clique nos pontos do mapa e explore fotos, informações e quizzes ao longo do percurso.**



SOBRE O PROJETO

O mapa interativo compõe uma proposta de ensino desenvolvida durante o Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória/UFG), que articula história local, patrimônio cultural e memória afro-brasileira em Jaraguá/GO.

Trata-se de uma ação de Educação Patrimonial, alinhada às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (BRASIL, 2004), com os seguintes objetivos:

- Reconhecer o patrimônio como espaço de memória e de aprendizado sobre a história e a cultura afro-brasileira.
- Estimular a leitura crítica das representações, silenciamentos e estereótipos relacionados à história da população afro-brasileira no patrimônio cultural de Jaraguá/GO.
- Valorizar as contribuições da população afro-brasileira na formação da cidade.

📺 **Assista ao vídeo do percurso filmado por drone.**



Filmagem do percurso por drone: Douglas Lino (2025).

Página inicial do Mapa Interativo – Espaços da Memória Afro-Brasileira no Patrimônio Cultural de Jaraguá/GO, com instruções de navegação e vídeo introdutório do percurso. Fonte: captura de tela da plataforma digital (2025).

Figura 54 – Captura de tela da página inicial do Ponto 3 – Fonte do Galvão



Abertura da página referente ao ponto “Beco e Fonte do Galvão”, com texto de contextualização histórica e imagem atual do local. Fonte: captura de tela da plataforma digital (2025).

Figura 55 – Captura de tela do Quiz referente ao Ponto 1 – Praça do Rosário



Quiz do ponto “Praça do Rosário”, com perguntas que articulam fontes históricas e reflexões críticas. Fonte: captura de tela da plataforma digital (2025).

Quadro 1 - Organização do Mapa Interativo – espaços, histórias e memórias afro-brasileiros em Jaraguá/GO

PÁGINA INICIAL:				
<ul style="list-style-type: none"> • Orientação para navegação • Apresentação do projeto • Vídeo do percurso gravado por drone 				
Espaço de Memória	Descrição Histórica e Cultura	Objetivo Pedagógico	Elementos Multimídia	Atividades Educativas Interativas
Praça do Rosário	Espaço de sociabilidade e resistência cultural afro-brasileira, associado às Irmandades Religiosas, festividades de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, e à Entrada da Rainha.	Ressignificar o espaço como lugar de memória e resistência afro-brasileira, promovendo o reconhecimento das contribuições afro-brasileiras na formação da cidade.	Galeria de fotos históricas e atuais, incluindo imagens de celebrações religiosas.	Quizzes interativos com devolutiva imediata, que reforçam o conteúdo apresentado e estimulam o pensamento crítico.
Beco e Fonte do Galvão	Local relacionado ao abastecimento de água e à sociabilidade popular afrodescendente, especialmente no Beco e Fonte do Galvão.	Valorizar práticas cotidianas e sociabilidades afro-brasileiras como formas de resistência cultural.	Fotografias históricas e atuais do local e de seu entorno urbano.	
Rua das Flores – entre histórias e lendas	Espaço marcado por lendas populares como a de Tereza Bicuda, que refletem estereótipos e mitificações da presença afro-brasileira.	Desmistificar estereótipos raciais e resignificar narrativas populares, promovendo o debate crítico sobre representações culturais.	Imagens do espaço urbano e representações visuais das lendas.	

Casa de Cultura Padre Silvestre	Preserva a memória de Silvestre Álvares, liderança religiosa e política negra, em um espaço voltado à história local.	Promover a visibilidade histórica de lideranças afro-brasileiras e valorizar o protagonismo negro na narrativa oficial da cidade.	Fotografias da Casa de Cultura, do acervo e de documentos históricos digitalizados.	
Igreja Nossa Senhora da Penha	Igreja ligada às irmandades religiosas e ao padre Silvestre, com arquitetura colonial alterada ao longo do tempo, palco de disputas por memória e representação.	Problematizar silenciamentos, permanências e transformações arquitetônicas, estimulando a reflexão crítica sobre as narrativas de poder e a memória coletiva.	Fotografias históricas e atuais da igreja, registros das alterações arquitetônicas e documentos digitalizados.	

Fonte: elaborado pela autora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação teve como objetivo investigar de que maneira a história e a memória da população afro-brasileira se articulam com o patrimônio histórico-cultural de Jaraguá/GO, visando à elaboração de uma proposta de ensino de História fundamentada na Educação Patrimonial e nas Diretrizes para a Educação das Relações Étnico-Raciais. Ao longo da pesquisa, buscou-se demonstrar que o patrimônio não se resume a um acervo de bens materiais e imateriais, mas constitui um campo simbólico atravessado por disputas de sentido, relações de poder, exclusões e resistências.

Ao longo do trabalho, o percurso metodológico combinou revisão bibliográfica, análise documental e observações de campo em espaços patrimoniais da cidade, complementadas pela participação em atividades de formação e palestras voltadas ao estudo do patrimônio e da história afro-brasileira local. Essa trajetória buscou articular referenciais teóricos sobre memória, história local e patrimônio cultural, de forma a problematizar as representações e os silenciamentos das experiências afrodescendentes nos processos de patrimonialização e nas narrativas da história oficial jaraguense.

Os resultados da análise evidenciaram que, embora a presença afro-brasileira tenha desempenhado papel relevante na formação histórica, cultural e social do município, suas memórias e trajetórias permanecem, em grande medida, invisibilizadas ou estereotipadas nos discursos oficiais e nos processos de patrimonialização. Tal constatação reforça a necessidade de práticas educativas comprometidas com o reconhecimento da pluralidade de sujeitos históricos, capazes de promover a reflexão crítica sobre os mecanismos de exclusão e de hierarquização que atuam na seleção e legitimação das memórias coletivas.

Nesse contexto, o material propositivo desenvolvido — Mapa Interativo: espaços, histórias e memórias afro-brasileiras em Jaraguá/GO — foi concebido como recurso didático voltado ao uso escolar, integrando tecnologia, patrimônio e história afro-brasileira. O mapa busca ampliar as possibilidades pedagógicas para o ensino de História local, estimulando análises críticas sobre os espaços de memória e os processos de construção identitária no território jaraguense. Sua utilização poderá contribuir para a formação de uma consciência histórica mais plural, sensível à diversidade cultural e orientada ao questionamento de posturas discriminatórias.

Considera-se que o produto educacional proposto tem potencial para dialogar com diferentes fases da educação básica, especialmente os anos finais do Ensino Fundamental e o

Ensino Médio, podendo ser adaptado ou expandido conforme as especificidades de cada contexto escolar. Ainda assim, reconhece-se que o material não contempla a totalidade das experiências afro-brasileiras no município, dada a amplitude e a complexidade de trajetórias históricas ainda pouco documentadas ou suficientemente estudadas. Essa limitação aponta para a necessidade de pesquisas complementares, além de contínuas revisões e atualizações do recurso, de modo a preservar sua relevância pedagógica e social.

Ao mesmo tempo, esta dissertação se insere no escopo do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória), fortalecendo o compromisso com práticas educativas que articulem saber acadêmico e realidade escolar, voltadas à promoção de uma educação antirracista e comprometida com a realidade social e cultural dos/as estudantes. A pesquisa reafirma a importância de articular história local, memória e patrimônio cultural como fundamentos para práticas de ensino pautadas em princípios ético-políticos, promovendo uma abordagem crítica das relações étnico-raciais e contribuindo para a construção de sociedades mais justas e inclusivas.

Por fim, considera-se que o presente estudo, ao desenvolver um recurso pedagógico e ao propor reflexões críticas sobre a memória afro-brasileira no contexto jaraguense, oferece subsídios concretos para qualificar o ensino de História e ampliar as possibilidades de trabalho com a temática das relações étnico-raciais. Espera-se que o Mapa Interativo, assim como as análises apresentadas ao longo da pesquisa, possa inspirar professores, pesquisadores e demais interessados a aprofundar práticas educativas voltadas ao reconhecimento da diversidade e à valorização das diferentes matrizes culturais que compõem a sociedade brasileira.

Dessa forma, permanece aberto o convite para que novos estudos e experiências pedagógicas venham a dialogar com esta proposta, garantindo a atualização permanente do debate sobre história afro-brasileira, memória e patrimônio, tanto nos currículos escolares quanto nos espaços de preservação cultural.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.
- ALMEIDA, Adriana M.; VASCONCELLOS, Camilo de Mello. Por que visitar museus. *In*: BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes (org.). **O saber histórico na sala de aula**. 12. ed. 7. reimpr. São Paulo: Contexto, 2023, p. 104-116.
- ALMEIDA, Edmilson Luiz de. A história da Festa do Divino Espírito Santo em Jaraguá. **Site da Alego**, 2024. Disponível em: <https://portal.al.go.leg.br/noticias-dos-gabinetes/142151/a-historia-da-festa-do-divino-espírito-santo-em-jaragua>. Acesso em: 28 mar. 2025.
- ARAÚJO, Lucas Nunes Bastos de. **Tradição e memória**: intervenção e reabilitação do patrimônio arquitetônico do centro histórico de Jaraguá-GO. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Centro Universitário de Anápolis – UniEVANGÉLICA, Anápolis, 2018. Disponível em: <http://repositorio.aee.edu.br/jspui/handle/aee/7815>. Acesso em: 18 jan. 2024.
- ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.
- ASSMANN, Jan. Memória comunicativa e memória cultural. **História Oral**, v. 19, n. 1, p. 115-127, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/642/pdf>. Acesso em: 10 abr. 2024.
- ASSUNÇÃO, Lorena Sulino. Arquitetura religiosa do século XVIII em Jaraguá-GO. *In*: FREITAS, Lúcia (org.). **Aspectos histórico-sociais de Jaraguá**. Anápolis: Universidade Estadual de Goiás, 2012, p. 150-186.
- BERTRAN, Paulo. **Notícia geral da capitania de Goiás em 1783**. 2. ed. Goiânia: ICBC – Instituto Cultural Bernardo Elis, 2010.
- BEZERRA, Marcia. Patrimônio e Educação Patrimonial. *In*: CARVALHO, Aline; MENEGUELO, Cristina (orgs.). **Dicionário Temático de Patrimônio**: debates contemporâneos. Campinas: Editora da Unicamp, 2020, p. 55-57. (Edição Kindle)
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História**: fundamentos e métodos. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes (org.). **O saber histórico na sala de aula**. 12. ed. 7. reimpr. São Paulo: Contexto, 2023.
- BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou o ofício do historiador**. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Demográfico 2022: panorama Jaraguá (GO)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: 15 jun. 2025.

BRASIL. Portaria n. 137, de 28 de abril de 2016. Estabelece diretrizes de Educação Patrimonial no âmbito do Iphan e das Casas do Patrimônio. **Diário Oficial da União**, Brasília, n. 81, sexta-feira, 29 de abril de 2016a. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Portaria_n_137_de_28_de_abril_de_2016.pdf. Acesso em: 20 abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC, 2004.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos**. Brasília: Iphan, 2014. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao_Patrimonial.pdf. Acesso em: 6 jan. 2024.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Educação patrimonial: inventários participativos: manual de aplicação**. Brasília: Iphan, 2016b. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/inventariodopatrimonio_15x21web.pdf. Acesso em: 10 dez. 2023.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Guia Básico da Educação Patrimonial**. Brasília: Iphan, 1999. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf.pdf. Acesso em: 6 jan. 2024.

BRASIL. **Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 6 jan. 2024.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Livro de Tombo de Belas Artes**, vol. 1, folha 84. Inscrição n. 452. 26 jan. 1960.

BRASIL. **Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei n. 10.639/03**. Nilma Lino Gomes (org.). 1. ed. Brasília: MEC; Unesco, 2012. (Educação para todos; 36). Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000260516>. Acesso em: 22 fev. 2025.

CAMPOS, Yussef Daibert Salomão de. A imprudência da patrimonialização, ou da conveniência do Patrimônio Cultural. **Lugar Comum**, Rio de Janeiro, n. 65, p. 179-188, dez. 2022a. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/lc/article/view/56229/30699>. Acesso em: 18 jun. 2025.

CAMPOS, Yussef Daibert Salomão de. **Palanque e patíbulo: o patrimônio cultural na Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988)**. 3. ed. Belo Horizonte/MG: Editora Letramento, 2022b.

CAMPOS, Yussef Daibert Salomão de. **O patrimônio cultural e a crise da democracia**. In: 31º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, Rio de Janeiro: ANPUH, 2021. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2024-10/1728979200_504eced7782a91809279b3588e9af40c.pdf. Acesso em: 18 jun. 2025.

CANAL MEMORÁVEL. A lenda de Tereza Bicuda. **YouTube**, 2022. Captura de tela. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8tAL5AWOgoY>. Acesso em: 15 fev. 2025.

CARVALHO, Cleber de Sousa; RIOS, Sebastião. Ancestralidade afro-brasileira na Festa de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito da Vila João Vaz. **Temporis[Ação]**, Anápolis, v. 17, n. 2, p. 162-185, jul./dez. 2022. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/temporisacao/article/view/9018/7256>. Acesso em: 14 jan. 2024.

CHAUL, Nasr Nagib Fayad. **Caminhos de Goiás: da construção à decadência aos limites da modernidade**. 3. ed. Goiânia: Editora UFG, 2010.

CHAVES, Elaine de Alencastro; MAGALHÃES, Wagner. A arqueologia e o legado dos sepultamentos em Jaraguá-GO. Palestra apresentada no Programa de Resgate e Monitoramento das Obras de Restauro da Igreja de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito em Jaraguá-GO. Jaraguá/GO, 12 abr. 2025. Registro pessoal da autora.

CHUVA, Márcia. Políticas públicas e patrimônio. In: CARVALHO, Aline; MENEGUELLO, Cristina (orgs.). **Dicionário temático de patrimônio: debates contemporâneos**. Campinas: Editora da Unicamp / SciELO, 2020, p. 81-83. Edição Kindle.

CHUVA, Márcia (org.). Introdução – História e patrimônio: entre o risco e o traço, a trama. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 34. Rio de Janeiro: Iphan, 2012a, p. 11-24. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat34_m.pdf. Acesso em: fev. 2025.

CHUVA, Márcia (org.). Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 34. Rio de Janeiro: Iphan, 2012b, p. 147-166. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat34_m.pdf. Acesso em: fev. 2025.

COELHO, Mauro Cezar; COELHO, Wilma de Nazaré Baía. Educação para as Relações Étnico-Raciais e a formação de professores de História nas novas diretrizes para a formação de professores! **Educar em Revista**, Curitiba, v. 37, 2021.

COELHO, Wilma de Nazaré Baía; BRITO, Nicelma Joselina Costa; CRUZ, Felipe A. Santiago. Vinte anos da Lei n. 10.639/2003, a produção do ProfHistória e a formação continuada de professores(as). **Revista História Hoje**, São Paulo, v. 12, n. 25, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.20949/rhhj.v12i25.1028>. Acesso em: 22 fev. 2025.

COSTA, Aryana. História Local. *In*: FERREIRA, Marieta de M.; OLIVEIRA, Margarida M. Dias de (Coord.). **Dicionário de ensino de História**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019.

COSTA, Marcelo Henrique da. **Narrativas audiovisuais, aparatos móveis e experiências cartográficas**. Tese (Doutorado em Arte e Cultura Visual) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Artes Visuais (FAV), Programa de Pós-Graduação em Arte e Cultura Visual, Goiânia, 2018. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/459/o/Tese_-_Marcelo_Henrique_da_Costa_-_2018_%281%29.pdf. Acesso em: 22 fev. 2025.

CRUZ, Teresa Cristina de Carvalho. As irmandades religiosas de africanos e afrodescendentes. **PerCursos**, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 3-17, jan./jun. 2007. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/percursos/article/view/1525/1287>. Acesso em: 22 abr. 2024.

DERETTI, Valdinei. **Ensinar História na cidade**: uma proposta de educação patrimonial para Guaramirim/SC. Dissertação (Mestrado em Ensino de História). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: 2020. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/586343>. Acesso em: 10 dez. 2023.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro e educação: alguns subsídios históricos. *In*: MARKON, Frank; SOGBOSSI, Hippolyte Brice (orgs.). **Estudos africanos, história e cultura afro-brasileira**: olhares sobre a Lei 10639/03. São Cristóvão: Editora UFS, 2007, p. 25-39.

DUARTE, Lyz Elizabeth Amorim Melo. Identidade e tradição em Jaraguá: permanências e mudanças. *In*: FREITAS, Lúcia Gonçalves de (org.). **Cenários da memória e da identidade goiana**: o caso de Jaraguá. Goiânia: Agepel, 2004, p. 15-55.

DUARTE, Lyz Elizabeth Amorim Melo. **O poder e a estrutura agrária nos municípios de Ceres e Jaraguá-GO**: uma análise comparativa. 1999. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO. **História, cânticos, novenas e orações**: programa dos festejos em louvor ao Divino Espírito Santo – Jaraguá/GO – 2018. Documento litúrgico distribuído aos fiéis durante as novenas. Jaraguá-GO: Paróquias de Jaraguá, 2018. Acervo pessoal da autora.

FIGUEIRA, Cristina Reis; MIRANDA, Lílian Lisboa. **Educação patrimonial no ensino de História nos anos finais do Ensino Fundamental**: conceitos e práticas. São Paulo: Edições SM, 2012.

FERREIRA, Marieta de M.; OLIVEIRA, Margarida M. Dias de (Coord.). **Dicionário de Ensino de História**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019.

FITTIPALDI, Ciça. **Tereza Bicuda**. (Coleção Histórias de Encantamento). São Paulo: Scipione, 1988.

FONSECA, Cristiane Eunice. Coronelismo, memória, identidade e imaginário: Jaraguá 1920–1940. *In*: FREITAS, Lúcia Gonçalves de (org.). **Cenários da memória e da identidade goiana**: o caso de Jaraguá. Goiânia: Agepel, 2004, p. 147-178.

FONSECA, Luciano da. **Jaraguá: tradição e modernização**. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1999.

FREITAS, Lúcia (Org.). **Aspectos histórico-sociais de Jaraguá**. Anápolis: UEG, 2012.

FREITAS, Lúcia (Org.). **Cenários da memória e identidade goiana: o caso de Jaraguá**. Goiânia: Agepel, 2004.

GIL, Carmem Zeli de Vargas; CAMARGO, Jonas. Ensino de história e temas sensíveis: abordagens teórico-metodológicas. **Revista História Hoje**, v. 7, n. 13, p. 139-159, 2018. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/430/273>. Acesso em: 22 fev. 2025.

GIL, Carmem Zeli de Vargas; MEINERZ, Carla Beatriz. Educação, patrimônio cultural e relações étnico-raciais: possibilidades para a decolonização dos saberes. **Horizontes**, v. 35, n. 1, p. 19-34, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/view/436>. Acesso em: 22 fev. 2025.

GOIÁS. **Decreto n. 4.943, de 31 de agosto de 1998**. Dispõe sobre o tombamento dos bens móveis e imóveis que especifica, incluindo a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, no município de Jaraguá/GO. Palácio do Governo do Estado de Goiás, Goiânia, 3 set. 1998. Disponível em: <https://legisla.casacivil.go.gov.br/api/v2/pesquisa/legislacoes/62172/pdf>. Acesso em: 14 jun. 2025.

GOIÁS. **Decreto n. 6.024, de 25 de outubro de 2004**. Dispõe sobre o tombamento provisório da Casa do Padre Silvestre, localizada no município de Jaraguá/GO. Palácio do Governo do Estado de Goiás, Goiânia, 25 out. 2004. Disponível em: <https://legisla.casacivil.go.gov.br/api/v2/pesquisa/legislacoes/61219/pdf>. Acesso em: 14 jun. 2025.

GOIÁS. **Lei n. 8.821, de 30 de setembro de 1980**. Cria a Secretaria de Cultura e Desporto do Estado de Goiás. Palácio do Governo do Estado de Goiás, Goiânia, 30 set. 1980a. Disponível em: <https://legisla.casacivil.go.gov.br/api/v2/pesquisa/legislacoes/87286/pdf>. Acesso em: 14 jun. 2025.

GOIÁS. **Lei n. 8.915, de 13 de outubro de 1980**. Dispõe sobre a proteção ao patrimônio histórico e artístico estadual e dá outras providências. Palácio do Governo do Estado de Goiás, Goiânia, 13 out. 1980b. Disponível em: <https://legisla.casacivil.go.gov.br/api/v2/pesquisa/legislacoes/87380/pdf>. Acesso em: 14 jun. 2025.

GOIÁS. **Lei n. 10.256, de 2 de setembro de 1987**. Declara de utilidade pública estadual a Corporação Musical Santa Cecília, da cidade de Jaraguá. Palácio do Governo do Estado de Goiás, Goiânia, 2 set. 1987.

GOIÁS. Governo de Goiás inicia obras de restauro da Igreja Nossa Senhora do Rosário em Jaraguá. **Portal Goiás**, 6 mar. 2024. Disponível em: <https://goias.gov.br/cultura/governo-de-goias-inicia-obras-de-restauro-da-igreja-nossa-senhora-do-rosario-em-jaragua/>. Acesso em: 14 jun. 2025.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem Fronteiras**, v. 12, n. 1, p. 98-109, jan./abr. 2012. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol12iss1articles/gomes.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2025.

GOMES, Nilma Lino; JESUS, Rodrigo Ednilson de. As práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva de Lei 10.639/2003: desafios para a política educacional e indagações para a pesquisa. **Educar em Revista**, n. 47, p. 19-33, jan./mar. 2013. Curitiba-PR: Editora da UFPR. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/QFdpZntn6nBHWPXbmd4YnQf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 fev. 2025.

GUEDES, Luiza Maria. **A folia do Divino e identidade cultural**: o caso da comunidade de Jaraguá em Goiânia. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2003.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Trad. Laís Teles Benoir. São Paulo: Centauro, 2004.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? *In*: SILVA, Tomaz Tadeu (Org. e Trad.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 103-133.

HAMÚ, Daura Rios Pedrosa. Um olhar para as artes que pertenceram ao Padre Silvestre. *In*: FREITAS, Lúcia (org.). **Aspectos histórico-sociais de Jaraguá**. Anápolis: Universidade Estadual de Goiás, 2012, p. 104-148.

HAMÚ, Daura Rios Pedrosa. **A casa do Padre Silvestre**: símbolo do patrimônio cultural de Jaraguá. Dissertação (Mestrado em Gestão do Patrimônio Cultural) – Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2003.

HAMÚ, Daura Rios Pedrosa. O lugar do Padre Silvestre na memória de Jaraguá. *In*: FREITAS, Lúcia Gonçalves de (org.). **Cenários da memória e da identidade goiana**: o caso de Jaraguá. Goiânia: Agepel, 2004, p. 81-112.

JARAGUÁ. **I Simpósio Municipal da História da Fundação de Jaraguá**. Prefeitura Municipal, 2010. Fôlder (frente e verso). Acervo pessoal da autora.

JARAGUÁ. **Entrada da Rainha 2023**: programação oficial dos festejos em louvor a Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. Jaraguá: Prefeitura Municipal; Fundação Grace Machado, 2023a. Fôlder (frente e verso). Acervo pessoal da autora.

JARAGUÁ. **Jaraguá Goiás: 1736–2013: 277 anos de história**. Jaraguá: Prefeitura Municipal, 2013.

JARAGUÁ. **Lei n. 245, de 10 de dezembro de 1983**. Declara de utilidade pública municipal a Corporação Musical Santa Cecília. Gabinete do Prefeito Municipal, Jaraguá-GO, 1983.

JARAGUÁ. **Lei n. 1.316, de 28 de junho de 2017.** Dispõe sobre organização administrativa do Poder Executivo, estabelece novo modelo de gestão e dá outras providências. Gabinete do Prefeito Municipal, Jaraguá-GO, 2017. Disponível em: <https://jaragua.go.leg.br/leis/lei/125/>. Acesso em: 14 jun. 2025.

JARAGUÁ. **Lei n. 1.532, de 5 de abril de 2023.** Institui e regulamenta o Museu Sacro de Jaraguá, a Casa de Cultura Padre Silvestre e o Museu Histórico Municipal. Gabinete do Prefeito Municipal, Jaraguá/GO, 2023b. Disponível em: <https://acessoainformacao.jaragua.go.gov.br/legislacao/lei/id=152>. Acesso em: 14 jun. 2025.

JARAGUÁ. **Plano Diretor Democrático e Participativo – Jaraguá-GO.** Jaraguá: Fase Eterna Gráfica, 2007. (livreto).

JARAGUÁ. **Parceiros da História.** Organização de João Luiz das G. Soares. Goiânia: Kelps, 2008.

JARAGUÁ. **Projeto Abordagens Históricas: Jaraguá – GO.** Fundação, nome, fundador. Jaraguá: Conselho Consultivo Municipal do Patrimônio Histórico e Artístico de Jaraguá, 2011. Disponível em: https://cdn.ueg.edu.br/source/unidade_universitaria_de_jaragua_96/conteudo/12803/projetohi striaememria121109093150phpapp01.pdf. Acesso em: 15 jun. 2025.

JARAGUÁ. **Viva e reviva Jaraguá.** Projeto educativo do Colégio Estadual Sílvio de Castro Ribeiro. Jaraguá: Prefeitura Municipal; Secretaria Municipal de Educação, 2006. (livreto).

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Trad. Bernardo Leitão. 7. ed. rev. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

LIMA, Alessandra Rodrigues. **Patrimônio cultural Afro-brasileiro: narrativas produzidas pelo Iphan a partir da ação patrimonial.** Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) – Iphan, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1849>. Acesso em: 22 fev. 2025.

LIRA, Elilza Rodrigues Correia. **Mapa Interativo: Espaços da Memória Afro-Brasileira no Patrimônio Cultural de Jaraguá/GO.** Desenvolvido com base na pesquisa de mestrado no ProfHistória/UFG. Programação e desenvolvimento web por Paulo Sérgio Serafim Cabral. Disponível em: <https://memoriaafrojaragua.com.br>. Acesso em: 03 ago. 2025.

LONGO, Malu. **Descoberta arqueológica em Jaraguá é legado para história goiana. O Popular,** Goiânia, 23 abr. 2024. Disponível em: <https://opopular.com.br/cidades/descoberta-arqueologica-em-jaragua-e-legado-para-historia-goiana-1.3207678>. Acesso em: 14 jun. 2025.

MAGALHÃES, Wagner; CHAVES, Elaine de Alencastro. A Congada de São Sebastião do Paraíso. **Revista UFG,** Goiânia, v. 24, e24.77595, 2024. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/77595/42468>. Acesso em: 19 maio 2025.

MARTINS, Ismênia de Lima. O ensino de história: memória e identidades sociais. *In:* MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlette Medeiros; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (orgs.). **Ensino de História: sujeitos, saberes e práticas.** Rio de Janeiro: Mauad X FAPERJ, 2007, p. 13-21.

MATTOS, Hebe; ABREU, Martha. Uma conversa com professores de história sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. *In*: DANTAS, Carolina Vianna; MATTOS, Hebe; ABREU, Martha (orgs.). **O negro no Brasil: trajetórias e lutas em dez aulas de história**. 1. ed. Niterói: Objetiva, 2012, p. 115–137.

MENDES, Breno. **Limiar: estudos de teoria, metodologia e ensino de história**. Goiânia: Cegraf UFG, 2021.

MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlette Medeiros; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (orgs.). **Ensino de História: sujeitos, saberes e práticas**. Rio de Janeiro: Mauad X FAPERJ, 2007.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Editora Ática, 1988.

NAPOLITANO, Marcos. Disputas de memória e crise da cidade: apropriações e usos dos lugares de memória. **Memoricidade** - Revista do Museu da Cidade de São Paulo, v. 2, p. 58-68, 2022.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**, São Paulo, n. 10, dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em: 19 nov. 2023.

ORIÁ, Ricardo. Ensino de História e diversidade cultural: desafios e possibilidades. **Cad. Cedex**, Campinas, v. 25, n. 67, p. 378-388. set./dez. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ccedes/v25n67/a09v2567>. Acesso em: 2 jan. 2024.

ORIÁ, Ricardo. Memória e Ensino de História. *In*: BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes (org.). **O saber histórico na sala de aula**. 12. ed., 7. reimpr. São Paulo: Contexto, 2023, p. 128-148.

PALACÍN, Luís. **História geral de Goiás: da formação social à constituição do Estado**. 2. ed. Goiânia: UFG, 1994.

PALERMO, Elaine Cristina Ribeiro. **Cartografias culturais e ensino de história: o mapa virtual como ferramenta didático-pedagógica**. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

PEDROSO, Dulce Madalena Rios. História e Memória: debate sobre a construção histórica da origem e fundação de Jaraguá-GO. *In*: FREITAS, Lúcia (org.). **Aspectos histórico-sociais de Jaraguá**. Anápolis: Universidade Estadual de Goiás, 2012, p. 12-29.

PEDROSO, Dulce Madalena Rios. **Projeto Memória e Patrimônio: uma proposta de estudos sobre Jaraguá**. Goiânia: Universidade Católica de Goiás, Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, 1995.

PEREIRA, José Ronaldo S.; SOARES, Adriana Taveira de M. As Igrejas e as irmandades de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito de Jaraguá. *In: JARAGUÁ. Parceiros da História*. Goiânia: Kelps, 2008, p. 53-65.

PEREIRA, Junia Sales; ORIÁ, Ricardo. Desafios teórico-metodológicos da relação Educação e Patrimônio. *Resgate*, v. XX, n. 23, jan./jun. 2012, p. 161-171.

PINTO, Carla Ismaela de Oliveira. Apropriações e usos dos espaços patrimonializados em Jaraguá-GO. *In: OLIVEIRA, Cássia; FERREIRA, Joana (Orgs.). Patrimônio, direitos culturais e cidadania*. CIAR/UFG, 2015. Disponível em: <https://publica.ciar.ufg.br/ebooks/patrimonio-direitos-culturais-e-cidadania/edicao1-artigos/livros/1/artigos/a03.html>. Acesso em: 10 dez. 2024.

PINTO, Helena. **Educação histórica e patrimonial**: concepções de alunos e professores sobre o passado em espaços do presente. Tese (Doutorado em Ciências da Educação – Educação em História e Ciências Sociais). Universidade do Minho, Braga, 2011. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/19745>. Acesso em: 10 jan. 2024.

PINTO, Helena. Os centros históricos como laboratório de educação histórica e patrimonial. *Revista História Hoje*, v. 5, n. 9, p. 49-75, 2016. Disponível em: <https://rhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/233/173>. Acesso em: 10 jan. 2024.

ROCHA, Flávia Rodrigues Lima da; SILVA, Paulo Vinícius Baptista. Transgredindo a Base Nacional Comum Curricular por meio do Ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira. *InterMeio: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação, Campo Grande*, v. 28, n. 56, p. 30-43, jul./dez. 2022.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela Província de Goyaz**. 2º Vol. Tradução e notas de Clado Ribeiro de Lessa. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937. (Brasiliana, Série 5.^a, v. 78). Disponível em: <https://brasilianadigital.com.br/colecao-brasiliana/obra/63>. Acesso em: 15 jun. 2025.

SANTOS, Fernando Martins dos; CAMPOS, Yussef Daibert Salomão de. Patrimônio, religião e identidades na cidade de Goiás. *Caderno Virtual de Turismo*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 98–112, 2021. Disponível em: <https://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/article/view/1947/750>. Acesso em: 18 jun. 2025.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. O ensino da história local e os desafios da formação da consciência histórica. *In: MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlette Medeiros; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (orgs.). Ensino de História: sujeitos, saberes e práticas*. Rio de Janeiro: Mauad X FAPERJ, 2007, p. 187-197.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. 1. ed. São Paulo: Scipione, 2009, p. 137-160.

SILVA, Adélia Freitas da. **Chica Machado**: um mito goiano. Goiânia: Ed. PUC-GO/Kelps, 2011.

SILVA, Adélia Freitas da. **Chica Machado**: um mito goiano. 2. ed. Goiânia: Ed. PUC-GO/Kelps, 2014.

SILVA, Adélia Freitas da. **Padre Silvestre: a estrela negra de Goyaz**. Goiânia: Editora Gráfica América, 2024.

SILVA, Marcos; GUIMARÃES, Selva. **Ensinar História no século XXI: em busca do tempo entendido**. 4. ed. Campinas: Papyrus, 2012, p. 65-88. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico.)

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SILVA E SOUZA, Luiz Antônio da. Memória – o descobrimento, governo, população e cousas notáveis da capitania de Goyaz. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, tomo XII, p. 443–484, 1849. Disponível em: https://biblio.wdfiles.com/local--files/sousa-1849-memoria/sousa_1849_memoria.pdf. Acesso em: 15 jun. 2025.

SIMAN, Lana Mara de Castro; SILVA, Ana Maria; MOREIRA, Frederico Luiz. Trilhar uma rua: muitas histórias visíveis, invisíveis e sensíveis. *In*: PÁDUA, Karla Cunha; SIMAN, Lana Mara de Castro; SCALDAFERRI, Dilma Célia Mallard (orgs.) **Memória e Patrimônio Cultural: contribuições para os estudos da localidade na educação básica**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2017, p. 51-78.

SIMONI, Rosinalda Corrêa da Silva. **A Congada da Vila João Vaz em Goiânia (GO): memória e tradição**. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2017.

SIMONI, Rosinalda Côrrea da Silva. Nossa Senhora do Rosário e São Benedito: irmandades negras na Capitania de Goiás. **Caminhos**, Goiânia, v. 16, n. 2, p. 273-287, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/caminhos/article/view/6877/4004>. Acesso em: 26 abr. 2024.

SOARES, João Luiz das G. **Fragmentos da História: Jaraguá**. Jaraguá: Prefeitura Municipal, 2005.

TOLENTINO, Átila Bezerra. Educação patrimonial e construção de identidades: diálogos, dilemas e interfaces. **Revista CPC**, São Paulo, n. 27, p. 133-148, jan./jul. 2019. Disponível em: <https://revistas.usp.br/cpc/article/view/158560>. Acesso em: 18 abr. 2025.

TOLENTINO, Átila Bezerra. O que não é educação patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática. *In*: TOLENTINO, Átila Bezerra; BRAGA, Emanuel Oliveira (orgs.). **Educação Patrimonial: políticas, relações de poder e ações afirmativas**. João Pessoa: Iphan-PB; Casa do Patrimônio da Paraíba, 2016. (Caderno Temático; 5).

VALADARES, Ione Maria de Oliveira; LIMA, Nei Clara de (org.). **Histórias populares de Jaraguá**. Goiânia: Centro de Estudos da Cultura Popular, ICHL, UFG, 1983a. (Col. Histórias Populares, 1).

VALADARES, Ione Maria de Oliveira; LIMA, Nei Clara de (org.). **Histórias populares de Jaraguá**: Tereza Bicuda. Goiânia: Centro de Estudos da Cultura Popular, ICHL, UFG, 1983b. (Col. Histórias Populares, 2).

VIANA, Larissa. Festas e irmandades negras no Brasil. *In*: DANTAS, Carolina Vianna; MATTOS, Hebe; ABREU, Martha (orgs.). **O negro no Brasil**: trajetórias e lutas em dez aulas de história. 1. ed. Niterói: Objetiva, 2012, p. 45-54.

VISANI, Mylene Silva de Pontes. **Construindo visibilidades na cidade de São José/SC**: uma proposta de ensino de história e patrimônio cultural dos povos africanos e afrodescendentes. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/430800>. Acesso em: 10 dez. 2023.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma questão teórica e conceitual. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 7–72.